

**Património Arquitetónico Reabilitado e a dialética da
Memória coletiva, Interesse público e Sustentabilidade
Versão corrigida e melhorada após defesa pública**

Schirlei de Avelar Franca

Dissertação de Mestrado em Património

Dezembro de 2021

**Património Arquitetónico Reabilitado e a
dialética da
Memória coletiva, Interesse público e
Sustentabilidade**

Schirlei de Avelar França

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Património, realizada sob a orientação
científica da Professora Doutora Paula Alexandra Ochôa de Carvalho Telo.

Dezembro de 2021

Agradecimentos

Ao surgir esses pensamentos em meio a um momento desafiador que a humanidade enfrenta, venho registrar meu total agradecimento a pessoas e instituições que muito contribuíram para concretização dessa etapa.

Registro minha admiração e agradecimento a Professora Doutora Paula Alexandra Ochôa de Carvalho Telo, por sua dedicação, ajuda e persistência em me orientar, encorajar e direcionar para a concretização desta dissertação. Agradeço por suas sugestões e melhorias ao texto, assim como na indicação de autores para o enriquecimento desse.

No campo das Instituições, quero agradecer a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a qual me permitiu contatar com excelentes professores, que muito contribuíram para minha formação, ao IPHAN pela total acessibilidade e disponibilidade em atender e dispor de materiais, utilizados nessa dissertação. Agradeço ao SEDEC da Prefeitura de Vitória, por fornecer todos os documentos, estes que foram indispensáveis.

Agradeço à minha família por acreditarem em meu potencial e fornecerem toda a estrutura para que eu pudesse me dedicar nesse período.

Agradeço aos meus amigos pela paciência e encorajamento a mim dedicados.

Agradeço a Deus por me capacitar e pelo amor para comigo me encorajando sempre mais.

Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.

Lamentações 3:21



Gravura da baía de Vitoria do Artista Wagner Veiga

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo geral refletir sobre os desafios contemporâneos da sociedade Capixaba; na sua dialética com o Património arquitetónico reabilitado, a sua memória, políticas públicas e sustentabilidade e símbolo, na defesa de uma prova material da história de uma sociedade, a lidar com a modernidade e a evolução. É analisada a área central da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, Brasil, cidade com 468 anos de existência. Trata-se de uma área com estrutura urbanística complexa e de distintos significados: simbólico, cultural, socioeconômico, e sobretudo político, de alcance metropolitano, que engloba o centro principal tradicional da cidade de Vitória e áreas adjacentes. Pretende-se ainda identificar os factores associados às mudanças e descaracterizações do Património Arquitetónico do Centro Histórico; pesquisar estudos que abordam a expansão comercial e crescimento urbano no centro da cidade de Vitória; identificar os processos de Patrimónios já reabilitados e os danos à memória através das adaptações sofridas nas edificações e, finalmente, identificar as atuais tendências Políticas, legislativas e de Sustentabilidade ligadas ao Património.

Definido o método de investigação de estudo de caso, foi realizada revisão de literatura que permitiu estabelecer os fundamentos da pesquisa, identificando as teorias e conceitos relevantes para o trabalho. Esta permitiu, também, a definição dos elementos que deveriam ser levantados na pesquisa de campo para investigar as proposições: Ao ter como objeto de estudo a área do centro de Vitória e das diretrizes presentes nas políticas públicas, planos e programas do município, foi possível destacar algumas dificuldades em se concretizar projetos em benefício dos bens patrimoniais, para o enriquecimento cultural, social e histórico da sociedade e da cidade. A importância das políticas públicas para que projetos se concretizem é destacada, a par da participação do setor académico nos projetos públicos patrimoniais e da educação patrimonial.

Por fim, destaca-se a maior utilização do factor sustentabilidade nas políticas públicas de Vitória, contribuindo para que um projeto de reabilitação seja pensado, executado e concluído.

PALAVRAS-CHAVE - Património Arquitetónico, Reabilitação, Sustentabilidade, Políticas públicas, Cidade de Vitória (Brasil)

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the contemporary challenges of the Capixaba society; in its dialectic with the rehabilitated architectural heritage, its memory, public policies and sustainability and symbol, in defense of a material proof of the history of a society, dealing with modernity and evolution. The central area of the city of Vitória, the capital of Espírito Santo State, Brazil, is analyzed- a city with 468 years of existence. It is an area with a complex urban structure and different symbolic, cultural, socioeconomic, and above all political meanings, with a metropolitan scope, which encompasses the traditional main center of the city of Vitória and adjacent areas. It is also intended here to identify the factors associated with the changes and mischaracterizations of the Architectural Heritage of the Historic Centre; research studies that address commercial expansion and urban growth downtown; identify the processes of Heritage already rehabilitated and the damage to memory through the adaptations suffered in the buildings and, finally, identify the current Political, Legislative and Sustainability trends linked to the Heritage.

Once the case study investigation method was defined, a literature review was made, which allowed to establish the foundations of the research, identifying theories as being relevant to the work. This association also defines the elements that we want to raise in the field research to investigate the propositions: By having as an object of study the downtown area of Vitória and the guidelines present in the city's public policies, plans and programs, it was possible to underscore some difficulties in implementing projects for the benefit of heritage assets, for the cultural, social and historical enrichment of society and the city. The importance of public policies for projects to materialize is highlighted in this work, along with the participation of the academic sector in public heritage projects and heritage education.

Finally, the greater use of the sustainability factor in public policies in Vitória city stands out, contributing to a rehabilitation project to be completed designed, and concluded.

KEYWORDS - Architectural Heritage, Memory, Rehabilitation, Sustainability, Public Policies, Vitoria Downtown (Brazil)

Índice

1. Introdução	1
1.1 Objectivos	3
1.2 Metodologia	4
2. Revisão de Literatura	7
2.1 Heidegger Fenomenologia e o Espaço.....	19
2.2 Memória e Património	23
2.3 Conceitos do Património Arquitectónico e Conceito sobre Reabilitação	26
2.4 Normas para Reabilitação	33
2.5 Património Arquitectónico no Brasil	38
2.6 Políticas Públicas do Património	41
3. Reabilitação e sustentabilidade	47
3.1 Normas da Sustentabilidade aplicadas ao Património Reabilitado.....	52
4. O Parque edificado de Vitória	56
4.1 O Centro de Vitória Bairro	66
4.2 Políticas Públicas no Património Edificado de Vitória	72
5. Memória em Património com novas funções	89
5.1 Contributos para a memória do Património Reabilitado.....	100
6. Conclusão	104
7. Bibliografia	107

Lista de Acrónimos

AMACENTRO – Associação dos moradores do Centro

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CPA - Colégio do Património Arquitetónico

CMPU - Conselho Municipal de Política Urbana

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

EHIS – Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

FAFI – Faculdade de Filosofia e Letras

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Património Histórico Nacional

IFLA - Federação Internacional de Associações de Bibliotecas

ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ITUC – Integração Territorial Urbana e Conservação

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MONUMENTA – Programa de Preservação do Património Cultural Urbano

MCMV – Programa Minha Casa Minha vida.

MUCAME – Museu Capixaba do Negro

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS - Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações não Governamentais

PDU – Plano Diretor Urbano

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PPCM - Política de Património Cultural Material

PDM – Plano Diretor Municipal

PCH – Programa das Cidades Históricas.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Secretaria de Cultura da Prefeitura de Vitória

SECULT - Secretaria de Estado da Cultura

SPHAN - Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional

SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

SEMC - Secretaria Municipal de Cultura

UEP – Unidade Executora de Projetos

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Sociais.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa das Capitâneas hereditárias no momento de sua criação (1534-1536). Fonte: Jorge Pimentel	55
Figura 2 – Mapa mostrando a entrada da Baía de Vitória em 1624, fonte: IPHAN.....	56
Figura 3 - Vila do Espírito Santo e Ilha de Duarte Lemos – séc. XVI Fonte: Monteiro (2008, p. 79)	57
Figura 4 - Planta da cidade de Vitória em 1767 Fonte: Klug (2009, p. 20)	58
Figura 5 - Silhueta da Vila de Vitória em 1767 Fonte: José Antônio Caldas	58
Figura 6 – Capela de Santa Luzia, 1940, fonte: https://www.morrodomoreno.com.br ..	59
Figura 7 – Vitória no século XIX, fonte: Memória	59
Figura 8 – Vila de Vitória, 1900. Fonte: IPHAN	62
Figura 9 – Centro de Vitória, 2018. Fonte: https://www.capixabadagama.com.br	64
Figura 10_ Vista da Igreja matriz de vitória em, 1908. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Nn2FO_Ii3G0	66
Figura 11 – Catedral de Vitoria, junho de 1972. www.capixabadagama.com.br	67
Figura 12 – Vista da Praça costa Pereira nos anos 50, fonte: Grupo do facebook - FOTOS ANTIGAS DO ESPÍRITO SANTO	67
Figura 13 - Vista parcial de Vitória, destacando o Colégio do Carmo e o conjunto de casas da rua Gama Rosa, fonte: IPHAN	68
Figura 14 - Mapa do Centro Histórico e edificações Fonte: Prefeitura de Vitória Disponível: http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20120712_mapa_centro_historico.JPG G	70
Figura 15 – Imagem aérea do centro de Vitoria, ano 2018. Fonte: www.capixabadagama.com.br	71
Figura 16 – Museu Capixaba do Negro. Fonte: http://mapas.cultura.gov.br/espaco	77

Figura 17 – Palácio da Cultura Sônia Cabral. Fonte: SECULT	https://secult.es.gov.br	.77
Figura 18 - Rua Sete de setembro nos anos 1970, fonte: Antônio Carlos Cessa.		78
Figura 19 – Rua Viva na rua Sete de Setembro, 2010. Fonte: Prefeitura de Vitória		79
Figura 20 - Imóveis identificados em caráter de abandono, 2015. Fonte: IPHAN		80
Figura 21 – Hotel Estoril após obra de restauro, 2009. Fonte:	https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-2730	82
Figura 22 - Edifício Santa Cecília, Centro de Vitória. Fonte: Prefeitura de Vitória		83
Figura 23 - Edifício Getúlio Vargas, na Praça Costa Pereira, como está atualmente e como ficará após as obras. Fonte: Foto: Fábio Nunes/AT / Divulgação Tribuna Online		84
Figura 24 – Programa Visitar o Centro Histórico, 2006. Fonte:	https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/visitar-vitoria	85
Figura 25 – Projeto Corredor Cultural da FAFI ao Mercado Capixaba, 2007. Fonte: Jornal A Gazeta, 02 de setembro de 2007		87
Figura 26 – Restauração da Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música (FAFI), 2018. Fonte: Prefeitura de Vitória		88
Figura 27 – Colégio São Tiago recuperado, após incêndio, 1798. Fonte:	https://www.es.gov.br/governo/palacio-anchieta	96
Figura 28 – Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado, 2018. Fonte:	https://www.es.gov.br/governo/palacio-anchieta	96
Figura 29 – Casarão Cerqueira Lima, 2014. Fonte: Prefeitura de Vitória		98
Figura 30 - Casa 197 do IPHAN, 2018. Fonte: foto por Julio Meneghel		98

1 - Introdução

Esta dissertação incide sobre os objetos de identificação do Património Arquitetónico Reabilitado, percebidos como entidades concretas pertencentes ao ambiente construído das cidades e a dialética do quanto as pessoas desenvolvem uma relação com o construído, as suas memórias, políticas de interesse público e medidas sustentáveis.

A fenomenologia de Heidegger (1927), a atuar como método, mostra-nos uma dialética entre o construir e o habitar, com pensamentos e características as quais podem ser aplicadas aos processos de reabilitação dos patrimónios arquitetónicos, com o objetivo de valorizar a sua história, bens e memórias de construções que, passarão por processos de mudanças estruturais e de sua identificação (função), que a fenomenologia do espaço trata com o termo *Genius Loci* vindo de um conceito Romano.

Ao se pensar que a estrutura de uma construção pode não ser para sempre, visto necessitar de mudanças e intervenções, que podem ocorrer com a própria evolução dos conceitos de vivência em sociedade; a função deste espaço também pode ser alterada, pois um espaço que na sua origem é próprio para certos fins, logo pode se tornar inútil, em decorrência dos movimentos sociais e urbanos. Entretanto, é válido pensar que uma construção deveria ter a capacidade de receber diferentes conteúdos e funções e mesmo assim proteger, agregar e conservar sua memória com os registros de sua essência em novos contextos históricos, sociais e sustentáveis.

Se destacarmos as sociedades atuais, poderemos concentrar atenção não só na função prática do espaço construído, mas também em sua utilização enquanto participação na história, como testemunha de registro de sua identificação como lugar de vivências e memórias, conseguindo assim, agregar-se mais valor patrimonial ao espaço.

Os valores patrimoniais surgem, ao longo de sua vivência e da duração histórica do ser humano, como da configuração da sua vida e simbologias, segundo valores e obras que se concretizam, para um valor histórico e cultural que fará parte da sociedade. Esses valores e história quando agregados ao registo da memória de um lugar, podem refletir em uma Auto realização do construído perante a sociedade a que pertence, assim como o registro da formação de uma memória individual e coletiva do Património, para a

construção de uma sociedade consciente de sua preservação e que influencia e participa diretamente na formação de um olhar para sua nova função; assim como uma interpretação de sua identidade histórica e sua contribuição para o ambiente.

É importante destacarmos pensamentos e estudos, que abordam a relação da sociedade com o seu património, assim também o que pode ser feito para resolver os desafios existentes nessa relação. De certo, é fundamental a existência de Leis e Instituições criadas para proteção do Património Arquitetónico, direcionadas para as áreas estruturais e a conservação desta memória como valor arqueológico, cultural, etnográfico, bibliográfico e artístico de interesse público. O fortalecimento das relações entre sociedade, património, políticas públicas e sustentabilidade, seria um ato relevante na construção do sentimento de preservação do património em uma sociedade.

Destaca-se também a importância do património arquitetónico, a colocar como objeto de estudo para um desenvolvimento urbano sustentável e responsável, a fim de promover ações conscientes para o uso sustentável de monumentos arquitetónicos e sítios, com a intenção de criação de valor, através de uma restauração e adaptação respeitosa.

Sendo assim, o presente estudo pretende responder à pergunta de partida *Como podemos caracterizar a dialética do património arquitetónico reabilitado com a memória coletiva, interesse público e sustentabilidade no caso da Cidade de Vitória, no Brasil?* focando a sua abordagem na área central da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, Brasil, cidade com 468 anos de existência. Trata-se de uma área com estrutura urbanística complexa e de distintos significados: simbólico, cultural, socioeconômico, e sobretudo político, de alcance metropolitano, que engloba o centro principal tradicional da cidade de Vitória e áreas adjacentes.

O centro histórico da cidade de Vitória enfrenta uma problemática ligada a evasão populacional, imóveis de interesse público abandonados, evasão urbana e econômica criada pela evolução urbana de outros bairros, políticas públicas inconclusivas, poucos investimentos culturais e poucos estudos abrangentes que conceituem e valorizem a história, memória e a sustentabilidade do património. Houve várias tentativas de se instaurar um projeto para a revitalização do centro histórico, no intuito de reaver a importância histórica do local. Porém, ainda poucos estudos englobam o património reabilitado sustentável, com a valorização da memória e a utilização de imóveis com nova função que traduzam todo seu potencial de testemunho histórico para a sociedade.

1.1 - Objetivo Geral

Caracterizar a importância das relações dialéticas entre a memória do Patrimônio Arquitetônico Reabilitado, Políticas Públicas, Sustentabilidade e a Sociedade da cidade de Vitória, como intuito de registrar, preservar e contribuir para tornar contínua sua memória, a valorizar seu potencial de existência e simbólico no Centro Histórico de Vitória.

1.2 - Objetivos Específicos

- Identificar os factores associados às mudanças e descaracterizações do Patrimônio Arquitetônico do Centro Histórico da cidade de Vitória.
- Pesquisar estudos que abordam a expansão comercial e crescimento urbano no centro da cidade de Vitória visando levantar dados quantitativos sobre Patrimônios Reabilitados e a preservação de suas Memórias, para evitar a perda de identidade histórica que podem impossibilitar estudos e interpretações futuras sobre esse espaço.
- Identificar os processos de Patrimônios já reabilitados, os danos ocasionados a sua memória através das adaptações sofridas nas edificações ao longo desse período para acompanhar o progresso econômico, o crescimento gradual da cidade e as atuais políticas de moradia.
- Identificar as atuais tendências Políticas, legislativas e de Sustentabilidade ligadas ao Patrimônio que visam sua recuperação, preservação e mudança de função.

1.3 - Metodologia

Para o desenvolvimento desta dissertação, o método de estudo baseia-se num estudo de caso, construído através da exploração e explanação de pesquisas bibliográficas, historiográficas e documentais, que visam ampliar e compreender o conhecimento direcionado ao Património Arquitetónico Reabilitado, Políticas públicas, Sustentabilidade e Memória. A área de delimitação da pesquisa e investigação, compreende-se no centro histórico da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, Brasil.

Esse estudo de caso, representa um método de pesquisa sobre o assunto citado, permitindo observações detalhadas da trajetória percorrida pelo património arquitetónico reabilitado, fornecendo informações históricas, urbanas, sociais culturais e sustentáveis e, uma reflexão sobre estudos, projetos e ações relevantes, que contribuem para a memória patrimonial.

Os instrumentos utilizados na investigação para recolha de dados, serão pesquisas bibliográficas para a construção do referencial teórico, conceptual e historiográfico, juntamente com a recolha de notícias na imprensa periódica, internet e a documentação e divulgação elaborada pelas próprias instituições públicas; documentação essencial, para permitir uma verdadeira percepção do objetivo do projeto, assim como do reconhecimento dos conceitos no contexto da opinião pública brasileira e capixaba.

A organização das informações pesquisadas inclui, levantamento histórico do património arquitetónico reabilitado no Brasil, a evolução das leis de proteção ao Património, registro das políticas públicas aplicadas ao património, um breve histórico da cidade de Vitória, citações de projetos de revitalização do centro histórico, programas e linhas de pensamento aplicadas a revitalização de centros históricos, a importância da sustentabilidade como método para a reabilitação. Estes conteúdos possibilitaram uma maior profundidade na percepção dos resultados.

Será utilizado o conceito filosófico da Fenomenologia de Martin Heidegger para destacar a dialética da construção e da memória no espaço construído. A fenomenologia aplicada ao espaço se destaca na capacidade de dar significado ao ambiente construído ao utilizar a relação entre espaço, memória e o humano. Podemos assim, identificar um potencial Fenomenológico a ser aplicado no Património Arquitetónico Reabilitado, a fim de gerar

uma saudável construção de sua nova função e salvaguarda de sua memória para uma sociedade sustentável.

A Fenomenologia surgiu na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX. O seu grande idealizador foi Franz Brentano, foi seu discípulo o Edmund Husserl que, sob influência de Platão e Descartes, desenvolveu a fenomenologia como método de análise. Posteriormente, influenciou diversos pensadores, entre eles Martin Heidegger.

A fenomenologia tem como princípio fundamental observar fenômenos, acontecimentos em sua essência, onde a experiência vivida torna-se o centro da análise e onde os sujeitos concretos vivenciam e percebem o mundo.

Heidegger, em 1924, destacou-se em direcionar os conceitos fenomenológicos já existente, aos acontecimentos e vivências no que diz respeito ao modo de ser do homem no mundo, e que esse está, sempre, localizado no tempo e no espaço. Nesse sentido, a fenomenologia heideggeriana proporciona uma compreensão, pois procura valorizar o ser na sua singularidade. A valorização do ser passa a possuir rigor científico e se fundamenta nas características do existir. A fenomenologia se ocupa em explicar as estruturas em que a experiência se verifica, descrevendo-as em suas estruturas ontológicas universais segundo WOJNAR, SWANSON (2007).

2 - Revisão da Literatura

Ao explorar os conhecimentos abordados sobre memória do Património, é pertinente realizar uma abordagem dialética, concreta e específica sobre os aspectos dos processos de registo que envolvem um Património Arquitetónico ao ser reabilitado no Brasil. Aspectos que abordam o quanto deste processo passa por registos das suas vivências e práticas, ao qual este pertenceu e o quanto de memória deste é preservada e valorizada pela a sociedade, assim como o quanto de seu potencial sustentável é disponibilizado à sociedade.

Parto do pressuposto sobre um questionamento da existência e da importância da memória do Espaço, abordado pela Fenomenologia. A fenomenologia como um estudo proveniente dos estudos e da filosofia de Husserl, no qual é professada como uma volta ao conhecimento inicial do ser, estando constituído pelas sensações mais primárias “o sentido do mundo entanto que mundo”. O nosso primeiro contato com as coisas, o estado do existir e nos reconhecer no espaço e a memória da imagem.

Vamos iniciar pelos conceitos de construção do lugar abordados pelos romanos em suas construções e habitações. Utilizar-me-ei dos conceitos da fenomenologia de Martin Heidegger no seu Ensaio com o título *Construir, Habitar e Pensar em Intenções in Architecture* (1951), onde esse descreve os processos de criação, construção e ligação da memória humana com o espaço construído e habitado, aspectos que contribuem para realçar e valorizar a qualidade poética entre o espaço e o humano.

Nesse ensaio Heidegger, começa a trabalhar a dialética entre construções habitáveis e não habitáveis. Ele trabalha o conceito do construir, onde cita a palavra do antigo alto-alemão usada para dizer construir, "*buan*", que significa habitar ou permanecer, morar. O significado próprio do verbo *bauen* (construir), a saber, também habitar. Sem dúvida, a antiga palavra *buan* não diz apenas que construir é propriamente habitar, mas também nos acena como devemos pensar o habitar que aí se nomeia. Chama a atenção para a ideia do ser, no intuito de que: eu sou a partir do momento que habito, minhas vivências inseridas no ato de habitar.

Ao trabalhar o pensamento que consiste no ato de habitar, poderemos caracterizar elementos que integram o conceito fenomenológico, pra que juntos façam a ligação entre o humano e o espaço, entre o habitar e construir.

“A referência do homem aos lugares e através dos lugares aos espaços repousa no habitar. A relação entre homem e espaço nada mais é do que um habitar pensado de maneira essencial. Nessa tentativa de pensar atentamente tanto a relação entre lugar e espaço como também o relacionamento entre homem e espaço, essência das coisas, que são lugares e que chamamos de coisas construídas, ganha uma luz”. p.8

Sobre a influências desses pensamentos, o texto *O Fenómeno do Lugar* de SCHULZ (1988), fica identificado o enorme potencial de inserir a Fenomenologia à arquitetura, com o intuito de atribuir qualidade aos espaços construídos e habitados. Uma teoria suscetível de ser direcionada para o desenvolvimento das cidades e para o qual direciono aos Patrimônios atuais reabilitados sustentáveis.

Segundo SCHULZ (1988), a fenomenologia direcionada a arquitetura despertou o interesse nas qualidades sensoriais dos materiais, luz e cor, bem como sua importância simbólica. O existir, ser, estar no mundo, que o autor caracteriza de maneira poética como *Fenômenos*, estes que assim formam os espaços que nos cercam em uma multiplicidade de lugares. Esses fenômenos podem caracterizar o *Genius Loci* = ‘Espírito do lugar’.

SCHULZ considera que a estrutura do lugar pode não ser eterna, dada a sua degradação física, porém não significa que seu *Genius Loci* seja extraviado a partir do momento que este não mais exista ou que altere sua função original de espaço. Para que isso aconteça o elemento Memória terá um papel importante no decorrer desse processo.

No conceito da palavra, NORA (1984), coloca separações entre a memória e a história. A começar pela memória que é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente e a história, uma representação do passado. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história só conhece o relativo.

Segundo HALBWACHS (1990), é possível interpretar a memória de forma coletiva e social. O autor afirma que, apesar de um evento precisar de apenas um indivíduo, para

lembrar são necessários outros. Sendo assim, a história pode ser individual, mas a memória é coletiva e passível de uma multiplicidade de interpretações.

Já na inserção do conceito e importância da memória deve ser citado BARTLETT (1932), e a sua influência significativa da Psicologia da memória, onde afirma que o processo chave de lembrar envolve a introdução do passado, para produzir um local reativado de consciência. Segundo o autor, lembrar não é reativação de inúmeros traços fixos, sem vida e fragmentados. Uma construção da memória é construída a partir de nossa atitude em relação com toda massa ativa, de reações ou experiências passadas organizadas no tempo e espaço.

O historiador francês LE GOFF (1974), ressalta que a memória acaba por “*estabelecer um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha*”. Esse vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como sujeitos da história, que possuem assim direitos como, também deveres para com a sua localidade. Nessa mesma linha, a perspectiva de POLLAK (1992), reflete sobre a memória no sentido não só do que ocorreu no passado, mas no tempo presente e em seus conflitos.

Ao associar o Patrimônio, assim como a importância de sua preservação, à memória coletiva, é através da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, cidade e nação. O avivamento da memória também contribui para a formação de identidade, resgate de raízes, por estar ligada formação cultural e econômica de um povo.

Para LE GOFF (1974), tanto a concretização quanto a permanência de um monumento têm como característica a de

"ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, como um legado à memória coletiva". p.29

Neste sentido, o monumento enquanto testemunho ou documento histórico de uma cultura, não deixa de ser um registro cultural de uma época, pois não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.

No livro *Alegoria do Património* (CHOAY,1992), é citado Ruskin e o seu pensamento que atribui à memória um novo valor que enriquece o monumento histórico, de forma e os conjuntos urbanos. Ruskin atribui a memória afetiva o que considera de “a dimensão sagrada das obras humanas”.

Ao considerar o DGOTDU, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2004, pag.129), consideramos os Centros Históricos como uma expressão de valores das civilizações Urbanas e, reconhecemos que parte dessa memória, se encontra ameaçada pela deterioração, pela degradação e, por vezes, pela destruição, afetando o desenvolvimento urbano, histórico e sustentável das cidades.

Quanto à paisagem urbana dos centros históricos, segundo COTA, SILVA (2013) afirmam, esta carrega o que denominam de *Identidade e a memória coletiva*. Ela é o produto das modificações acontecidas na sociedade ao longo dos anos e tais processos devem ser levados em consideração durante a elaboração dos planos de intervenção, unindo as políticas de preservação, ligadas ao património histórico, e as de uso e ocupação do solo.

A preservação do património, tem voltado a preencher os interesses políticos, culturais e sociais, sob óticas diferenciadas, resultando em ações diversas, muitas vezes, contraditórias e não realistas para com a sociedade que a pertence. A proteção do património para SIMÃO (2001), “*extrapola hoje os muros do Estado e alcança a sociedade*”. p.17

Ao falarmos sobre uma intervenção em centros históricos, evidenciamos vários aspectos relacionados. Na dialética de LEFEBVRE (2001), entre a reabilitação urbana e políticas públicas urbanas, são instrumentos que salientam a importância da valorização do território e reforçam a necessidade de uma perspectiva integradora. Esta perspectiva deve agregar o valor da função social e desenvolvimento económico, em consonância com o conceito de regeneração do Património. Mais do que a reparação física de um espaço, a reabilitação urbana deve centrar-se na inversão de um processo de degradação, ao analisar outros processos que a acompanham.

Segundo LANDORF (2009), o processo de renovação urbana tem-se desenvolvido na Europa, dado o contexto da qualificação do património construído enquanto valor da sustentabilidade. Abordam-se cada vez mais temas com objetivos de requalificação e revitalização das cidades, das suas zonas degradadas em particular e, de qualificação do

parque habitacional, procurando harmonizar o ambiente urbano, tornando-o mais sustentável e, desta forma, garantir uma habitação e uma nova função as construções.

No pensamento de AUGÉ (1994), nada está parado à nossa espera, tudo muda constantemente. Se o lugar antropológico representa um tempo passado e o não lugar um provável futuro, pensar a relação entre os dois é de certo modo pensar uma realidade que se joga entre o que fomos/somos e aquilo em que poderemos nos tornar, ou melhor, aquilo em que estamos nos tornando. Ao analisar a relação entre lugar antropológico e não lugar, a sociedade contemporânea transporta para o espaço a questão da alteridade, a ressaltar a dialética entre tempo, espaço e lugar:

“Se a tradição antropológica ligou a questão da alteridade (ou da identidade) à do espaço, é porque os processos de simbolização colocados em prática pelos grupos sociais deviam compreender e controlar o espaço para se compreenderem e se organizarem a si mesmos”. p.158

A pergunta que parece estar sempre subjacente ao pensamento de AUGÉ é saber de que forma os “*não lugares*” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo “*solitário*”.

Podemos então, ressaltar a ideia sobre o conceito de valor do objeto construído. Para ARGAN (1995), são os homens que atribuem valor às “*pedras*”, logo cabe aos que se dedicam ao campo da Arquitetura sua perpetuação.

No entanto, segundo FONSECA (2005), tais valores têm atribuição subjetiva e não estão isentos de influências, da realidade histórica em que vivemos. As noções modernas de monumento histórico, de património e de preservação no Brasil, só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício, pela única razão de que este é um testemunho da história e/ou uma obra de arte.

Segundo RIEGL (1999), para que seja possível estabelecer os limites da intervenção em um património cultural edificado precisamos identificar que valores são determinantes daquele bem. Para o autor, denomina-se histórico tudo que existiu em algum momento. A isto, vinculamos a ideia de que o que alguma vez existiu não pode voltar a existir, e que tudo que existiu constitui um elo imprescindível e indispensável de uma cadeia evolutiva. Quanto ao monumento artístico, todo ele é, ao mesmo tempo, um monumento histórico, pois representa um determinado estado da evolução das artes plásticas, para a qual não se pode encontrar nenhuma substituição equivalente.

No âmbito do Brasil, o centro da cidade, segundo VILHAÇA (2001), compõe um ambiente socialmente e culturalmente produzido e modificado pelos meios de produção vigentes, de cada tempo da história e é carregado de símbolos e significados, que conferem a ele papel importante na formação da memória coletiva e identidade dos cidadãos.

Ao ressaltar o aspecto habitacional, as áreas centrais das cidades brasileiras são frequentemente caracterizadas como subutilizadas, degradadas e alvo de programas do governo para revitalização, requalificação e reabilitação, que em seus discursos, intencionam trazer de volta a vida urbana desse lugar, no entanto, sua transformação em centros turísticos, culturais ou comerciais, algumas vezes conseguem aumentar a atratividade dos seus imóveis para o mercado imobiliário, o que por um aspecto social dificulta o acesso das classes menos privilegiadas (BRASIL, 2005, p.9).

O conceito de “Conservação Urbana e Territorial Integrada”, trazido por QUEIROZ e PORTELA (2009), insere o património arquitetónico num contexto urbano. Segundo esses autores, para se promover a memória e a identidade remetidas através dos núcleos urbanos, é necessário reabilitar, o que denota voltar a dar utilidade e requalificar para assim voltar a dar qualidade de vida à cidade, além de restaurá-la de forma integrada, isto é, não evidenciar unicamente a porção material do património, mas também a vida urbana.

A definição da International Trade Union Confederation, (ITUC) para QUEIROZ e PORTELA (2009) segue os parâmetros do ICCROM, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais, pelos quais essa conservação é:

“Parte de um processo global de planeamento e gestão dos territórios, cuja perspectiva é referencial no âmbito: econômico, político, social, cultural, ambiental, paisagístico e sustentável.” p.11

Tal definição procura manter a integridade, a autenticidade e a continuidade de áreas urbanas de valor cultural e enfatiza a conservação dos aspectos físicos e espaciais em articulação com o desenvolvimento da cidade, considerando a transformação dos seus valores culturais. Numa conservação urbana integrada, deve-se buscar promover uma abordagem interdisciplinar, conceber metalinguagens que facilitem a comunicação entre especialistas de diversas áreas, incentivar a participação institucional, operacional e pública, isto é, envolver todos os atores e agentes.

Para HALBWACHS (1990), há uma evidência da importância que, a localização dos espaços da memória tenha ligação direta entre essência e existência para atingir seu objetivo. Ele destaca que “*não há memória coletiva que se desenvolva fora de um marco espacial*”. A relação com o entorno é de extrema relevância, pois em um lugar isolado corre o risco de se tornar obsoleto.

O conceito de património para QUEIROZ, PORTELA (2009, p.11), se relaciona ao:

“legado geracional e uma herança do passado que nos toca a todos, independentemente de estarmos, ou não, conscientes desse legado e da sua importância”.

Mais do que uma conservação, eles defendem que, em muitos casos, é necessário um trabalho de recuperação, tendo em vista o estado dos núcleos urbanos e considerando a relevância deles.

No conceito das instituições, antes ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, isto é, voltado às lembranças do passado, o património é, no momento presente, um termo utilizado para apontar um conjunto de bens, materiais ou imateriais, que abrangem a história de um povo de modo a valorizar a memória afetiva e coletiva (AZEVEDO, 2013, p. 8).

Para DESCHAMPS (1999), os indicadores para o monitoramento de sítios registrados na Lista Património Mundial poderiam ser estabelecidos como parâmetros aplicáveis a todos os centros históricos ou agrupamentos territoriais, já que, de facto, os indicadores definidos para a avaliação de centros históricos registrados, se caracterizam por seu uso universal e por seu amplo sistema de referência. Para a autora, o contexto natural e cultural em que se encontram estes conjuntos deve receber uma ênfase muito particular porque representa um elemento chave e determinante de suas particularidades, ou seja:

“A relação cultura-natureza em que se integram os componentes geográficos, é determinante e diretamente vinculada à noção de identidade para a população.” (p.201)

Ao ascender todos conceitos existentes, o Património ainda não está livre de conflitos, ideias e interesses. Podem existir reivindicações de diferentes setores da sociedade que buscam sua expressão e visibilidade. Por isso, o patrimônio pode também ser entendido

como espaço de “*luta material ou simbólica*” (CANCLINI, 1997), envolto em disputas, reformulações e conflitos.

Ao trabalhar a sustentabilidade, a conservação é um processo que pode existir apenas se uma sociedade atribui valor à estrutura urbana, e, a fim de compreender a sua conservação, deve-se aprender a compreender primeiro o processo de formação de valor no ambiente urbano. ZANCHETI, JOKILEHTO (1997), definem o valor como a “*atribuição social relativa de qualidades às coisas que as faz ter valores*”. Conforme um processo subjetivo que depende de uma estrutura psicológica particular do indivíduo, a atribuição de valores às coisas é determinada sobre uma base individual ou pessoal quando uma pessoa identifica um valor em uma coisa porque ela deseja esta coisa ou identifica que ela lhe é útil.

Essa identificação pode facilitar os processos, já que a qualidade não é uma prioridade intrínseca da construção, mas uma possibilidade. SILVA (1994, p.159) diz que não é porque se tem a intenção de criar um espaço com determinadas qualidades sustentáveis, que ela está garantida, pois não são apenas os aspectos da construção que determinam as qualidades ambientais, mas as relações da construção com as pessoas que a utilizarão.

Inserindo o conceito ideal de cidade sustentável de acordo com ROMERO (2004), podemos colocar como:

“Um assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão e natureza-objeto, e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiência energética e equidade socioespacial.” (p.83)

Ao pensarmos no interesse público sobre as cidades, ACSELRAD (2003), as regiões ou municípios com menor organização social e econômica tendem a ser menos mobilizados e participativos, junto à comunidade ou população regional, e conseqüentemente, os agentes econômicos e políticos exercem maior influência no processo de planejamento e gestão territorial. Nesse âmbito, os interesses e as especulações econômicas e políticas não compactuam e não se equilibram, como o ideário de: sustentabilidade social, econômica e ambiental que seria o Tripé da Sustentabilidade, pois tendem a focar as ações em uma das esferas em detrimento das demais.

No contexto global ACSELRAD (1999), cita que no planejamento territorial nacional, os capitais internacionais podem ameaçar se deslocar para outros países caso não obtenham

vantagens crescentes, como: liberdade para a remessa de lucros para o exterior, isenções fiscais e estabilidade. A Pressionar os estados e municípios nos quais é menor a organização social ou econômica e maior a necessidade de preservação do patrimônio ambiental e sociocultural, pois nessas municipalidades nas quais as instituições são menos participativas e mobilizadas junto à comunidade, nessa dinâmica tende a haver políticas urbanas e ambientais mais permissivas que, conseqüentemente, podem gerar impactos desfavoráveis a planejamentos futuros.

Numa visão integrada dos centros urbanos, o patrimônio deve estar inserido num território onde a vida acontece. Além de seus aspectos ecológicos e cênicos, o patrimônio territorial também deve ser reconhecido como bem de valor econômico, cultural e social CITTADIN (2012).

A partir da classificação de LE CORBUSIER (1967), em formular as quatro funções da cidade moderna: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito (recrear), e circular; O autor defende a criação de tais projetos de cidade onde aja a desagregação de áreas residenciais, de lazer, serviços, comércio, indústrias, nas quais estas seriam conectadas por um sistema viário, que facilitam assim o acesso a áreas históricas.

Para NETTO (2013), a cidade continua a ser local onde residem grande parte da sociedade, posta como elemento a mediar vivências de uma sociedade, espaço e tempo. Essa relação é posta de forma complexa, a pensar nos mais diversos espaços físicos e temporalidade. A contar que as cidades diferem entre si em muitas maneiras (física, geográfica, social, econômica). O espaço urbano ampara essas múltiplas diversidades, a colocar a urbanidade como experiência social, esta fica sujeita à complexidade do funcionamento dessa sociedade, suas contradições e seus conflitos.

Nesse conceito NETTO, age no intuito de reduzir o estranhamento e superar as diferenças das áreas urbanas e assim entende que os espaços físicos proporcionem tal resultado. O autor coloca três maneiras para superar essa questão, que configuram a dimensão da urbanidade:

1. A dimensão Fenomenológica que proporciona o reconhecimento do outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção.
2. A dimensão Comunicativa, que visa o espaço construído como meio onde se estabelece as relações.

3. A dimensão Ontológica, quando há relação inerente entre praticas socialmente diferentes e a espacialidade da cidade.

Sobre a percepção do lugar, ROMERO (2009) ressalta que a era pré-industrial, para as antigas civilizações e a boa relação da cidade com seu lugar constituiu uma questão de sobrevivência. A exemplo dos assentamentos humanos egípcio, grego, romano, pré-colombiano, ou mesmo feudos da Europa Medieval. Assim, para a autora, o resgate dessas referências históricas da relação entre a civilização e seu modo de ocupação sustentável transcende, necessariamente, estratégias locais de ocupação urbana no âmbito da sustentabilidade.

A importância da municipalidade nas ações voltadas à preservação é apresentada na *Declaração de Amsterdã de 1975*, a qual afirma que são necessárias ações integradas de cidadãos, instituições, prefeituras e estados para a preservação eficaz dos bens patrimoniais arquitetônicos, pois esses bens estão inseridos dentro do contexto sociocultural formado pelos conjuntos de vilas, aldeias, bairros e cidades, dos quais as ações de planejamento municipal têm a ampla capacidade de gerir.

Para os moldes atuais podemos destacar a Agenda 2030 da ONU, Organização das Nações Unidas, para a sustentabilidade *Urbana Development* de 2015, que exorta os líderes mundiais a reconhecer o papel de salvaguarda do Patrimônio Construído como parte integrante do objetivo de tornar as cidades “*inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis*” (pag.21-22).

Devemos mencionar a mais recente conferência que instituiu a *New Urban Agenda*, que foi adotada na Conferência da ONU, a tratar dos assuntos sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) em Quito, Equador, de 20 de outubro de 2016. Foi endossado pelo Geral das Nações Unidas em assembleia na sua sexagésima oitava reunião plenária da septuagésima primeira sessão em 23 de dezembro de 2016.

Esta conferência exalta o mundo para uma visão compartilhada, para um futuro melhor e mais sustentável, em que todas as pessoas tenham direitos iguais e acesso aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer, assim como onde a comunidade internacional reconsidere os sistemas e a forma física dos nossos espaços urbanos para melhor utiliza-los.

A *Nova Agenda Urbana* também expõe seu compromisso em comprometer-se com o aproveitamento sustentável do património natural e cultural, tanto tangíveis e intangíveis, em cidades e assentamentos humanos, por meio de integração urbana e políticas territoriais e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e locais culturais, museus, culturas indígenas e línguas, bem como os saberes tradicionais e as artes, evidenciando o papel que desempenham na reabilitação e revitalização de áreas urbanas e no fortalecimento da participação social e do exercício de cidadania.

No Brasil, segundo o IPHAN, Instituto do Património Histórico Nacional, na Cartilha de Normatização das cidades Históricas, os centros Históricos, estão hoje sob sua proteção, através do tombamento. São esses mais de 90 conjuntos urbanos, situados em 70 cidades brasileiras.

Entretanto, atualmente verifica-se que menos de 10% das áreas tombadas em nível nacional dispõe de normas eficientes capazes de nortear as intervenções nos conjuntos históricos, o que dificulta a ação eficaz e transparente, tanto na análise dos projetos de intervenção, quanto na fiscalização dos locais não normatizados. Somam-se a este quadro as especificidades e fragilidades dos municípios onde se localizam as áreas protegidas, dos quais cerca de 50% tem menos de 50 mil habitantes, cujos quadros técnicos não são sempre compatíveis com as demandas de gestão urbana, resultante do ritmo de crescimento e transformação vivido pelas cidades brasileiras durante as últimas décadas.

Para CASTRIOTA (2009), essas imprecisões quanto aos tombamentos e revitalizações, fazem com que sejam implementadas políticas com pressupostos, objetivos e estratégias das mais diferenciadas, por vezes distantes da ideia original que o conceito chave da intervenção expressa.

Como objetivo desse trabalho, iremos analisar o centro histórico da cidade de Vitória e as suas diretrizes presentes nas políticas públicas, planos e programas do município, sua memória social e sustentabilidade. Enfatiza-se que é de suma importância para a manutenção dos outros usos existentes do património e da vitalidade do lugar mencionado que projetos sejam criados, atualizados e concluídos para a perpetuação desses.

Ao reportar-me as leis municipais existentes, cito o PDU, Plano Diretor Urbano, da cidade de Vitória e a Política de Proteção do Património Histórico, Cultural e Paisagístico, como

ponto de partida na busca em preservar e valorizar o património cultural da cidade, sendo estes representantes da identidade e memória de diferentes grupos da sociedade.

Na ambiência e a vivência desse património ganham importância para a cidade, visto que são essenciais ao seu reconhecimento e a impressão de pertencimento e de identificação por parte de seus usuários, ao mesmo tempo que tais conceitos podem ir de encontro à mercantilização do património e ao seu uso turístico como fonte principal, tão comuns na contemporaneidade.

2.1 Heidegger, Fenomenologia e o Espaço

O filósofo alemão Martin Heidegger possui estudos dedicados a problemática do espaço, em diversas fases dos seus escritos.

Em 1947 a questão do “*Ser*” começava a ser pensada em termos de lugar por Heidegger. Ao desenvolver estudos, ele pensou no espaço a partir de uma vinculação ontológica com a noção do termo “*Lugar*”, num sentido mais abrangente, numa conjectura para com os “*lugares do mundo*”.

Esse pensamento concretizou-se em 1951 com o texto *Construir, Habitar Pensar*. Esse ensaio foi exposto pela primeira vez em Darmstadt. Neste período a Alemanha passava por uma carência em construções e moradias devido aos bombardeios da segunda guerra mundial. Foi neste cenário de destruição, necessidades de moradias e de um futuro espaço para essas, que Heidegger expõe o pensamento do Ser aí – *Dasein*, contribuindo para a configuração do conceito de lugar. Segundo ALMEIDA (2007), os sentidos de pertencimento a um lugar e de permanência nele, estão ligados onde a linguagem de Heidegger instala simultaneamente seus lugares. O ensaio apresenta o construir a partir da Arquitetura e tudo a que ela pertence.

Heidegger enfatiza a ideia que o Espaço obtém sua essência no Lugar. Fica perceptível, por conseguinte, que o ser humano diferente da mesa – que é uma “coisa” – tem a possibilidade de estar aqui e lá no mesmo instante. Portanto, anterior ao espaço que conhecemos como a mensuração das distâncias, o ser humano experimenta um primordial espacializar-se, que é o sentir-se próximo ou afastado de algo ou alguém. Posso sentir-me muito próximo a alguém quando penso nele, e muito afastado de uma pessoa que pode estar ao meu lado.

Nessa mesma direção, eu posso assumir uma posição diferente no espaço, ou seja, quando digo homem, já digo também espaço, já que para o escritor de *Ser e Tempo*, o homem e o espaço se co-pertencem. É por isso que os indivíduos podem se relacionar com o espaço. Aliás, eles se relacionam sempre, já que eles ordenaram o espaço, movendo-se dentro de um horizonte das ideias e memórias de tempo e espaço.

Na sua tese de doutoramento - “*A topologia do ser*”: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger - Lígia Pádua assinala que é importante observar que o termo espacialidade – *Räumlichkeit*, refere-se sempre à instância mais “originária”, isto é, refere-se ao mundo. Somente a partir desta espacialidade mundana podem se derivar locais – *Orte*, ou qualquer tipo particular de espaço - *Raum*, como o espaço geométrico, por exemplo. A palavra espaço tem neste momento um sentido sempre derivado, isto é, sua compreensão se dá apenas a partir da compreensão da espacialidade fática, que se origina e se revela no mundo.

Estas observações apontam para o facto de que o espaço da ação, ou do trabalho, ao contrário de outros registos espaciais, como os da geometria ou das intuições lógicas, é um espaço não homogêneo, mas que possui um, ou diversos centros direcionadores e, mais do que isso, uma textura temporal, ou seja, uma topologia determinada pela temporalidade inerente à estrutura da ocupação do ser-no-mundo. Por conseguinte, o espaço jamais é percebido em seu ser, mas se organiza, se configura e se deixa perceber como um determinado lugar a partir das coisas, dos objetos que compõem cadeias significativas. O espaço se revela na existência, no que existe mundo, no que existe *Dasein*. E isto só ocorre porque a compreensão do espaço pelo *Dasein* é simultânea à compreensão de seu próprio ser (tomar consciência de si, a partir de si mesmo). Enquanto abertura, o *Dasein* apenas descobre o espaço, trazendo-o à luz em seus modos de manifestação e, assim, os demais entes tornam-se, então, próximos ou distantes no que são “espacialmente encontrados”.

Heidegger diz: “o *Dasein* toma – em sentido literal – para si o espaço”. Comentando essa passagem, Pádua assinala que isso não significa alguma forma de representação espacial, mas antes um trazer para dentro de si o espaço, agir através dele, romper, em sentido literal, a rigidez, as fronteiras entre o dentro e o fora, ser, ele mesmo, abertura, e mais do que isso, o lugar dessa abertura. Neste espaço então aberto, ele determina e reserva seu próprio lugar – compreendido aqui em seu sentido mais pleno, ao qual ele sempre retorna.

Em seu texto, Heidegger destaca que: Ouvindo, porém, o que a linguagem diz na palavra *bauen* - construir, podemos perceber três coisas:

1. *Bauen*, construir é propriamente habitar;
2. *Wohnen*, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra;

3. No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções.

Ao colocar esses três momentos, Heidegger enfatiza que haveremos de encontrar um aceno e assim poderemos observar que, enquanto não pensarmos que todo construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez questionar de maneira suficiente e muito menos decidir de modo apropriado o que o construir de construções é em seu *vigor de essência*. Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam, no sentido de permanecer, resguardar.

Heidegger continua a configurar em seu ensaio de maneira poética a essência humana a consistir o habitar, no âmbito da vivência humana.

O teórico norueguês Christian Norberg Schulz realizou estudos na arquitetura desenvolvendo as ideias de Heidegger em seu ensaio *Construir Habitar e Pensar*. Em seu texto o *Fenômeno do Lugar*, cita as palavras de Heidegger a dizer que:

“as construções trazem a terra, como paisagem habitada, para perto do homem, e ao mesmo tempo situam a intimidade da vizinhança sob a vastidão do céu”. A tratar de uma releitura sobre as estruturas dos lugares construídos.” (p.449)

Para Schulz, muitas tentativas foram feitas na teoria da arquitetura para definir o espaço em termos qualitativos concretos do ambiente construído. Heidegger os chama de *Cercamentos*. Schulz denomina como estrutura do lugar, que se expressa em totalidades ambientais que incluem os aspectos do espaço e de seu caráter.

O Autor usa a palavra habitar, para se referir a relação entre o homem e o lugar construído. Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental. A ressaltar que habitar pressupõe, antes de tudo, uma identificação com o ambiente.

Segundo BACHELARD (1993), em seu Livro *A Poética do Espaço*, o autor utiliza a fenomenologia para o levar em conta a partida da imagem numa consciência individual. a imagem sobre o espaço, pode ajudar-nos a restituir a subjetividade das imagens e a medir a amplitude, a força, o sentido da transubjetividade da imagem.

Para BACHELARD, no que tange a abrangência da Fenomenologia e imagem, afirma que:

“A imagem não está submetida a um impulso. Não é o eco de um passado. É antes o inverso: pela explosão de uma imagem, o passado longínquo que ressoa em ecos e não se vê mais em que profundidade esses ecos vão repercutir e cessar. Por sua novidade, por sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Ela advém de uma *ontologia direta*.”. (p.193)

Para o autor, esclarecer filosoficamente o problema da imagem poética é preciso voltar a uma fenomenologia da imaginação. Esta seria um estudo do fenómeno da imagem poética no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade.

Heidegger reafirma a real necessidade de habitar para assim podermos construir. Em substituição ao exemplo de Heidegger em seu texto, faço referência a estrutura concreta do Património Arquitetónico. Sua permanência não se relaciona, de modo algum, que devemos e podemos voltar a construir desse modo. A referência existencial apenas torna visível, num já ter-sido um habitar, como o habitar foi capaz de construir.

O autor encerra seu texto com a ideia da necessidade do que ele chama de desenraizamento humano, a qual considera como o único apelo para os homens buscarem o habitar.

2.2 – Memória e Património

De uma maneira geral chamamos de memória a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações.

A memória é um conceito que já foi abordado por inúmeros autores e por meio de uma gama diversificada de vieses e referenciais teóricos. Podemos defini-la no seu aspecto neurofisiológico, ou numa das variadas abordagens psicanalíticas, como também é possível encará-la como um fenómeno social, de expressão tanto individual quanto coletiva. Esta faculdade humana, que pode ser entendida como a capacidade de conservar certas informações, possui consequências que extrapolam muito os seus próprios conceitos.

A memória pode ser considerada um importante processo psicológico, pois além de ser responsável pela nossa identidade pessoal e por guiar em maior ou menor grau nosso dia a dia, está relacionada a outras funções humanas igualmente importantes, tais como a função executiva, aprendizado e emoções.

De acordo com BADDLEY e EYSENCK (2011), a memória é considerada um sistema complexo e múltiplo combinado por arranjos de codificações ou subsistemas que permitem a armazenagem e a recuperação de informações no cérebro. Seguindo o pensamento dos autores, a memória a longo prazo são aquelas armazenadas por anos, ou mesmo, por toda vida.

Segundo MACQUET (2009), a repetição permite que algumas experiências fiquem enraizadas nas conexões neurais, fazendo com que as memórias de longo prazo possam ser acessadas também de forma não consciente.

No âmbito das emoções, sentimentos e recordações afetivas visuais, funcionam como alertas emocionais que beneficiam a memória. O uso da imagem contribui para o desempenho da memória a longo prazo HUNT (1993).

No início do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs trouxe uma importante ruptura com a ideia que se tinha até então de memória. Acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, ou seja, que a memória era regida exclusivamente por leis biológicas. Os trabalhos do autor foram pioneiros, pois trouxeram

ao estudo da memória, o factor social, mostrando a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo, assim como as vivências sociais.

O que precisa ser observado é que boa parte das lembranças de um indivíduo é relativa a momentos compartilhados com outros, seja no ambiente familiar, no trabalho, na escola, ou, numa escala maior, em um bairro, cidade, ou até país.

Dessa forma, pode-se dizer, em consonância com HALBWACHS (2013), que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Se boa parte das lembranças que temos é relativa a momentos em que a memória é compartilhada, ainda existe uma parcela de momentos que foram vivenciados por uma pessoa somente. Até mesmo esses momentos individuais podem possuir relações com o coletivo.

De maneira similar, cada vez mais os processos cognitivos ajudam a explicar muitos aspectos da comunicação social. A Psicologia Cognitiva refere-se aos processos internos envolvidos em extrair sentido do ambiente e decidir que ação deve ser apropriada. Esses processos incluem atenção, percepção, aprendizagem, memória, linguagem, resolução de problemas, raciocínio e pensamento MILLER (1956).

Podemos também citar a percepção visual, um processo neural que é de grande importância em nossa vida diária. Ela permite que nos movimentemos livremente, para ver as pessoas com quem estamos interagindo, ler livros e revistas, admirar as maravilhas da natureza HEGLÉ (2008).

A partir da compreensão da memória individual, o próximo passo é estabelecer o que é a memória coletiva, a que ela se refere. Quando há uma lembrança que foi vivida por uma pessoa ou repassada para ela, e que diz respeito a uma comunidade, ou grupo, essa lembrança vai se tornando um património daquela comunidade. As informações mais relevantes dessas lembranças serão repassadas de pessoa a pessoa e vão contribuir para história oral de um determinado lugar, ou grupo.

Segundo VON SIMSON (2003), a memória coletiva, geralmente tenderá a idealizar o passado e, na maioria das vezes, estará vinculada a um acontecimento pontual, que será considerado o de máxima relevância.

Para o autor, a memória coletiva é formada por factos e aspectos julgados importantes e que são guardados como a memória oficial da sociedade mais ampla. Se expressa no que chamamos de *Lugares da Memória*. Eles são os memoriais, os monumentos mais

importantes, os hinos oficiais, quadros célebres, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. Somos dotados de um enorme potencial físico para vivenciarmos o espaço em que vivemos e assim contribuirmos para o melhoramento deste. A memória nos permite reencontrar as imagens do nosso passado.

A História ocupa um lugar importante na sociedade, em que exerce o papel de registrar como uma memória plural e total, relacionada aos aspectos de construção das coisas, países, pessoas, lugares. A memória busca identidades, recordações, origens e emoções. A história os surgimentos, acontecimentos e registros.

Segundo ABREU (1998), para se tratar da memória de um lugar, há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história no e do lugar.

Ao se direcionar a importância da memória coletiva para o objeto de estudo desse trabalho, enfatizo CHOAY (1996), com a expressão de que:

“O Património Histórico designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum.” (p.213)

A noção de Património nos remete a História, a memória e aos lugares de memória. O grau de complexidade amplia-se quando se considera o papel que a memória social exerce nesta definição. Neste sentido, a memória coletiva adquire um papel importante, posto que, construída a partir de uma seletividade, torna-se também um resultado das disputas pelo sentido da história.

No conceito de lugares determinados por uma identidade que, se relacione diretamente com a história, para associação e interpretação do conteúdo de valor e função simbólicos. Sendo assim, funcionam como catalizadores, que podem servir tanto como recordação da história como ensinamentos para futuros visitantes.

Para YOUNG (2007), a função da arquitetura nesse contexto é estabilizar a memória coletiva, pois o espaço criado será uma metáfora. O desafio desses espaços é ter técnicas que ajudam no processo de memorização, ou seja, concretizar uma identidade que se relacione com a memória para associação do conteúdo.

2.3 Conceito de Património Arquitetónico e Conceito sobre Reabilitação

Ao refletir sobre o património arquitetónico, podemos retornar ao conceito da palavra Monumento, refletir sobre a sua estrutura, da palavra latina “*monumentum*” remete para a raiz indo-européia “*men*”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo “*monere*” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “*monumentatum*” é um sinal do passado. Para atender às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. Desde a Antiguidade romana o “*monumentum*” tende a especializar-se em dois sentidos: seja em uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura; arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; ou em um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada, LE GOFF (1984, p.95).

Segundo CHOAY (1998), dos anos de 1830 e 1887, houve-se um decreto para a criação do cargo de inspetor dos monumentos históricos e uma longa fase de experimentação para origem da legislação francesa referente aos monumentos históricos. Foi aberto pelo Comitê de Instrução Pública sob a Revolução, e levou sua promulgação em 1887, a primeira lei sobre monumentos históricos.

Pensar nessa categoria de análise e na questão específica da construção arquitetônica, podem-se pontuar as cartas patrimoniais adotadas pela UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e mais precisamente pelo ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, como pilares à formulação do conceito de Património. Dessas cartas, elegeu-se como mais significativas:

- Carta de Atenas para a restauração de monumentos históricos: adotada pelo I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos, Atenas, 1931. Pela primeira vez como documento internacional, para uma orientação a preservação de Monumentos e Sítios históricos.
- Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano, Nova Délhi, dezembro de 1956. Com o regime de exceção da II

Grande Guerra e os acontecimentos que a antecederam determinaram um hiato nas discussões conceituais sobre esse tema nos anos 1930 e 1940 do século XX. Nos anos 50 retornaram a acontecer.

- Carta de Veneza: carta internacional para a conservação e restauração de monumentos e sítios — II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, Veneza, maio de 1964. Nesta carta surge a ICOMOS a instituição com o objetivo de preservação e proteção dos edifícios históricos.

- Normas de Quito: relatório final do encontro sobre a preservação e utilização de monumentos e sítios de valor histórico e artístico, Quito, dezembro de 1967. Propõe uma união entre o crescimento urbano e a proteção aos bens patrimoniais.

- Resoluções sobre a introdução da arquitetura contemporânea em Grupos de Edifícios Antigos, Budapeste, junho de 1972. Agregando questões mais amplas como a proteção ao Patrimônio mundial, cultural e natural.

- Declaração de Amsterdã, Amsterdã, outubro de 1975. Estabelece uma proposta de maior integração dos monumentos à sociedade.

- Carta europeia sobre o Patrimônio Arquitetônico, Amsterdã, outubro de 1975. Constrói os conceitos do patrimônio arquitetônico:

1) Monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;

2) Conjuntos arquitetônicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;

3) Sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico (Conselho da Europa, 1985, p.2).

- Carta de Florença: Comitê Internacional de Jardins Históricos, ICOMOS e IFLA, Florença, maio de 1981. Amplia a compreensão do espaço do monumento para

além de suas estruturas arquitetônicas: o entorno torna-se preponderante, principalmente quando se refere aos jardins e praças que partilham o espaço e, com a edificação, compõem uma estética e uma identidade local. A inclusão de complementares às construções faz parte de uma percepção maior do espaço e reflete a busca de uma integração homem-natureza que ocorre nos grandes centros urbanos.

- Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Granada, outubro de 1985. Evocam cada vez mais movimentos à ecologia.

- Carta de Washington: carta para a conservação de cidades históricas em áreas urbanas, Assembleia Geral do ICOMOS, Washington, outubro de 1987. Recomendações as questões relacionadas ao planejamento urbano. A dialética das relações sociais e econômicas.

- O Documento de Nara: Conferência de Nara sobre a Autenticidade em Relação à Convenção Mundial do Patrimônio, Nara, Japão, novembro de 1994. Este documento propõe a revitalização dos conceitos de preservação no mundo contemporâneo:

“A conservação do patrimônio cultural, sob todas as suas formas e em todos os seus períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao próprio patrimônio. A nossa capacidade para compreendermos estes valores depende, em parte, do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses valores, como sendo credíveis ou verdadeiras. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do patrimônio cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios”. (p.3)

- Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado — Assembleia Geral do ICOMOS, México, outubro de 1999. Que cita:

“O patrimônio vernacular edificado ocupa lugar privilegiado na afeição e é motivo de orgulho de todos os povos. Ele foi aceito como um produto característico e atrativo da sociedade. Ele parece irregular, mas, ainda assim, ordenado. Ele é utilitário, além de possuir interesse e beleza. Ele é um foco de vida contemporânea e, ao mesmo tempo, é um registro da história da sociedade. Embora seja o resultado do trabalho do homem, ele é, também, uma criação do tempo. Ele mereceria integrar o patrimônio da humanidade se houvesse cuidado na conservação desta tradicional harmonia que constitui o cerne da própria existência do homem. O patrimônio vernacular edificado

é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, de sua relação com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. A construção vernacular é o modo tradicional e natural das comunidades se abrigarem. É um processo contínuo que inclui as mudanças necessárias e uma constante adaptação em resposta às limitações sociais e ambientais. A sobrevivência desta tradição é mundialmente ameaçada pelas forças da homogeneização econômica, cultural e arquitetônica. A maneira de fazer frente a essas forças é um problema fundamental que necessita ser encarado pelas comunidades e também pelos governos, planejador, arquitetos, conservadores e por um grupo multidisciplinar de especialistas (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios”. (p.1)

Ao observarmos todas essas recomendações percebemos que a situação dos bens patrimoniais na sociedade contemporânea é colocada no centro dos debates, bem como estes se direcionam para as técnicas de restauro ou exploração, a questão social da memória material ou o sentido da preservação da cultura.

Quando pensamos em medidas e decisões políticas sobre a preservação do Patrimônio Arquitetônico e todos os conceitos a ele concedido, observamos que os problemas de degradação, abandono e de destruição parecem sofrer um processo na distribuição quanto a sua responsabilidade. Em uma análise isolada, cada problema pode oferecer uma solução mais tangível; porém, reunidos todos em um mesmo segmento, potencializam o grau de complexidade no escopo da preservação.

Segundo CHOAY (1996, p. 219), a historiadora cita o termo Reutilização, no conceito de reintegrar um edifício desativado a um uso normal.

Segundo HOUAISS (2002), o termo reabilitação vem do latim re + habilito, “tornar apto, fazer hábil”, voltar a tornar apto. Segundo ABREU e LUCAS (2003), a reabilitação é simplesmente a “intervenção destinada a proporcionar desempenho compatível com exigências ou condicionalismos actuais”. Na realidade a reabilitação articula o objetivo da “recuperação dos valores preexistentes numa dada edificação histórica (ou não) com a sua beneficiação geral.” (AGUIAR e PINHO, 2006).

No ano de 1995 ocorreu o 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, onde foi redigida a Carta de Lisboa que dentre suas definições afirma no artigo 1º b que:

Reabilitação urbana – É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas

a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e características da área da cidade a que dizem respeito.

O CPA, Colégio do Património Arquitetónico em Portugal, no âmbito do programa *Reabilitar como Regra*, apresentou em sequência de três mesas redondas, um conceito para o termo Reabilitação onde afirma que:

“Reabilitação - intervenção integrada de adaptação de uma construção ou sítio com o objetivo de permitir a sua utilização, que procura melhorar os seus níveis de desempenho e implica a preservação dos valores com significado cultural nele existentes.”

Em Portugal, de acordo com as diretrizes do DGPC, Direção Geral do Património Cultural, o património arquitetónico, construído e paisagístico, englobam os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um factor de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras.

No Brasil, o IPHAN, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Património Cultural Brasileiro. Cabe a ele proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Património Mundial e na Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO respectivamente, a Convenção do Património Mundial de 1972 e a Convenção do Património Cultural Imaterial de 2003.

O IPHAN enquadra o Património Arquitetónico pertencente ao conjunto do património cultural material, na aba de conjuntos urbanos, onde cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Património Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios, e da sociedade civil.

Consolidada pelo IPHAN, a PPCM, Política de Patrimônio Cultural Material, foi instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. Essa normativa servirá de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para o Patrimônio arquitetônico no IPHAN, a Política de Patrimônio Cultural Material traz inovações importantes para os procedimentos que envolvem a preservação e valorização do patrimônio cultural. Mas, permeando todas elas, está o objetivo de promover a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo assim a legitimidade das ações do IPHAN junto às comunidades e também entre os agentes públicos. Esse objetivo decorre de diversos princípios, sobretudo da indissociabilidade entre os bens culturais e as comunidades, da participação ativa na elaboração de estratégias e da colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade:

Declaração de Lugares de Memória - Este é instrumento de proteção inédito: por meio desse reconhecimento, ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade, em consequência da ação humana ou do tempo, o Iphan poderá reconhecer a importância de seus valores simbólicos.

Um dos critérios de preservação mais difíceis de estabelecer, que possam ser seguidos efetivamente, são aqueles para com o Patrimônio Arquitetônico, quando localizados no perímetro urbano não suportam, muitas vezes, a pressão econômica do crescimento industrial; a demanda de moradia, espaços públicos e comerciais; a ampliação de vias de acesso e as necessidades próprias da cidade. Sofrem a poluição inerente às grandes cidades e, portanto, alterações químicas e físicas em sua estrutura. Suportam a descaracterização e a incompreensão histórica de sua existência. A crise da cidade, como desagregação histórica da sociedade, é relacionada por ARGAN (1998), à crise da arte e à crise do objeto:

“A desagregação dos mármore romanos nada mais é que uma enlutada alegoria da radical incompatibilidade daquilo que resta da cidade com a vida da metrópole — a angustiante consciência de poder assistir à consumação de uma catástrofe cultural sem paralelo possível, à perda, no breve transcorrer de poucos anos, de todo o patrimônio histórico e artístico que não pode ser

imediatamente conservado em museus. Os objetos, as obras de arte — numa sociedade cuja estrutura cultural não seja mais a história, como corre o risco de acontecer com a sociedade atual — são fragmentos de um passado não mais relacionável ao presente, são quase ilhas, resíduos de um continente submerso.” (p.7)

De acordo com LE GOFF (1984), o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; é um legado à memória coletiva, principalmente nos espaços onde o acesso ao documento escrito é restrito — quer pelas normas, quer pela forma. O monumento surge como um elo possível de ligação do presente com o passado em um contexto social, no qual a memória parece cada vez mais cronologicamente limitada. Porém, o monumento precisa dizer algo, falar ao ouvido das pessoas acerca de suas histórias, senão, permanece no campo do intocável.

2.4 Normas para Reabilitação

Na referência de Lei, deliberada ao IPHAN, consideramos inicialmente a Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que diz:

Organiza a proteção do património histórico e artístico nacional.

Art. 1º Constitui o património histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do património histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao património histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Os instrumentos de proteção do património material utilizados pelo IPHAN visam garantir legalmente a preservação dos bens de interesse cultural para o país. Foram estabelecidos por diferentes legislações ao longo do tempo, e atualmente constituem uma gama de alternativas a serem empregadas a depender da natureza do bem.

Um dos instrumentos que podemos citar é o Tombamento, é o instrumento de reconhecimento e proteção do património cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso.

Nos anos 1980 a reabilitação urbana foi inserida e difundida como modelo de intervenção no patrimônio. Esta começa a levar em conta a realidade sobre a qual se quer atuar e suas políticas, além de formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento CASTRIOTA (2009).

A Carta de Petrópolis, com as recomendações geradas no Primeiro Seminário Brasileiro de Revitalização dos Centros Históricos foi em 1987. O principal objetivo dos documentos foi, o de formalizar as ações práticas de um planejamento urbano consciente e integrado à sociedade e cobrar dos poderes legislativos a formulação de leis efetivas que protejam os centros históricos em áreas urbanas.

O IPHAN conta com um manual para elaboração de projetos de preservação do Patrimônio. Este foi preparado com o objetivo de atender, prioritariamente, aos profissionais que trabalham nos projetos integrantes do Programa “Monumenta”, e que envolvam bens imóveis protegidos por tombamento federal ou situados nas Áreas de Projeto, assim como Projetos de Intervenção em espaços públicos urbanos integrantes dessas áreas.

O Programa Monumenta, que teve início no ano 2000, é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

O Programa, que conta com financiamento do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio

financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

O Monumenta é implementado nas cidades a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, mediante o qual se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa são formadas equipes compostas por técnicos do município ou do estado em conjunto com o Iphan. As equipes compõem a UEP, Unidade de Esforço de Produção, que recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura.

O programa realiza intervenções na perspectiva de qualificar os espaços públicos dos núcleos históricos e de gerar impactos econômicos, urbanos, sociais e culturais – para garantir a sustentabilidade do processo de preservação. Na iniciativa de criar bases concretas que pudessem permitir o desenvolvimento destas cidades com respeito ao seu patrimônio, a ser protegido e incorporado à vida urbana.

O Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural é composto de sete capítulos que compreendem basicamente roteiros e orientações para elaboração de projetos nas seguintes áreas:

- Patrimônio Edificado;
- Espaços Públicos Urbanos.

Capítulo 1: Introdução - refere-se à estrutura e organização do Manual.

Capítulo 2: Objetivos, Conceitos e Definições - contém os principais conceitos e definições que embasaram a elaboração do Manual.

Capítulo 3: Disposições Gerais - trata de princípios da preservação e condições para elaboração de Projetos de Intervenção em bens do patrimônio cultural.

Capítulo 4 e 5: Patrimônio Edificado e Espaços Públicos Urbanos - respectivamente, têm o propósito de orientar a elaboração de Projetos de Intervenção em bens do patrimônio cultural, desde a etapa de identificação do objeto até o projeto executivo.

Capítulo 6: Projetos Complementares - refere-se às orientações para elaboração de alguns projetos de engenharia para edificações, que ocorrem com mais frequência. Demais projetos complementares, tanto para edificações quanto para espaços públicos urbanos, dada a grande variedade, deverão seguir recomendações e regulamentações específicas.

Capítulo 7: Apresentação dos Projetos - estabelece disposições para apresentação dos produtos dos projetos, tais como padronização dos textos, documentação fotográfica e iconográfica e representações gráficas.

O objetivo deste manual é estabelecer diretrizes, orientar e sistematizar a Elaboração de Projetos para Preservação do Patrimônio Edificado e de Espaços Públicos Urbanos integrantes do Patrimônio Cultural, protegido na forma da legislação pertinente.

Alguns conceitos e definições citados do manual direcionados ao Patrimônio Edificado são os seguintes:

- Consulta Prévia - consultas, troca de informações e orientações preliminares, de natureza formal ou informal, de iniciativa do interessado em elaborar projetos de preservação em bens sob proteção Federal.
- Conservação - conjunto de ações destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem cultural. Engloba um ou mais tipos de intervenções.
- Manutenção - conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento e uso, em especial, a edificação. São exemplos: inspeções rotineiras, a limpeza diária ou periódica, pinturas, imunizações, reposição de telhas danificadas, inspeção nos sistemas hidrossanitário, elétrico e outras.
- Reparação - conjunto de operações para corrigir danos incipientes e de pequena repercussão. São exemplos: troca ou recuperação de ferragens, metais e acessórios das instalações, reposição de elementos de coberturas, recomposições de pequenas partes de pisos e pavimentações e outras.
- Reabilitação - conjunto de operações destinadas a tornar apto o edifício a novos usos, diferente para o qual foi concebido.
- Reconstrução - conjunto de ações destinadas a restaurar uma edificação ou parte dela, que se encontre destruída ou em risco de destruição, mas ainda não em ruínas. A reconstrução é aceitável em poucos casos especiais e deve ser baseada em evidências

históricas ou documentação indiscutíveis. São exemplos: as edificações destruídas por incêndios, enchentes, guerra, ou, ainda, na iminência de serem destruídas, como no caso de construção de barragens.

- Consolidação / Estabilização - conjunto de operações destinadas a manter a integridade estrutural, em parte ou em toda a edificação.

- Restauração ou Restauo - conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, relativa à concepção original ou de intervenções significativas na sua história. O restauro deve ser baseado em análises e levantamentos inquestionáveis e a execução permitir a distinção entre o original e a intervenção. A restauração constitui o tipo de conservação que requer o maior número de ações especializadas.

- Revitalização - conjunto de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou conjuntos de edificações de valor histórico de apoio à “reabilitação” das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a conseqüente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos.

Ao falarmos sobre o apoio ao uso de técnicas modernas arquitetônicas na restauração dos edifícios antigos, podemos citar o que a Arquitetura Contemporânea costuma chamar hoje de *Retrofit*: que se classifica na manutenção das fachadas externas, com a reestruturação do espaço interno em função das demandas específicas dos clientes.

No Brasil, esta prática tornou-se comum com a vinda de multinacionais, como Bancos e empresas de Telecomunicações, para as grandes cidades nos anos 1990 do século XX, impulsionando o mercado imobiliário desses grandes centros; como não haveria tempo e espaço apropriado para a construção, essas empresas compraram edifícios antigos e os adaptaram às suas necessidades; esta adaptação envolveu a manutenção das fachadas, a revitalização do entorno, mas garantiu reformas internas do espaço de acordo com a dinâmica da empresa: introdução de elevadores, divisórias, paredes falsas, mezaninos e normas para a acessibilidade.

2.5 Património Arquitetónico no Brasil

O processo de urbanização é um fenómeno social, o que implica considerar que também pode ser compreendido como um processo histórico. Em sua análise dos princípios modernos do urbanismo ASCHER (2010), explica que o urbanismo deve ser analisado não como um estado, mas como um processo constante de transformação da sociedade.

A primeira forma de ordenamento jurídico das terras brasileiras foi o regime de concessão de sesmarias. O instituto das sesmarias foi criado em Portugal, em fins do século XIV, objetivando solucionar uma crise de abastecimento. Segundo SILVA (2008, p. 41), as terras portuguesas, ainda estruturadas pelo sistema feudal, eram, em sua maioria, apropriadas e tinham senhorios, os quais, em muitos casos, não as cultivavam nem as arrendavam. Dessa forma, eram terras incultas.

O sistema Sesmarial tinha como princípio básico acabar com a ociosidade das terras determinando o cultivo sob pena de perda de domínio. MOTTA (2012), ressalta que a lei inaugurou o princípio da expropriação da terra, caso ela não fosse cultivada.

“O cultivo foi o elemento normativo fundamental imposto como condição para aqueles que recebiam terras, o qual estava na base das disposições normativas do regime sesmarial [...]” (p.15)

Segundo GONÇALVES (2014, p. 21), no Brasil, a aplicação desse regime almejava solucionar o problema de como regular as terras diante da necessidade de ocupação e de povoamento do território colonial.

De acordo com FANIA e FRIDMAN (1999), a análise do património original de fundação da cidade do Rio de Janeiro revela que as ordenações portuguesas, influenciadas pelo direito romano previam que:

“A fundação de uma cidade a constituição de um património territorial municipal compreendia a área da povoação e torrões mais distantes”.
(p.254,255)

A partir de 1889, com a Proclamação da República no Brasil, não foi possível observar com tanta frequência as condições urbanas já existentes, mas a nova ordem política e econômica, possibilitou a formação direta de cidades. Aquelas que não possuíam

condições necessárias para atingir essa condição (cidade) passaram a ser reconhecidas como Distritos, núcleos urbanos sem autonomia política, inseridos em terras de um município e dependentes política e economicamente de uma cidade.

O desenvolvimento dos transportes que se assistiu em paralelo e, associado aos intensos processos de suburbanização com novas centralidades periféricas, acabou por fomentar a separação entre o local de trabalho e as residências. Este modelo acabou por colocar graves problemas às áreas urbanas, levando a um aumento das deslocações pendulares, dificuldades de transporte e também levou ao abandono dos centros históricos das cidades, deixando-os degradados e envelhecidos CAVÉM (2007 p. 16).

Até o final da década de 1980, as formas de preservação no Brasil representaram o valor histórico e cultural concretizados no espaço construído, representados por monumentos ou objetos de valor histórico e artístico incomum. Segundo COTA E SILVA (2013), trazem o termo tombamento, como um conjunto de procedimentos efetivados pelo Poder Público com o objetivo de assegurar a proteção e a conservação da integridade dos bens materiais, móveis e imóveis, públicos e privados, de interesse cultural, que foi estabelecido em 1937 como exclusivo instrumento de preservação e, somente em 1970, a partir do Compromisso de Brasília, começam a se fortalecer os Institutos Estaduais de Património.

A descentralização da questão patrimonial, sendo sua responsabilidade transferida aos poderes locais (municípios), por sua vez, aconteceu mais tarde, cujo marco inicial foi trazido pela Constituição Federal de 1988.

Inicialmente, as categorias para tombamento nacional (Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937) restringiam-se a quatro linhas básicas, diretamente relacionadas a disciplinas de arte, História, arqueologia e etnografia: Livro do Tombo de Belas Artes, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo Arqueológico e Livro do Tomo Etnológico. Apenas aqueles exemplares que se enquadrassem nestas categorias fixas, em especial na de belas-artes e no de histórico, eram considerados para tombamento, ficando de fora obras utilitárias (engenharias) e o chamado património imaterial (danças, lendas, cantos, festas populares e etc.). Somente a partir de 1979 são incorporados novos conceitos de bem patrimonial: património material e património imaterial.

Assim, a conceituação de monumentos é ampliada, passando a serem consideradas as obras arquitetónicas que sejam um único ou pelo menos um excepcional testemunho de

uma tradição cultural ou para uma civilização existente ou perdida, que sejam um exemplar de uma tipologia arquitetônica, ou uma paisagem que ilustre um significativo estágio da história humana e finalmente, que sejam um importante representante de uma ocupação tradicional humana ou da apropriação do território de uma cultura, especialmente quando este tornou-se vulnerável pelo impacto de seu entorno.

O nosso património edificado normalmente está classificado em duas categorias básicas: Monumento Histórico que constitui toda e qualquer edificação tombada e inscrita no Livro de Tombo Histórico e Monumento Artístico, aquelas tombadas e inseridas no Livro de Tombo Artístico. O livro do Tombo se refere aonde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a factos memoráveis da história do Brasil.

A diferença dessas classificações implica na atribuição de valor histórico e de valor artístico, podendo um mesmo monumento estar inscrito em ambos os livros. Tais valores são considerados como valores de ordem da cultura, no entanto outros valores simbólicos podem ser conferidos a esses bens (material ou imaterial), tais como: a atribuição de valores econômicos, utilitários e afetivos. Isto porque o "olhar" do indivíduo ou grupo de indivíduos que o interpreta, leigos ou eruditos, é subjetivo levando-se muitas variáveis em consideração. No entanto, os valores consagrados - valor histórico e estético - fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade.

2.6 Políticas Públicas no Património

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente.

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Ao direcionarmos para a questão patrimonial, citamos a historiadora HORTA (1999), que identifica a Educação ao Património o factor primário, como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no património cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Neste caminho, ainda nas palavras da autora, o contato direto com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural, para que o interesse da sociedade seja cada vez mais, solicitar medidas aos governantes em benefício dessa.

A origem dessa expressão é inglesa *Heritage Education* e envolve um trabalho de alfabetização cultural, segundo HORTA, (apud ORÍÁ 2001):

“que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. (p. 1)

Toda a historiografia, assim como os projetos e intervenções sistemáticas do período dos anos 30, refletem a busca de uma identidade que fundamentasse a memória técnico construtiva e artístico-cultural de nossa sociedade colonial. Observa-se esta linha de intervenção nos escritos de estudiosos como José Wasth Rodrigues, Airton Carvalho, Luiz Saia, Paulo Tedim Barreto, Robert C. Smith, Germain Bazin, Mário de Andrade, Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, entre outros pesquisadores

brasileiros e estrangeiros, dirigiram seus levantamentos e estudos aos ditos “monumentos nacionais”: Igrejas barroco-rococós, fortificações, núcleos urbanos originais e a casa colonial como reflexo de uma idílica sociedade patriarcal esboçada pelos regionalistas nordestinos.

Dentro do contexto nacional em termos intervencionistas, tivemos, durante esse período, atuações lentas, por vezes repetidas no grosso do património tombado. Em comparação, no mesmo período de tempo, a Europa se reconstruiu quase que completa, por duas vezes.

Épocas de poucos recursos para trabalhos na área de cultura se alternaram com períodos nos quais o que faltava eram os projetos para atingir as verbas disponíveis. Por outro lado, as falhas projetuais em termos de detalhamento e fundamentação das propostas técnicas e estéticas se somavam à dificuldade de conseguir mão de obra capacitada para os condicionantes específicos, já que não existem cursos preparatórios sistemáticos. A isso, soma-se, ainda, a falta de capacidade de controle urbano por parte do Estado em contraposição aos interesses privados de uso e ocupação do solo.

No Brasil, foi a partir do evento ocorrido no ano de 1983, por iniciativa do Museu Imperial, em Petrópolis do Rio de Janeiro, que a perspectiva da Educação Patrimonial foi, de facto, reconhecida.

De acordo com HORTA (1999), foi a partir dessa experiência inicial que surgiram novas práticas e experiências desenvolvidas no país, acabando por culminar em “resultados surpreendentes”. Nesse sentido, torna-se destaque uma nova visão sobre o Património Cultural brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas como fonte de conhecimento e aprendizado, podendo ser inserida nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.

Segundo SANTANNA (apud ORIÁ, 2001), foi no bojo do movimento modernista que se apresentaram, no Brasil, os primeiros aspectos da preocupação com a preservação do património nacional. Os modernistas nacionais acreditavam que o Brasil só seria capaz de adentrar-se no mundo moderno a partir da busca de sua identidade própria. No contexto desse movimento artístico, ocorrido no Brasil na década de vinte do século passado, os participantes envolvidos empenharam-se, então, em identificar aspectos e elementos em geral que configurassem um perfil artístico e cultural do país.

Para os modernistas, naquela época, o motivo maior da causa patrimonial era construir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição SANT'ANNA (apud ORIA, 2001). Foram eles os responsáveis pela definição e elaboração da primeira legislação cultural nacional neste sentido.

O primeiro projeto de preservação do Patrimônio foi elaborado, a pedido de Gustavo Capanema (ministro da educação no país, no período de 1934 a 1945), por Mário de Andrade. O referido artista elaborou, em 1936, um anteprojeto para a criação do Instituto Preservacionista e as primeiras diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Esse anteprojeto serviu de base à lei posteriormente promulgada, em 30 de novembro de 1937, como Decreto-Lei nº 25. Em sequência também foi criado o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atualmente conhecido como IPHAN.

Conforme registro, esse período, o Patrimônio Artístico Nacional ficou definido como sendo “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira [...]”. (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 90).

Mesmo apesar de o conceito de Patrimônio Artístico Nacional apresentar-se já no anteprojeto de Mário de Andrade, dividido em 8 categoriais, indicando uma possível abrangência, os patrimônios históricos eram identificados, por excelência, como obras de arte. O Decreto-Lei 25/37, promulgado pelo Estado Novo, já havia sido aprovado pela Câmara e pelo Senado, antes mesmo da dissolução do Congresso após o ocorrido golpe de Estado. Esse decreto resultou de discussões ampliadas e refletiu o pensamento modernista da época. Mantendo suas origens conceituais no estudo de Mário de Andrade, o conceito passou por algumas modificações, as quais incidiram, sobre o universo de abrangência. Nesse sentido, ficou definido como “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 111).

O IPHAN como autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e a UNESCO. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Desde a criação do Instituto, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216 define o património cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse património: o registro, o inventário e o tombamento.

Com a Constituição Federal (1988), tombamento não significa cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas urbanas, inviabilizando toda e qualquer obra que venha a contribuir para a melhoria da cidade. O património tombado pode e deve ser revitalizado por ações que valorizem os bens e corrijam aqueles que se encontram deteriorados, sempre mantendo, obrigatoriamente, as características que justificaram o tombamento, e essa ação pode ser feita pela União por meio do IPHAN. O tombamento é o instrumento, mais tradicional, de reconhecimento e proteção do património nacional, instituído pelo Decreto Lei nº 25 em 30 de novembro de 1937, sendo este o primeiro instrumento legal de proteção do património cultural no Brasil e nas Américas.

De acordo com este Decreto, o Património Cultural Nacional é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes e cuja conservação é de interesse público e deve constar na lista de bens culturais, que são inscritos no Livro do Tombo. O termo tombamento, segundo COTA, SILVA (2013, p. 4) conceitua-se no conjunto de procedimentos efetivados pelo Poder Público com o objetivo de assegurar a proteção e a conservação da integridade dos bens materiais, móveis e imóveis, públicos e privados, de interesse cultural. Conceito este que foi estabelecido em 1937 como exclusivo instrumento de preservação e, somente em 1970, a partir do Compromisso de Brasília, começam a se fortalecer os Institutos Estaduais de Património.

O tombamento deve estar embasado em um parecer técnico, de profissionais habilitados, pois fornecerá subsídios para decisão dos gestores administrativos, na concretização do tombamento, do bem privado ou público, inclusive podendo prever estratégias específicas de gestão se o município ou a região identificar essa necessidade IPHAN (2015).

Em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas foi criado pelo Ministério do Planejamento, com a participação do Iphan e de outros ministérios, como desdobramento de dois encontros de governadores realizados em Brasília (1970) e em Salvador (1971), que trataram da situação crítica do patrimônio nacional (SANTANA, 1995).

Definido como um programa interministerial voltado exclusivamente para os estados do Nordeste, o PCH, Programa das Cidades Históricas, objetivava a restauração de monumentos históricos, “condicionada ao aproveitamento para fins turísticos, que deveria gerar as condições para sua manutenção”. Em 1977, o programa foi estendido para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo e, posteriormente, para todos os estados, com o objetivo de apoiar estudos, projetos e investimentos, visando à restauração de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas.

O Estatuto da Cidade, conforme a Lei nº 10.257/2001, também denominado Lei do Ambiente Artificial, fornece diretrizes gerais de administração do ambiente urbano. Foi criado para regulamentar os artigos nº182 e 183 da Constituição Federal de 1988, devido às necessidades de ordem pública e interesse social e ambiental, estabelecendo normas gerais para a política de desenvolvimento urbano. Conforme o artigo nº 1.228 do Código Civil Brasileiro, o titular do direito real de propriedade tem atribuições de usar, gozar e dispor de seu bem, bem como o direito de reavê-la daqueles que injustamente a possuem ou detenham.

Houve mudanças nos últimos anos no direito de construir, que é a possibilidade de serem destacados do direito de propriedade, havendo no mesmo imóvel dois direitos reais: superfície e propriedade, os quais poderão estar de posse de titulares diferentes. Já, não há mais no direito de propriedade o caráter de direito absoluto, mas sim o mesmo deverá cumprir uma função SANTIN; MARAGON (2008).

Também conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 (Art.182) e do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257/2001), o PDM, Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política urbana e tem como princípio fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, e sua legislação contempla a totalidade do município. Para alcançar este objetivo, apresenta como premissa a justiça social e a justa distribuição dos benefícios, combatendo a desigualdade e promovendo a qualidade de vida dos cidadãos. Nesta perspectiva, é um instrumento direcionador de atividades, do adensamento e da expansão urbana, capaz de minimizar os impactos decorrentes da urbanização. E para tanto, os parâmetros urbanísticos são índices, que combinados ao zoneamento, passam a ser as ferramentas mais usuais do planejamento e podem servir às mais diversas intenções que se queira reproduzir nas cidades. Assim, o plano diretor deve direcionar as ações dos produtores do espaço urbano e rural, públicos ou privados, de modo que o desenvolvimento da cidade seja feito de forma planejada e atenda às necessidades coletivas de toda a população.

Dos agentes do património cultural na prefeitura de Vitória, duas secretarias foram determinadas: SEDEC, Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, responsável por produzir o PDU, no qual estão inseridas as zonas de preservação e diretrizes a serem aplicados pelos cidadãos para novas construções, reformas e conservação ou manutenção; e a SEMC, Secretaria Municipal de Cultura, responsável por divulgar e dar acesso à cultura do município, no qual está inserido o patrimônio cultural.

Porém, o direito de transferência previsto no PDU ou em legislação urbanística dele decorrente, só poderá ser aplicado quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: implantação de equipamentos urbanos e comunitários, preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural e servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social SANTIN; MARAGON (2008).

É importante destacar que as cinco diretrizes e princípios relevantes de um Plano Diretor Urbano são:

- Da função social e da sustentabilidade das cidades.
- Da participação social.
- Da Mobilidade Urbana.
- Da Habitação.

- Do Meio Ambiente.

Numa escala municipal, é possível que feito o levantamento dos bens de interesse de conservação, mesmo que não tombados, o departamento municipal responsável pela emissão de alvarás de construção, demolição e alteração das edificações tenha um aviso na documentação de cada bem alertando que ele é de interesse ao património cultural/ambiental, de modo que se possa negociar com o proprietário a conservação do bem ou medidas mitigatórias em suas intervenções.

As Edificações no Setor Histórico, de acordo com o valor histórico e/ou arquitetónico, são atribuídos os seguintes Graus de Proteção:

I - Grau de Proteção Um (GP1) - proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, que deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais de sua concepção sendo permitidas intervenções que venham a recuperar as suas características originais e modificações internas e tão somente aquelas destinadas à melhoria de habitabilidade;

II - Grau de Proteção Dois (GP2) - proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais sofreram, no decorrer do tempo, alterações de maior significação na concepção originais, e que, portanto, deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais remanescentes de sua concepção, sendo permitidas intervenções que venham a recuperar suas características originais e modificações internas exclusivamente para melhoria da habitabilidade;

III - Grau de Proteção Três (GP3) - também denominado de Unidade de Acompanhamento, diz respeito aos edifícios que necessitam de acompanhamento técnico em caso de reforma, para garantir que as intervenções mantenham a sua volumetria e assegurem a sua harmonia com o conjunto urbano;

IV - Grau de Proteção Quatro (GP4) - unidades que poderão ser substituídas integralmente, obedecendo, para as novas edificações, as normas estabelecidas nesta lei ou legislação pertinente para o assunto.

3 - Reabilitação e Sustentabilidade

Os desafios práticos de promover a proteção do património construído e o desenvolvimento urbano sustentável, foram concebidos como conceituações contemporâneas ainda discretas, mas as políticas internacionais começam a ver os dois como inter-relacionados e que podem ser aplicados mutuamente. Estudos cada vez mais enfatizam a importância de integrar a proteção do património como um catalisador para o desenvolvimento sustentável urbano.

A exemplo cito a Carta de Cracóvia sobre os “Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, que foi adotada após a Conferência Internacional sobre Conservação e Sessão Plenária do Património Cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização, em 2000, na Polónia. Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade aparecem em diversas partes do documento, a exemplo:

“A conservação do património cultural deve ser uma parte integral dos processos de planeamento e gestão de uma comunidade, e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social desta comunidade”.

De acordo com a Declaração de Hangzhou da UNESCO de 2013, afirma-se que:

“A salvaguarda de áreas históricas urbanas e rurais e de seus conhecimentos tradicionais associados e práticas reduzem as pegadas ambientais das sociedades, promovendo formas mais ecologicamente sustentáveis padrões de produção e consumo e soluções sustentáveis de projeto urbano e arquitetónico”.

No marco de ação da ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, a agenda se refere à cultura pela primeira vez. Direciona-se para cidades mais inclusivas, e a cultura tem um papel essencial a exercer, a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. A Meta 11.4 da ODS pede o fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

Para vincular e integrar as metas de desenvolvimento urbano sustentável e proteção do património, este pode ser visto como um catalisador para o desenvolvimento económico, reforçando o comércio, o turismo e emprego, juntamente com o aumento do valor da

terra; assim também, a alteração de edifícios existentes e os monumentos podem aumentar o valor da terra e a viabilidade econômica local.

A preocupação com a preservação do património histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década de 1920, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação e segurança, chamando assim a atenção de intelectuais, que denunciavam o descaso com as cidades históricas e a dilapidação do que seria um “tesouro” Nacional.

Nesse sentido, sabemos que um dos efeitos de uma intervenção urbana pode ser a apresentação de um espaço público asséptico, que passa a ser definido a partir das ideias de ordem e disciplina, com o uso de determinados dispositivos para dirimir tensões e conflitos, que podem ser vistos como desordem. Com isto temos a construção de uma imagem de cidade cujo passado não pode deixar de ser reinventado, como parte do exercício do projeto de urbanização a ser materializado, como podemos compreender a partir das colocações de ZUKIN, FRUGOLI e TALHARI (2014).

Nesse quadro, o património também é afetado, ainda que ele possa encarnar algo comum e definidor de uma nacionalidade. No entanto, a proximidade entre poder público e empresas o leva a variáveis direcionamentos e interesses a ser reelaborado e considerado viável de sustentação, muitas vezes a ser transformado em atração turística, LEITE, (2007).

Assim, observamos que o património não está ileso dos conflitos e tensões, apesar da imagem de ordem que pauta os projetos de revitalização, porque existem as reivindicações de diferentes setores da sociedade que buscam sua expressão e visibilidade. Por isso, o património também pode ser entendido como espaço de “luta material ou simbólica”, CANCLINI (1997:195), envolto em disputas, reformulações e conflitos.

Para HITCHCOCK (1955), é de importância para as pesquisas sobre Património que estudos comparativos sejam cada vez mais utilizados como objeto de pesquisa. Este argumento se baseia na comparação de diversos contextos socioculturais, os quais enriquecem as pesquisas e ajudam os profissionais a tomar decisões melhores, a enfrentar desafios e evitar os erros do passado. Além disso, a investigação comparativa é crucial para o planejamento bem informado, políticas que melhoram a gestão de longo prazo dos

bens patrimoniais construídos e, conseqüentemente, fortalecem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural desses recursos.

Comparando experiências, práticas, perspectivas institucionais e políticas no campo do patrimônio edificado, os países e profissionais não deveriam estar a lidar com os inúmeros desafios de proteção patrimonial e sustentabilidade de forma solitária. Nesse sentido, promover as pesquisas e compara-las, ajudará em compartilhar experiências, perspectivas institucionais e políticas no campo do patrimônio edificado.

O Brasil, atrasado, a considerar a Europa, foi com o crescente desenvolvimento de uma classe operária nas cidades e com o florescimento de ideias modernas de urbanismo fora do país, ganhou consciência coletiva a necessidade de planejar como um todo a cidade e organizá-la de forma racional. Surgiram, então, os primeiros urbanistas, dentre eles o francês Alfredo Agache, responsável em 1930 pelo que pode ser considerado o primeiro plano diretor no Brasil, o chamado Plano Agache.

A principal característica que a Constituição de 1988 assinalou ao Direito Urbanístico foi o de servir à definição e à implementação da política de desenvolvimento urbano, a qual tem por finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

A Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de edição de plano diretor às cidades com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes (art. 182, §1º) e para os Municípios em que o poder público queira impor obrigações ao proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Desde 1984, a cidade de Vitória tem um PDU, para nortear como deve ser seu crescimento e funcionamento da cidade, garantir a qualidade de vida dos moradores, definir áreas de proteção ambiental e critérios para a instalação de atividades econômicas ou grandes empreendimentos. Ao citar o PDU, esse tem ainda um Conselho Municipal, órgão consultivo responsável pelo acompanhamento permanente das normas. De acordo com o PDU de Vitória, os princípios e diretrizes direcionados a Sustentabilidade abordam também a função social das cidades. Esse aborda que:

“A cidade, além de exercer atratividade na função de habitar e trabalhar que lhe são inerentes, converge também a função do circular, imprescindível para que todas as outras funções se desenvolvam de forma compatível na cidade.” (p.52)

Estes princípios combinados devem convergir para a redução das desigualdades e justa distribuição dos recursos no território, qualificando a cidade e permitindo acesso equitativo à infraestrutura instalada de serviços e equipamentos públicos. O conceito de sustentabilidade urbana, portanto, estaria associado aos modos de gestão de fluxos de energia e matérias associados ao crescimento urbano ASCERALD (1999):

“Desse modo, a legislação urbanística deve contribuir para evitar as crescentes assimetrias entre localização espacial da população e os recursos materiais de infraestrutura, as pressões excessivas sobre o meio físico construído e sobre os sistemas ambientais”. (p.82)

Nessa perspectiva, garantir a melhoria da qualidade de vida e um meio ambiente urbano saudável para os cidadãos é uma tarefa multidisciplinar que envolve todos os campos do conhecimento da administração pública. Assim, o planejamento integrado e participativo deve ser o propulsor do crescimento equilibrado, por meio da coordenação e complementaridade de planos, programas e projetos de políticas setoriais, em especial, de habitação, mobilidade e saneamento, com incentivo ao uso de técnicas alternativas de energia e captação de águas, assim como priorização dos transportes coletivos não motorizados. Estabelecer critérios de controle e o monitoramento das atividades geradoras de impacto, incremento do esgotamento sanitário e drenagem urbana, incentivo à diversificação de usos no território combinado com a manutenção e valoração dos marcos referenciais da paisagem, redução dos riscos urbanos e ambientais, são alguns dos pressupostos da nova lei do PDU para alcance da melhoria da qualidade de vida urbana de Vitória.

3.1 - Normas da Sustentabilidade aplicadas ao Património Reabilitado

No ano de 1960 surgem vários movimentos, dentre eles ambientalistas, a discutir sobre impactos ambientais, relacionado as construções, podendo destacar um início para uma mudança de olhar para o Património a inseri-lo num futuro contexto de paisagens urbanas.

Em 1972 foram publicados os dois documentos mais importantes sobre esses temas: a Declaração Mundial sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo) e a Recomendação de Paris. Porém, a aproximação entre os dois campos – conservação do meio ambiente e conservação do património natural e cultural – só se iniciaria vinte anos depois, através da realização CNUMAD Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por consequência, a publicação da *Agenda 21*.

O termo desenvolvimento, acompanhado do adjetivo sustentável, foi o grande protagonista do *Relatório Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987. O Desenvolvimento sustentável foi definido ali como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Nesse documento, os termos *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* passaram a ser associados a vários discursos conforme as necessidades de cada setor. Para JOKILEHTO (1999), apesar de o Relatório Brundtland focar na gestão dos recursos e na diminuição da pobreza em países subdesenvolvidos, e nenhuma menção ter sido feita ao património cultural, a questão da sustentabilidade, desde então, foi ampliada e qualificada não somente nos termos do ambiente natural, mas também em relação aos assentamentos históricos e às paisagens culturais.

A integração da cultura e do património cultural em planos de desenvolvimento urbano e políticas públicas como forma de aumentar a sustentabilidade das zonas urbanas estão contemplados no contexto da Agenda 2030, nos ODS, em âmbito global e na nova agenda urbana do Habitat III. A cultura e o património cultural/paisagem estão, integralmente, ligados às alterações climáticas, questões energéticas, urbanização e redução da pobreza,

através de reutilização, recuperação, restauração, de melhorias dos espaços públicos e regeneração de terras (uso do solo) por meio de usos mistos (ICOMOS, 2016).

Em textos recentes sobre sustentabilidade, podemos destacar os estudos de MURPHY (1995), a citar que a pesquisa comparativa no campo do património edificado se tornara essencial para criação de leis sustentáveis aplicadas a este.

Além disso, a busca de estudos comparativos sobre a preservação do património, são apoiados pelo objetivo da necessidade não atendida de pesquisas que expliquem como a conservação está situada na sociedade, como ela é moldada por forças econômicas, culturais e sociais e como, por sua vez, molda a sociedade. Com isso tipo de pesquisa, o campo pode avançar de forma positiva incorporando as esferas de conservação dentro de seus contextos relevantes, informando os processos de tomada de decisão, promovendo leis com disciplinas associadas a capacitação de profissionais e organizações de conservação para responder melhor no futuro.

Outro factor importante levantado por MURPHY (1995), seria a comparação de Leis aplicadas a Europa e América do Norte, a servir de inspiração e transferência de conhecimento para as demais culturas para um interesse crescente em estudos comparativos ao Oriente Médio, África, América do Sul e Central, Ásia e Austrália para que essa análise global seja expandida e enriquecida. Numa busca constante de conhecimento em função de como as cidades protegem seu Património, suas normas e leis aplicadas a sustentabilidade patrimonial e políticas públicas.

No Brasil de hoje, podemos considerar que é de importância que medidas sustentáveis na reabilitação do património, sejam consideradas estratégias fundamentais. Porém, necessita-se cada vez mais, incentivos políticos e financeiros, para buscar e incentivar mais estudos com objetivos de orientar as políticas públicas à reabilita-los.

Algumas iniciativas que visam à promoção e a sustentabilidade do património, podemos citar a Educação Patrimonial. Essa ação tem sido considerada como o ensino focalizado nos bens culturais e patrimoniais, e tem como objetivo, proporcionar a comunidade, principalmente as crianças, um contato maior com o património. Algumas capitais, contam com esta iniciativa, a começar por acordos entre as instituições IPHAN e Escolas públicas.

As especificidades técnicas da sustentabilidade na revitalização do património histórico, devem levar em consideração alguns parâmetros projetuais como: a acessibilidade de pedestres; aproveitamento dos materiais da estrutura física, examinando a restauração dos materiais deteriorados; evitar a dependência em recursos artificiais procurando aproveitar água, sol e vento. Promover longa vida útil através da utilização de uma tecnologia adequada ao local; prever a manutenção e seus custos; quando o acréscimo de elementos novos no edifício, possibilitar sua fácil retirada para possibilitar futuras intervenções, além de selecionar materiais que tanto na produção como na aplicação promovam qualidade com menor impacto ambiental.

Nesse sentido, a adaptação de edificações tombadas se promove, tornando-as inteligentes e imbuídas de novas tecnologias, sustenta ações positivas, mas não justifica a sua descaracterização à revelia. Em face destas verificações, emerge a necessidade urgente de estudos que possam servir como norte para a destinação adequada de exemplares do património histórico.

O que se deseja é que ocorra a preservação, a proteção do bem patrimonial, a fim de que se atinjam os objetivos consagrados na legislação e, conseqüentemente, a perpetuação do imóvel tombado, ou seja, a sustentabilidade econômica do património histórico deverá estar presente num imóvel objeto da preservação patrimonial e de sustentabilidade econômica. Sustentabilidade, a priori, tem a ver com sustentável, com aquilo que é durável, que se sustenta por muito tempo.

Os princípios fundamentais da sustentabilidade patrimonial podem incluir elementos, que podemos destacar como o desenvolvimento de uma maior compreensão do ambiente histórico, preservação de sua memória, assim também a mais consciência e a participação da sociedade, a fim de manter suas atividades para níveis que não danifiquem permanentemente o ambiente histórico, e assim garantir que as decisões sobre o ambiente histórico sejam feitas com base na melhor informação possível de cada local.

Na cidade de Vitória, o segundo parágrafo do artigo 32, do CPMU Conselho Municipal de Política Urbana, é estabelecido como órgão consultivo para adequação de uso ou implantação de atividade, conflitos, efeitos poluidores de contaminação e degradação do meio ambiente e também dos bens patrimoniais. Desse modo, concentra o planejamento de todas as atividades realizadas nas edificações protegidas. Apesar de ser um planejamento integrado, devido ao grau de complexidade que a escolha de determinados

usos ao património histórico edificado pode acarretar – um uso inadequado pode comprometer para a perda física e simbólica do bem, há necessidade de estudo detalhado e análise maior, a qual carece de tempo e formação de seus membros, sobrecarregando o conselho.

4 O Parque Edificado de Vitória

Ao tratarmos dos centros urbanos, sobre seu crescimento e sua transformação, destaco que CASTELLS (1983) fala que essa transformação das cidades são fenômenos que ocorrem desde as civilizações helenísticas e da romanização e se intensificaram com o processo de industrialização das cidades e a adoção do modo de produção industrial.

Ao pesquisarmos sobre a História da cidade de Vitória, temos que destacar o caminho para a colonização do Estado do Espírito Santo, onde o então Rei de Portugal, Dom João III, dividiu as terras do Brasil em capitânicas hereditárias, conforme figura 1, cabendo à capitania do Espírito Santo ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, que tomou posse em 23 de maio de 1535, instalando-se a Capitania do Espírito Santo, com sua primeira vila, depois denominada Vila Velha, destacava-se no início do processo de colonização do território português de além-mar. Conhecendo a região, os portugueses buscaram um local mais seguro para se guardarem dos ataques dos índios e de estrangeiros (holandeses e franceses).

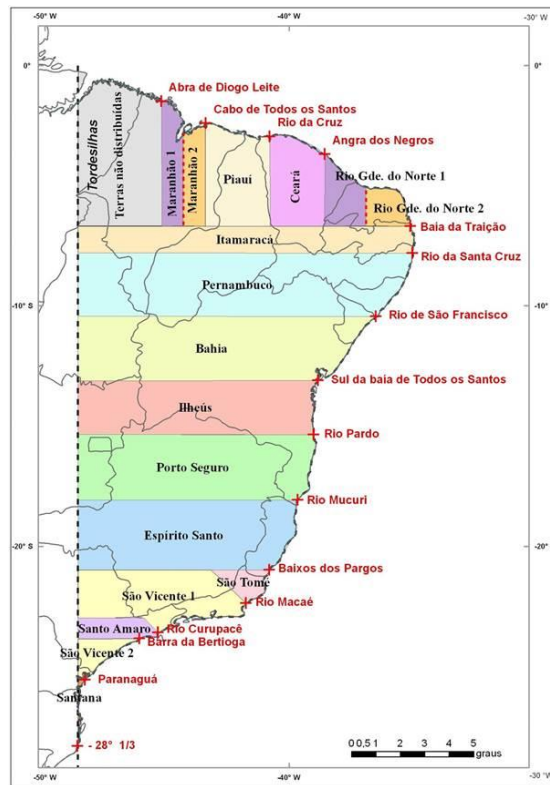


Figura 1 - Mapa das Capitânicas hereditárias

O primeiro contato foi com os habitantes existentes na terra, os índios. Que estavam em posição de defesa. Naturalmente, pois estavam avistando no litoral algo nunca visto antes. Os navios, ao verem os habitantes em terra em posição de defesa, dispararam tiros dos navios e assim, as pessoas indígenas se retiraram afugentadas. Essas pessoas que se encontravam no território perceberam que aquela luta não seria a mesma que estavam habituados a lutar para defesa de sua morada. Os índios, habitantes das terras que circundavam a sinuosa e estreita baía de Vitória (ver figura 2).



Figura 2 - Mapa mostrando a entrada da Baía de Vitória em 1624

Em consequência dessa recepção, foi vista como necessária pelos portugueses a construção de obras de defesa, levantadas com o material mais acessível e que propiciava, também, construção mais rápida, no caso a madeira. Nessa faixa litorânea foram construídas as primeiras habitações dos recém-chegados. Há registros de que até os anos de 1790 a guerra entre os habitantes do lugar e os habitantes posteriores ainda eram constantes, não havendo muito interesse e nem possibilidades dos portugueses na exploração além da faixa litorânea. E, para os fins económicos da Coroa Portuguesa e do donatário Vasco Fernandes, essa colonização não estava a ser bem-sucedida.

Em registro nas fontes oficiais relata que, o que modifica esse quadro inicial é a vinda de Duarte de Lemos nos fins de 1536 e início dos anos 1537 para a capitania, e em um acordo entre Duarte e o donatário Vasco. Duarte recebe a ilha de Santo Antônio, que era a maior e melhor, por ser mais segura contra os assaltos do principal inimigo inicial pela perspectiva portuguesa que foi a população indígena. Sendo ali, conforme ele "uma das únicas porções onde a vida era possível e o trabalho exequível".

e amenidade do clima com a baía de águas tranquilas e manguezais repleto de moluscos, peixes, pássaros e vida abundante, do que seria, conforme figura 4, as primeiras localizações habitacionais da cidade.

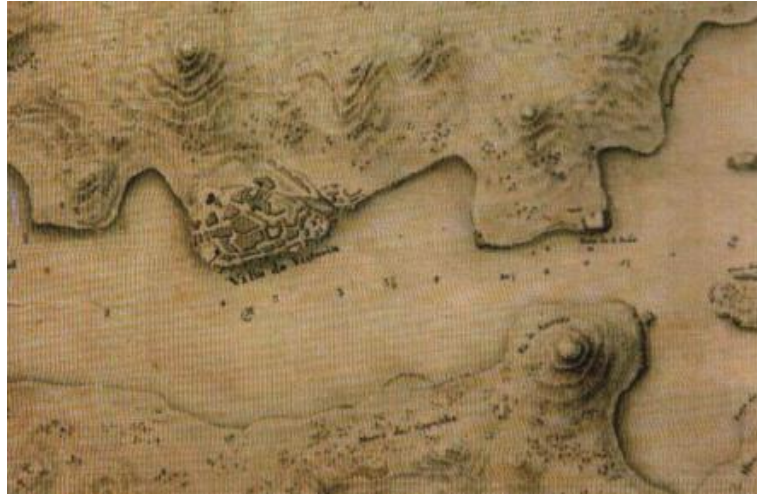


Figura 4 - Planta da cidade de Vitória em 1767

Quanto às edificações da cidade nesse período colonial, eram, em sua maioria, de um ou dois andares, conferindo horizontalidade ao sítio físico de Vitória. Os elementos naturais eram bem visíveis e marcavam a paisagem, como podemos visualizar, tendo como contraponto visual apenas as igrejas que ficavam estrategicamente nos locais mais altos da cidade. Segundo MONTEIRO (2008, p.72-73), outra tipologia marcante eram os fortes construídos especialmente no século XVIII para a defesa do território, auxiliando no resguardo das terras e das minas gerais (ver figura 5).

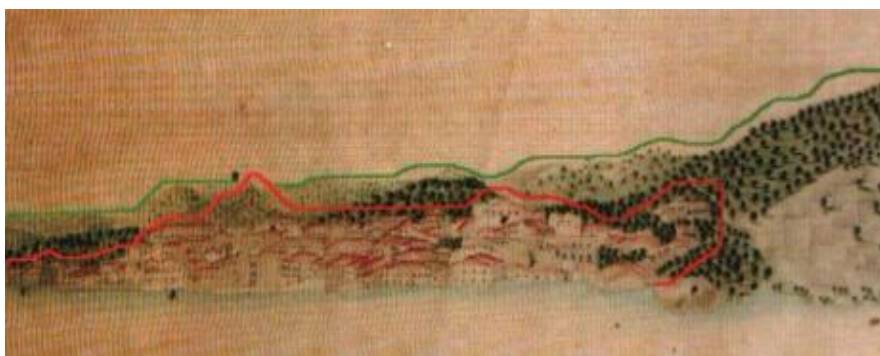


Figura 5 - Silhueta da Vila de Vitória em 1767

De acordo com a historiadora Diovani Favorito Alvos, em 1551 Duarte de Lemos doou para os Padres da Companhia de Jesus o espaço que hoje corresponde ao Palácio Anchieta, o antigo colégio dos jesuítas. Na figura 6 vemos a Capela Santa Luzia que é a

primeira Igreja da cidade, construída por volta dos anos de 1537 junto com a residência e engenho de açúcar da fazenda de Duarte de Lemos.



Figura 6 - Capela de Santa Luzia, 1940

A princípio, baseada na economia do açúcar, a região não apresentou maiores dinamismos até o século XIX. Outro elemento transformador importante foi, a chegada de imigrantes europeus a ilha, a partir da segunda metade do século XIX, que mudou a face de muitas regiões da província, inclusive da capital. Durante o período republicano, o estado do Espírito Santo permaneceu em uma posição subordinada face a outras regiões do Brasil.

A partir da década de 1960, a região de Vitória ganhou importância com o porto exportador do minério de ferro vindo de Minas Gerais através da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Segundo MONTEIRO (2008), o estado se tornou a barreira oficial contra possíveis ataques e perdeu investimentos em maiores desenvolvimentos financeiros da Coroa. O autor cita que, com a decadência do ciclo do ouro e a reabertura da capitania, houve um retorno das atividades comerciais de Vitória e um progresso gradativo principalmente na produção cafeeira. Vemos Vitória a se desenvolver na figura 7.



Figura 7 – Vitória no século XIX

Segundo VASCONCELOS (2011) destaca que, só a partir do século XIX, o Espírito Santo começa a se desenvolver em termos econômicos e sociais, quando emergiram demandas de reestruturação e infraestrutura urbana como pontes e estradas, além de melhoras sociais para população, porém:

“A economia continuou baseada na agricultura, com sinais de aquecimento com a lavoura do café. A consciência política florescera quando a vila retoma sua autonomia e se faz cidade. A chegada de colonos europeus corroborou tanto para o povoamento do interior quanto para o crescimento econômico.” (p. 90)

A data de emancipação política do município é 24 de fevereiro de 1823, quando um Decreto-Lei Imperial concedeu Fórum de Cidade a Vitória.

O fim do século XIX até a década de 1950, iniciado pelo governo de José de Melo Muniz Freire em 1892, segundo KLUG (2009), é um período marcado por uma nova política de intervenções que visavam à modernização da cidade através do poder público e a criação de novas áreas de expansão. Atendendo aos interesses de uma nova burguesia enriquecida pela economia cafeeira, buscou-se a retificação do traçado da cidade e à amplificação dos espaços, objetivos esses contrários àqueles do desenho da cidade colonial.

A falta de circulação financeira na vila influenciou as construções pela cidade. Comumente as obras não eram realizadas por profissionais da área e nem possuíam projetos. Justifica-se assim, a não elaboração das edificações e conseqüentemente a falta de projetos para consultas nos arquivos.

“As construções da cidade de Vitória, de maneira geral refletiam situação do poder aquisitivo da população. Os prédios públicos e as edificações militares, junto com as residências dos moradores com maior poder aquisitivo eram as construções mais elaboradas da cidade, ao passo que uma parcela considerável de moradores habitava em residências mais simples erguidas com técnicas e materiais menos sofisticados.” (Klug, p.35)

A respeito dos materiais, RIBEIRO (2007), apud ALVES (2015) sustenta que “as construções da cidade de Vitória no Espírito Santo, por exemplo, são inteiramente de alvenarias portantes de pedra de mão, sendo que as paredes internas não estruturais eram de pau-a-pique ou tabique” RIBEIRO (2007, p.84). Os moradores tornavam-se então construtores.

O tijolo, utilizado como material construtivo neste período não é de acesso usual, pois as fábricas eram abundantes na Europa e aqui, um iniciante prometo civilizatório português, tal material era adquirido via importação.

Este foi destinado a pessoas de poder aquisitivo sendo, portanto, a menor parte da população. Após as primeiras habitações instaladas de construção mais primitiva, com materiais disponíveis na região - madeira, barro, pedra e cal -a substituição por sobrados e casas, de acordo com a historiadora Maria Stella de Novaes, dá-se a partir dos anos de 1751.

Odilon Cavalheiro, Engenheiro, Professor Titular de Alvenaria Estrutural no curso de graduação de engenharia civil da Universidade Federal de Santa Maria explica que a alvenaria estrutural das construções no período colonial tinha como material.

[...] “o emprego da pedra, tijolo de barro cru e taipa de pilão. Os primeiros avanços na técnica construtiva são marcados, já no Império, pelo uso do tijolo de barro cozido, a partir de 1850, proporcionando construções com maiores vãos e mais resistentes à ação das águas, sepultando a técnica da taipa de terra socada.”. (p.10)

A partir a transição do século XIX e XX, pode-se indicar o início de mudanças para modernização de Vitória. As ruas, que não eram formadas por linhas retas ou curvas e passam a ser modificadas para este modelo. Esse é o momento em que modernização significa nulidade das características coloniais, desvalorização do passado. A região passou por uma mudança significativa em seu entorno.

Sobre a população, Vitória possuía 10 mil habitantes no final do século XIX. Ainda sem infraestrutura urbana. Segundo MENDONÇA (2017), o fornecimento de água era realizado por chafarizes distribuídos pela cidade. inexistindo rede de esgoto, os objetos eram lançados, pelos próprios moradores, em horários determinados, nas valas do Campinho: na chamada rua da Vala, atual avenida República e na maré.

Uma série de factores econômicos capitalistas condicionaram a modernização da cidade de Vitória. A partir do governo Jerônimo Monteiro, passam a existir contratos de prestação de serviços entre os investidores financeiros locais. Entre eles estão instalação de limpeza pública e domiciliar e distribuição de água nas residências com taxação de valor em moeda para os moradores. Esta medida foi tomada até que as instalações dos serviços de água, luz e esgoto contratadas no ano de 1908 fossem entregues. As

demolições para construção de novos prédios nos mesmos lugares de prédios com funcionalidade anterior iniciam-se.

Vitória, em registro datado no governo de Aristeu Aguiar (1928-1930), ainda era a capital que possuía o menor número de habitantes, pouca população, no período político que compreende a Primeira República. O governo de Jerônimo Monteiro possui como característica uma enorme quantidade de projetos que visam preparar a cidade e a população para uma Vitória do futuro. Tinha como pontos principais de sua plataforma de governo a instrução educação pública, a higiene, a ordem pública, a expansão econômica, a indústria pastoril, a assistência social, o império da lei e a remodelação da capital WANICK (2007). Tinha como horizonte a remodelação do centro da cidade, visto na figura 8, que incluiu desapropriação de casas na cidade alta.



Figura 8 - Vila de Vitória, 1900

Outros elementos da história que possuem influência sobre o sobrado foram encontrados sem fontes primárias. Estão localizados no Arquivo Público Municipal de Vitória, no arquivo denominado Acervo dos Prefeitos. a seguir algumas das informações de conteúdo significativo para este trabalho:

1911 - Autorização - Inclusão de passeios

1913 - Obrigação de esgoto encanado;

1920 – Construção da Catedral metropolitana em substituição a Igreja Nossa Senhora da Vitória, no mesmo local;

1928-1930- O sobrado número 1 perto da Matriz da Rua Grande foi demolido.

1939 - Desapropriação de prédio na Rua José Marcelino para alargamento.

A despeito de todas as transformações ocorridas em seu perfil, até meados da década de 1950, a verticalização era um processo incipiente, onde um ou outro prédio mais alto despontava na cidade. Somente a partir de 1960, quando houve incentivo governamental para a erradicação da lavoura cafeeira, até então principal fonte de recursos do Estado, começou o processo de diversificação da economia, com a criação de indústrias e estímulo à implantação de novas atividades econômicas.

A grande alteração no perfil da cidade, porém, ocorrerá com a implantação e consolidação de indústrias de porte, a partir da década de 1970, quando a cidade recebeu uma série de investimentos em infraestrutura e logística. Nessa época, consolidou-se a região Metropolitana de Vitória, a partir da conurbação de municípios vizinhos, especialmente Vila Velha, Serra e Cariacica, que passaram a receber uma numerosa população trabalhadora. Assim como o deslocamento do interesse do capital imobiliário para outras regiões da cidade.

Segundo MONTEIRO (2009), as décadas de 1980 e 1990, a área do centro da cidade passa por impactos mais severos quanto ao deslocamento urbano e surgimento de outros polos de interesse, o que aumentou sua degradação e a deterioração da forma física, impulsionados pelo crescimento desordenado, excessiva verticalização, saturação do tráfego e perda do patrimônio edificado, além de mudanças das relações sociais que ali ocorrem.

Hoje o município de Vitória é relativamente pequeno, perfazendo um total de 97 km², cujo território constitui-se em uma parte insular e outro em continente. Atualmente a população é de 365 mil habitantes, segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2019. Apresenta nove regiões administrativas, sendo que o CMPU, Conselho Municipal de Política Urbana, é a instância participativa da sociedade para acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Em termos sociodemográficos, Vitória apresenta elevada qualidade de vida, baixa mortalidade infantil e alta expectativa de vida. A cidade é frequentemente apontada por veículos especializados como uma das melhores cidades em qualidade de vida do Brasil. O setor terciário é o principal da economia de Vitória. A cidade conta com dois portos marítimos, que contribuem diretamente para a economia local.

A cidade de Vitória, por sua origem, possui uma cultura diversificada, baseada especialmente nos grupos étnicos que construíram a cidade, notadamente europeus, africanos e indígenas. A influência europeia é reconhecida por meio da arquitetura e da influência da religião na cidade.

Em termos administrativos, o território municipal é dividido em 79 bairros, agrupados em 8 grandes regiões. A figura 9, ilustra o início da baía de Vitória e a rodovia de acesso ao centro histórico da cidade.



Figura 9 – Vista área central da cidade de Vitória

4.1 O centro de Vitória – Bairro

As cidades com as pequenas aglomerações urbanas da antiguidade às actuais metrópoles globais, sempre viveram importantes funções sociais, económicas, patrimoniais e cívicas, constituindo-se um legado das sociedades passadas e, uma plataforma para as actuais. Todo esse conjunto de actividades económicas e sociais, funções cívicas, habitacionais e patrimoniais, desempenhadas pelas cidades tinham o seu eixo gravitacional nos seus centros históricos. Segundo SALGUEIRO (2005: p.259), os centros históricos para além de serem “as partes mais antigas da cidade”, constituem-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”.

Segundo DGOTDU (2005, p:128), o centro histórico de uma cidade é, regra geral, a área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade moderna, e que coincide normalmente “com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização”.

Segundo VARGAS e CASTILHO (2006), a intensificação da expansão urbana, na década de 1950, na Europa e na América do Norte, os centros principais das cidades enfrentaram um processo de degradação e deterioração devido ao surgimento de subcentros em outras áreas da cidade. Estes possuíam uma infraestrutura que atendia aos novos padrões de consumo dos habitantes que deixavam o centro principal em busca de moradias próximas às novas centralidades.

Esses lugares, objetos dos processos de revitalização, eram, tempos atrás, possuidores de centralidade nas suas respectivas cidades. Em decorrências das diversas mudanças no planeamento urbano, nas políticas e nos interesses do capital imobiliário, esses centros tradicionais foram perdendo a característica de centralidade para outras áreas, resultando em degradação desses espaços.

Diante desse cenário, foi-se necessário encontrar soluções para os problemas dos centros. Atrair novos moradores, desenvolver ideias para atrair investimentos e novas actividades

comerciais, valorizar e qualificar os espaços públicos e priorizar a preservação do património existente. Na década de 60, algumas cidades europeias já sistematizavam políticas e projetos para salvaguardar os centros antigos

A história da construção do Estado do Espírito Santo, como já mencionada, pertence em sua maioria a cidade de Vitória, o que caracteriza a área do que hoje é conhecido como o centro de Histórico de Vitória. Segundo VARGAS E CASTILHO (2006), a definição de “centro histórico” está associada à origem do núcleo urbano da cidade, tendo uma importante ligação com o passado. O bairro mais antigo da capital capixaba, já foi chamado de Cidade Alta. Importante património para a sociedade local, reúne grandes memórias desde a fundação.

A partir o início da colonização, as construções tiveram posições importantes para o desenvolvimento da cidade. Sendo estas por razões políticas, econômicas, militares e religiosas. Todas instituições vitais para a sociedade portuguesa começaram a se estabelecer na Capitania.

A parte alta da cidade, por oferecer condições naturais de defesa, concentrava as construções oficiais e religiosas. Décadas depois, em 1918, D. Benedito Alves de Souza manda demolir a antiga igreja matriz da cidade, a Catedral de Nossa Senhora da Vitória, visto na figura 10. A igreja havia sido construída em 1551, mas foi completamente reedificada no século XVIII devido ao seu estado de deterioramento, mas na década de 20, no mesmo local, foi iniciada a construção da nova catedral de Vitória, que durou até a década de 70, devido a diversas paralisações na obra e modificações no projeto original. Na figura 11, vemos a Catedral Nossa Senhora da Vitória após a reforma no sec. XVIII.



Figura 10 - Vista da Igreja matriz de vitória em, 1920



Figura 11 – A Nova Catedral de Vitória, junho de 1972

Segundo DERENZI (1995), com o mercado cafeeiro em evidência, a exploração do potencial portuário e atividades comerciais promoveram transformações políticas, econômicas, sociais e estruturais, estimulando a transferência de um contingente populacional do interior para a capital e a multiplicação de atividades urbanas no núcleo da capital, assim como os investimentos no transporte. Na figura 12 vemos o bonde elétrico, utilizado como transporte no centro da cidade.



Figura 12 - Vista da Praça costa Pereira nos anos 50

Entre os anos de 1908 e 1928, foram realizadas muitas alterações urbanas. Baseadas na melhoria das condições sanitárias, da infraestrutura, na expansão da cidade através de aterros alagados, construções de praças, jardins e edifícios. Assim também foi feita uma remodelação do traçado, através da regularização de alargamentos, aplainamentos e

prolongamentos de ruas e ladeiras. Com os avanços comerciais e a modernização, Vitória seguiu os mesmos processos de desenvolvimento que aconteceram nas outras capitais do Brasil.

Podemos citar o colégio do Carmo, como era conhecido o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora por ocupar as dependências do antigo convento carmelita de Vitória, foi fundado em 1900, segundo a historiadora Maria Stella de Novaes. A instalação de um educandário se fez nas dependências do convento do Carmo, já ocupadas pelo bispo quando assumira a diocese, em 1897. O colégio, visto figura 13, foi referência na formação cívica, moral e religiosa das jovens capixabas, atuando segundo princípios católicos conservadores e rígidos padrões de disciplina comportamental. Seu escopo era, principalmente, o de formar mães de família e professoras comprometidas com os valores da religião católica.



Figura 13 - Vista parcial de Vitória, destacando o Colégio do Carmo e o conjunto de casas da rua Gama Rosa

Foi notório que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo exerceram grande influência sobre o gosto local como referência a modernidade. Segundo LOPES (1997, p.80), as duas capitais disputavam entre si a primazia de ditar novidades, o que fez com que outras capitais logo procurassem imitá-las.

No Brasil, as metrópoles e até mesmo nas cidades médias, as camadas de alta renda começaram a perder seu interesse pelos centros e por suas vizinhanças imediatas a partir da década de 1960. Essa década marca o início do desenvolvimento dos subcentros –

regiões diversificadas e equilibradas de comércios e serviços voltados para as camadas de alta renda VILLAÇA (2001).

Além do surgimento dos subcentros, outro elemento importante refere-se às políticas habitacionais, pois estas foram um factor determinante para o esvaziamento dos centros brasileiros. Estas priorizavam investimentos e a construção de novas habitações em detrimento do reaproveitamento das existentes na área central BRASIL (2005). Como resultado do rompimento das classes altas com o centro e o seu deslocamento para periferia, muitos dos edifícios foram abandonados e começaram a deteriorar devido à perda de seu valor imobiliário e a diminuição dos investimentos.

Na década de 1980, caracteriza-se pelo ápice da decadência ou deterioração dos principais centros, pelo que passa a ser popularmente ligado ao abandono dos mesmos pelas classes mais abastadas e sua ocupação pelas camadas populares, que representam a maioria da população vivendo no centro nesta década. VILLAÇA (2001).

No Brasil, os principais casos de revitalização de centros históricos de grandes cidades, são marcados pela divergência de ideias e presença do poder público, em especial no financiamento das intervenções. Em Salvador, o projeto de revitalização do Pelourinho baseou-se em uma verdadeira reconstrução do cenário urbano que se queria recuperar. Em Recife, se enfatiza a parceria entre poder público e investidores privados.

No Rio de Janeiro, também foi o poder público o condutor da revitalização do centro histórico da cidade. Nesse caso, inclui-se, ainda, a luta do poder público municipal pela vinda de uma franquía internacional de museus, (o Guggenheim Museu) que seria tomada como a âncora da recuperação de sua zona portuária.

O caso de São Paulo diferencia-se em parte dos demais porque contou desde o início com uma associação de proprietários da área como motor principal da revitalização. A Associação Viva o Centro, criada em 1991, surgiu como uma reação de empresários ali estabelecidos ao processo de esvaziamento e degradação do Centro Velho FRÚGOLI, (2000). Embora tenham levado adiante diversas iniciativas de requalificação e revalorização do centro, deve-se reconhecer que os principais equipamentos recuperados ou implantados, foram a partir de investimentos do poder público, direta ou indiretamente (no último caso, graças a incentivos fiscais). É o que ocorreu com a reforma da Pinacoteca do Estado, a implantação da Sala São Paulo e outros.

Em meio a todos esses sítios urbanos e seus processos de revitalização, o centro da cidade de Vitória, possui uma diversidade de formas, parte delas representadas por monumentos, que expressam sua História, de produção social dos espaços em seus vários momentos de crescimento. Construções civis, que pertenceram a uma sociedade, como casas, edifícios comerciais e industriais, que não mais possuem funções. Patrimônio construído que, durante anos testemunham a evolução da cidade, assim como, fazem parte de uma cadeia de memória paisagística de cada cidadão. Na figura 14 ilustro os principais patrimônios arquitetônicos tombados da cidade de Vitória.

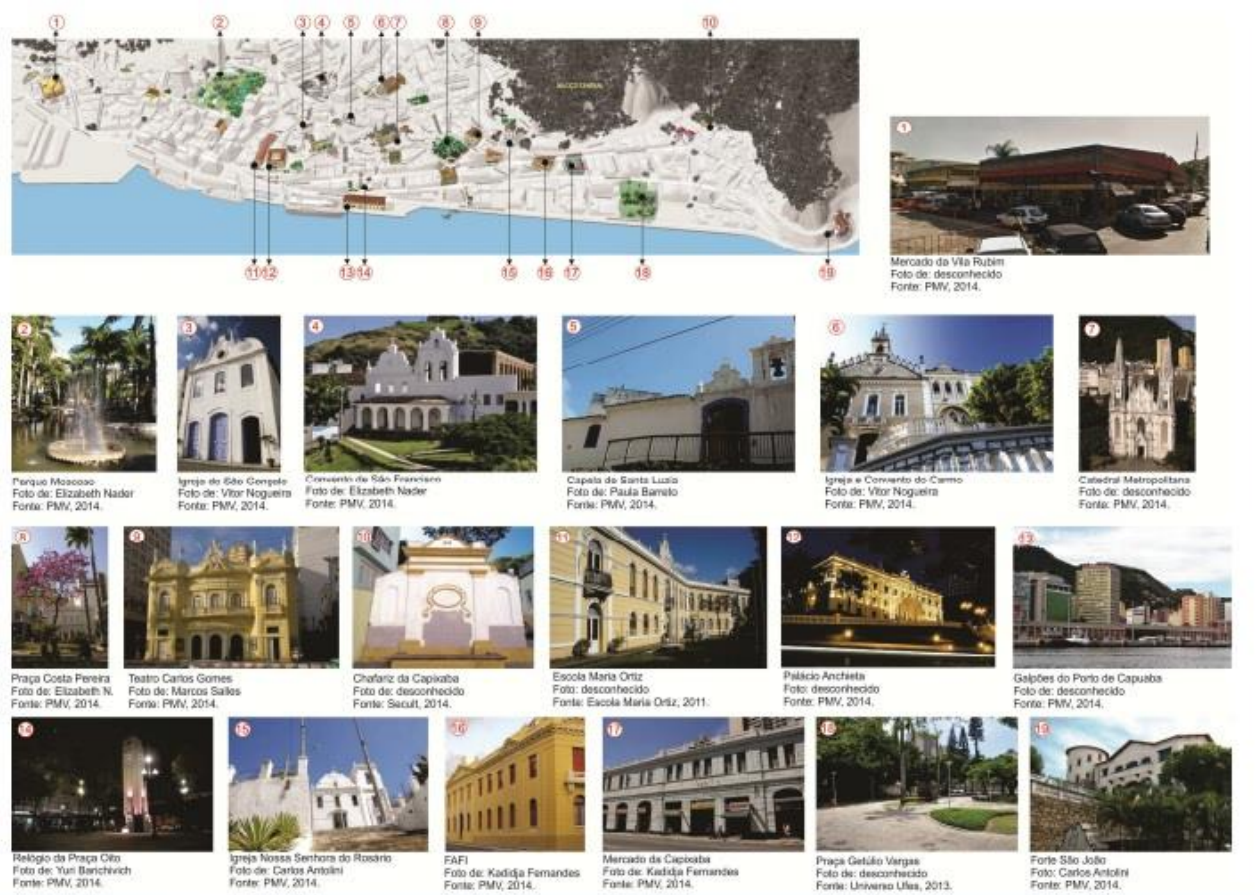


Figura 14, Mapa do centro histórico de Vitória

Em decorrência das mudanças, o objetivo de implementar uma intervenção arquitetônica, permitindo a fixação de pessoas no Centro Histórico, assim como os acréscimos e substituições das formas que estruturam fisicamente os centros, desafiam a sociedade e seus dirigentes. Sabemos que alterações, devem ocorrer devido à necessidade de

adaptação de suas funções, em atendimento a nova dinâmica das estruturas econômica, política e social de seus espaços e para uma sustentabilidade dessas construções. Para isso, necessitamos, a cada tempo, de planejar ideias que nos desafiam a pensar em estratégias fundamentais que promovam estudos e ações que, possam causar um menor impacto ambiental e que resguarde de maneira adequada sua memória. Na figura 14, vemos um panorama do centro histórico de Vitória atualmente.



Figura 15 - Imagem aérea do centro de Vitória, ano 2018

4.2 Políticas Públicas no Patrimônio Edificado de Vitória

Com a evolução e a crescente complexidade urbana, é frequente o conceito de reabilitação a ser usado como forma redutora e muitas vezes específica. Apesar de toda informação existente, este tema sempre requer uma maior discussão para ser alvo de compilação e sistematização na atualidade da cidade. Segundo o SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, podemos enfatizar como política pública toda a combinação de recurso administrativos, técnicos e financeiros que visam a concretização de determinado objetivo para a sociedade.

No processo de preservação, recuperação, revitalização e sustentabilidade do patrimônio no Brasil, o poder público caracteriza o principal ator e também elemento diferenciador nas ações de revitalização de centros urbanos, as áreas que, são onde mais se concentram os patrimônios históricos.

A concretização dos objetivos para uma Revitalização positiva, consciente e sustentável depende muitas vezes dos instrumentos operacionais que as políticas têm ao seu dispor (planos, estudos, programas, ações e orçamentos). Nesse contexto surgem as leis que visam a garantir que as intervenções sigam regras para atingir o objetivo no construído.

No Brasil, a partir da década de 60, surgiu a necessidade de melhorias de urbanização e saneamento, que originou até mesmo alguns movimentos sociais que reivindicavam melhorias nas políticas públicas urbanas. Como já citado, a Constituição Federal de 1988 foi a primeira Constituição brasileira a prever o Direito Urbanístico, a tratar da política urbana.

A criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257), só ocorreu alguns anos depois, em 10 de julho de 2001. O Estatuto vela pela proteção ao meio ambiente de forma equilibrada e sustentável, formando um aglomerado de regras que pretendem regulamentar a ocupação e o aproveitamento do solo urbano, garantindo a função social da propriedade. Para isso, prevê diretrizes gerais que devem ser seguidas, tais como a garantia do direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática e a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade durante o processo de urbanização, a atender sempre ao interesse social.

Um instrumento de política urbana hoje presente no Estatuto da Cidade é o PDU. O primeiro PDU de Vitória foi instituído em 1984. O processo de revisão de um PDU deve ser realizado a cada dez anos, e sua leitura reside na observação dos procedimentos metodológicos e das principais propostas e gargalos, seja pela dimensão que possa afetar e/ou dinamizar as estruturas urbanas, seja para observar os possíveis avanços e/ou conflitos verificados na gestão democrática participativa. Nessa perspectiva, a revisão decenal serve para qualificar o contexto da dinâmica urbana e de seu desenvolvimento ao longo dos anos, além do respaldo jurídico urbanístico nas decisões da gestão municipal.

Há certamente um caráter político-jurídico na elaboração do Plano Diretor, mas também há necessidade de contar com conhecimentos técnicos que requerem profissionais de formação específica. Os projetos que estes venham a desenvolver no contexto de elaboração do plano, por necessitarem de contratação formal, devem passar pelo processo de licitação da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das eventuais exceções previstas.

De acordo com o PDU, a Política de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico busca preservar e valorizar o patrimônio cultural de Vitória, sendo estes representantes da identidade e memória de diferentes grupos da sociedade, podendo ser materiais ou imateriais, preservados individualmente ou em conjunto, apresentando como diretrizes:

[...] fortalecer a cidadania cultural; compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da identidade cultural; estimular a preservação da diversidade cultural existente no Município; estimular o uso, conservação e restauro do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; compatibilizar os usos e atividades com a proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; adotar medidas de fiscalização ostensiva e qualificada para proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. (VITÓRIA, 2006, p. 8)

A Administração Pública Municipal é a responsável por executar a política urbana por meio do Plano Diretor Municipal, não somente pela previsão constitucional, como por esta conhecer melhor a realidade local e os anseios da comunidade, estando mais aparelhada e com servidores mais qualificados. Desse modo, a realização de tal ato se dá com os próprios recursos materiais e aproveitamento do pessoal do Executivo.

O objetivo é acompanhar a evolução da ocupação urbana e a aplicação das normas urbanísticas, por meio da elaboração de levantamentos, estudos e pesquisas, visando

garantir a ocupação ordenada e sustentável do município e a qualidade de vida nas cidades.

Conforme já citado, no centro de Vitória já se observava na década de 80, a evasão habitacional, antigas áreas que perderam funções produtivas e se mostraram a margem do circuito econômico, com deterioração urbana, Patrimonial, social e ambiental. Avaliando este contexto, passa a surgir a necessidade de um processo de revitalização urbana para o centro histórico da cidade.

Segundo os autores MOURA, GUERRA e SEIXAS (2006), a revitalização urbana é um processo de planejamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa. Dessa maneira, ela intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo vínculos entre territórios, atividades e pessoas, e, por conseguinte influencia na melhoria da qualidade do ambiente urbano e das condições socioeconômicas.

A primeira estratégia em direção a uma intervenção urbana, veio pela primeira proposta de revitalização do centro da cidade, que foi apresentada no artigo 152 do PDU de 1984. Essa contava com a primeira atuação na criação de logradouros e incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer. Também faz a menção sobre preservar e conservar as áreas de valor histórico e paisagístico.

Em 1990, é criada pela SEDEC, que é formada por arquitetos e urbanistas, os agentes promotores do programa de Revitalização do Centro de Vitória. De acordo com a Prefeitura, o programa originou-se a ter por finalidade, recuperar o centro histórico e propor projetos a impedir o esvaziamento econômico, sociocultural. Por meio desse programa também seriam identificados os bens de interesse de preservação no município.

Dentro do programa, os empreendimentos privados ou públicos que, por suas atividades, gerarem impactos no trânsito, na paisagem, no meio ambiente, com sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica, passaram a necessitar de análise detalhada pela Prefeitura antes da implantação.

Criou-se então o Fórum Técnico de Identificação dos imóveis de interesse em preservação do município, o primeiro foi executado em 1995, esse analisou um total de 43 imóveis, sendo que 07 teriam novas análises no futuro e 18 imóveis, foram identificados de interesse em preservação. Os critérios utilizados para a avaliação no inventário do imóvel

foram: Historicidade, Qualidade Arquitectónica, Qualidade Construtiva e Presença na Paisagem. foram priorizadas as edificações que, de certa forma, pudessem testemunhar a evolução urbana da cidade, o que na prática significou uma predominância de imóveis com características ecléticas. O que também se observou foram imóveis em caráter de abandono por parte de seus proprietários, o que coloca em risco tanto a estrutura física do imóvel quanto suas características construídas no passado. Tais ações contribuíram para aperfeiçoar as leis de proteção para o próximo PDUs.

O PDU de 2006 insere a proteção da paisagem como um suporte à identidade e à memória da população. É associada ainda às manifestações folclóricas e populares (bens de natureza imaterial), à preservação do espaço e paisagem onde esses ocorrem, estabelecendo de forma implícita a preservação dos bens imateriais, pelo seu caráter indissociável dos bens de natureza material.

Apresenta ainda instrumentos que incentivam a preservação pelos moradores como: Incentivos Financeiros e Fiscais; Consórcio Imobiliário; Outorga Onerosa do Direito de Construir, que Permite onde o Poder Público autoriza o particular a realizar uma construção acima do coeficiente de aproveitamento básico, até o coeficiente de aproveitamento máximo, mediante o pagamento de contrapartida e os recursos auferidos que poderão ser utilizados na proteção de áreas de interesse histórico cultural e paisagístico; Transferência do Potencial Construtivo, estipulando proteção contra descaracterizações e estabelecendo critérios para proprietários de imóveis tombados ou de interesse de preservação. Estabelece também o Tombamento e a Identificação de Imóveis e Monumentos Naturais de Interesse para a Preservação e seus efeitos dos quais, caso o proprietário não possa arcar com as obras de conservação ou restauro, o Município poderá incumbir-se de execução através de Consórcio Imobiliário ou outro instrumento de parceria.

O último PDU da cidade de Vitória, em vigor no ano de 2018 continua com a proposta da Revitalização do Centro de Vitória como uma das ações prioritárias da administração municipal. E em seu objetivo consta valorizar a história da região e reverter seu processo de esvaziamento socioeconômico e cultural, recuperar a atratividade da região central da cidade tanto como local para se viver, como para se investir. Os imóveis de interesse de preservação na área do centro, passam a ter desconto nos impostos. O benefício foi também concedido a vizinhos sujeitos às restrições dos imóveis tombados.

Numa estratégia para resistir a um maior abandono e degradação do centro, os agentes públicos, representados pela prefeitura, governo estadual, federal e ONG's, Organizações não governamentais, manifestaram interesse de trabalhar em conjunto para um melhor aproveitamento do Centro da capital Capixaba. No objetivo de prever projetos e ações estruturais no sentido da valorização cultural, artística e turística, com ganhos sociais e econômicos para a região, a partir do envolvimento da sociedade e da melhoria das condições de acesso e permanência no Centro.

A SEDEC trabalha a preservação da paisagem cultural com estudos onde são definidos Cones de Visualização, os quais têm por função a delimitação e a demarcação das áreas que possuem os elementos naturais e construídos, a fim de garantir sua visibilidade, as áreas delimitadas seguem legislação específica. Como no artigo 178 que estabelece a preservação da visualização do Outeiro e do Convento da Penha, demarcando as áreas e estipulando a avaliação de seus projetos pelo IPHAN.

Podemos destacar que o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano fica por centralizar as decisões que competem à aprovação: desde a elaboração de projeto de restauro e ao deferimento do tombamento ou Identificação de Interesse de Preservação, até planos ou propostas estratégicas, fiscalização e acompanhamento de imóveis.

Devido ao interesse dos poderes públicos já citados, coloco a seguir, com os dados fornecidos pela Prefeitura de Vitória, alguns exemplos dos principais projetos criados, executados, em processo para sua execução ou em caráter de abandono na cidade, para uma maior relevância ao trabalho.

No ano de 1990 o “Projeto Revitalizar o Centro”, prevê projetos e ações estruturais no sentido da valorização cultural, artística e turística, com ganhos sociais e econômicos para a região, a partir do envolvimento da sociedade e da melhoria das condições de acesso e permanência no Centro. De acordo com a Prefeitura de Vitória o projeto permanece ativo e possui algumas vertentes de programas em áreas específicas que são:

O programa “Eu Sou do Centro”, envolve diversas áreas da Prefeitura da capital com o objetivo de revitalizar a região que concentra intensa movimentação cultural e importantes monumentos da cidade. As intervenções, que vão desde limpeza, segurança e revitalização de espaços públicos até o fomento de atividades culturais e artísticas, pretendem recuperar a atratividade da região, como local para se viver e para se investir.

Através do programa, atualmente, podemos destacar que foram realizadas obras de restauro do MUCAME, Museu Capixaba do Negro, conforme figura 15, a instituição visa conservar, estudar e expor objetos de valor artístico e histórico da cultura negra. e reformas da Praça Costa Pereira.



Figura 16 - Museu Capixaba do Negro

Outro caso de espaço público que foi reabilitado e direcionado a cultura foi o edifício da Antiga Assembleia Legislativa. Construção da década de 30, construído após a demolição da antiga Igreja Nossa Senhora da Misericórdia. Com a ausência de construções para abrigar a administração pública contribuiu para a construção do novo edifício. No ano de 2000, quando a Assembleia foi transferida para outro bairro, o edifício ficou fechado. Em 2009 a construção passou por restauro e foi cedida pelo estado para abrigar o Palácio da Cultura Sonia Cabral, visto figura 16.

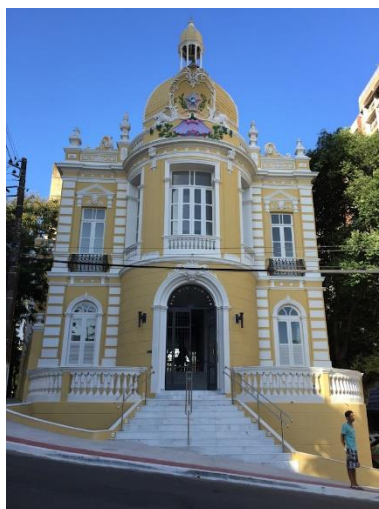


Figura 17 - Palácio da Cultura Sônia Cabral

Dentre outros o projeto “Rua Viva” - Instituto da Mobilidade Sustentável - é uma Organização não Governamental de atuação nacional, constituído como sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidário e pluralista. Constituído em 5 de abril de 1999, voltado para difusão da proposta da Mobilidade Sustentável.

Tem como objetivo a restauração da função social da rua, como espaço democrático de uso, priorizando os modos de transporte coletivo, a pé e de bicicleta; a defesa e preservação do meio ambiente e do património histórico, cultural e artístico nos projetos e ações ligados ao transporte e à circulação urbana; a promoção do desenvolvimento urbano, econômico e social de forma sustentável, conforme os princípios da Agenda 21.

Em Vitória, esse projeto tem o objetivo de intensificar o movimento já existente na rua Sete de Setembro, de acordo com a figura 17, uma das ruas mais antigas do centro, tradicional local de comércio e lazer, a alcançar maior movimento a integrar a música e com bares, com destaque para as atividades culturais.



Foto 18 - Rua Sete de setembro nos anos 1970

Nos finais de semana, as ruas Professor Baltazar (entre as ruas Graciano Neves e Treze de maio), Sete de Setembro (entre as ruas Basílio Daemon e Professor Baltazar) e Coutinho Mascarenhas (entre as ruas Sete de Setembro e Treze de maio) ficam fechadas para o trânsito de veículos, conforme figura 18. Ao longo da semana, a programação fica por conta dos próprios estabelecimentos da região.



Figura 19 - Projeto Rua Viva na rua Sete de Setembro em 2018

A ideia da “Rua Viva” é humanizar a cidade, viabilizando a ocupação dos espaços públicos pela população. O local recebeu demarcação de espaço para mesas e cadeiras, vasos de planta, placas de identificação e toldos. O projeto continua a acontecer, mas os donos dos bares relatam que, tem como ponto crítico a insegurança da região, o que acaba afastando turistas e moradores de outros bairros.

Dentro do programa “Revitalização do Centro”, está também inserida a recuperação dos imóveis de interesse de preservação; a identificação e destinação de imóveis ociosos para novos usos e a reurbanização e requalificação dos espaços públicos.

Também são de interesse do programa a valorização e potencialização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade; a implantação de novos equipamentos e espaços turísticos, culturais e de lazer com ganhos sociais e econômicos para a região. Um dos objetivos do programa é identificar os imóveis da capital que precisam ser preservados. Assim, enquanto suportes materiais da memória coletiva dos habitantes de Vitória, essas unidades podem ser recuperadas por meio dos instrumentos legais disponíveis na legislação: identificação e/ou tombamento.

O site da Prefeitura cita que, com a evolução deste programa, este ano, dentre os 421 imóveis de interesse histórico-cultural da cidade, localizados dentro do município de Vitória, 172 são protegidos por lei. Ao todo, são 42 edificações tombadas na cidade, sendo 11 pelo município, 25 pelo Estado e 06 pelo Governo Federal, além de 130 edificações identificadas como de interesse de preservação. Todas são protegidas por lei para garantir sua integridade física e incentivar a recuperação e os usos compatíveis com o imóvel.



Figura 20 - Imóveis identificados em caráter de abandono

A Prefeitura de Vitória concede, desde 2001, a isenção parcial ou total do IPTU aos proprietários que mantêm, em bom estado de conservação, os imóveis de interesse de preservação protegidos por lei. O objetivo é incentivar a manutenção e restauração das edificações, visto figura 19, identificadas pelo programa de Revitalização do Centro como de interesse para a preservação da história e do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico do município.

Anualmente, a Prefeitura cita que, realiza monitoramento desses edifícios, atribuindo pontuação a cada item recuperado. São analisadas a situação do reboco e da pintura, a recuperação da cobertura e de elementos de fachada, como esquadrias, vãos e adornos, conforme a concepção original.

Dependendo do nível de conservação observado, o proprietário pode receber de 50 a 100% de isenção do IPTU. O benefício é concedido automaticamente pela administração municipal sem que haja necessidade de requerimento por parte do proprietário. As normas e procedimentos para a obtenção da isenção do IPTU estão dispostas no Decreto Municipal 14.072/2008. Importante citar que, mesmo com todo monitoramento relatado pela prefeitura, direcionado aos imóveis, muitos deles continuam em situação de abandono, sujeitos a total vandalismo e com risco de desabamento.

Ao contemplarmos os cenários de vivência urbana que se vislumbra ao percorrer o centro de Vitória durante o dia, esses são substituídos por outras sensações durante a noite. À medida que cessa o movimento provocado pelo comércio ou pelo trânsito das pessoas

voltando para suas residências, o centro esvazia-se, sobretudo ao longo da Avenida Jerônimo Monteiro. A ausência de moradores em muitas áreas, faz com que o cenário de intensa atividade durante o dia seja substituído pelo vazio noturno.

É notório o problema habitacional que o centro histórico possui. Em 2003, conforme publicação da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades, a reabilitação de centros urbanos vinculada a programas habitacionais expressa importante medida de enfrentamento do quadro do déficit habitacional no Brasil, considerando que os centros apresentam quantidade significativa de moradias ociosas. O Governo Federal criou o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, que:

[...] por meio da recuperação do estoque imobiliário subutilizado promove o uso e a ocupação democrática e sustentável dos centros urbanos, propiciando o acesso à habitação com a permanência e a atração de população de diversas classes sociais, principalmente as de baixa renda; além do estímulo à diversidade funcional recuperando atividades econômicas e buscando a complementaridade de funções e da preservação do patrimônio cultural e ambiental. (BRASIL, 2005, p.18)

Para o enfrentamento do problema, a prefeitura buscou medidas que melhorassem a ausência de moradores no centro, pensou-se numa criação de política habitacional para o local. Essa define os EHIS são aqueles efetuados com a participação do poder público, que são localizados nos ZEIS e em áreas objeto de programas de revitalização urbana. Tais empreendimentos, devem garantir condições adequadas de infraestrutura e acesso a serviços, equipamentos públicos e áreas de lazer, sendo divididos em quatro categorias.

Com o objetivo de promover o acesso à terra e à moradia digna aos habitantes da cidade, o município instituiu a – Lei Nº 6.592/200618, que além de outras atribuições cria o programa “Habitar Vitória”, que é responsável por desenvolver os seguintes projetos habitacionais:

- Moradia: esse programa prioriza famílias sem acesso a moradia digna que morem de aluguel ou dividam habitação;
- Vitória de Todas as Cores: atende prioritariamente famílias de baixa renda localizadas em áreas de interesse social, buscando a melhoria da qualidade de habitabilidade e acabamento das moradias;

- Terreno Legal: tem como objetivo a regularização jurídica dos parcelamentos e assentamentos irregulares;
- Morar no Centro: em parceria com a Caixa Econômica Federal através do Programa de Arrendamento Família, tem como objetivo contribuir para a revitalização e repovoamento do centro da cidade;
- Morar Sem Risco: atende prioritariamente famílias que residam em áreas de risco geológico ou em residências insalubres e/ou com instabilidade estrutural, buscando resguardar a vida dos moradores.

Podemos citar alguns exemplos, concluídos ou não que estão previstos no Projeto Morar no centro:

O antigo Hotel Estoril, na figura 20, foi restaurado em 2009 e hoje possui 54 unidades habitacionais, localizadas junto ao porto de Vitória e que possuem uma vista privilegiada. O antigo hotel Estoril foi readequado para moradia popular por meio de recursos do Governo Federal e da Prefeitura de Vitória. O projeto foi idealizado para famílias com renda em torno de três salários mínimos, que pagarão durante 15 anos o valor referente a 10% da renda familiar, sem saldo devedor. Esse valor vai compor o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) que continuará a promover moradia digna a outras famílias.

Os apartamentos têm entre 33 e 52 metros quadrados, com um quarto, sala de estar, cozinha, área de serviço e banheiro. Em cada andar há, ainda, um apartamento adaptado para deficiente físico com um quarto, sala de estar, cozinha, banheiro e área de serviço. O prédio conta ainda com área coletiva para reuniões e dois elevadores.



Figura 21 - Hotel Estoril após obra de restauro em 2009

Em 2017, de acordo com a Prefeitura de Vitória, abriu-se o chamamento público para que, o Edifício Santa Cecília, na figura 21, passasse por obras de reforma para moradias populares, do segundo ao sexto andar. O Edifício localiza-se na região do Parque Moscoso, no Centro de Vitória. O imóvel, que pertence à prefeitura, encontra-se em situação de abandono e está ocupado irregularmente por 40 famílias sem casa própria.

O Edifício será adaptado para oferecer 40 unidades habitacionais a famílias com renda até R\$ 1.800,00 dentro do programa MCMV, Minha Casa Minha Vida, do governo federal. O edital para licitação das obras, constou na página da prefeitura no ano de 2019. As obras começaram em fevereiro de 2020. A secretaria informou que até o momento, devido a Pandemia, apenas 8 apartamentos foram entregues, mas a obra continua em andamento.



Figura 22 - Edifício Santa Cecília, Centro de Vitória, 2017

Em 2019 a Prefeitura de Vitória também informou que, o histórico Edifício Getúlio Vargas, no centro de Vitória, seria transformado em um condomínio popular com 106 apartamentos. O local também iria abrigar sete lojas e poderia receber um estacionamento rotativo, conforme figura 22.

A previsão é de que a obra teria início no final de 2020. Porém, após muitas tentativas de financiamento para a execução da obra, o imóvel retornou a União, aguardando recursos para sua execução. O que é preocupante, pois o imóvel encontra-se em situação de total abandono, desuso, infiltrações, goteiras. A colocar em risco a integridade física do imóvel e das pessoas que circulam pelas imediações do edifício.



Figura 23 - Edifício Getúlio Vargas, na Praça Costa Pereira, como está atualmente e como ficará após as obras, 2019

Podemos destacar mais um projeto que acontece no centro, agora direcionado ao turismo, chama-se “Programa Visitar”, foi criado em 2006 pela Prefeitura de Vitória, como parte da política pública para revitalização do centro. Direciona-se como um conjunto de ações integradas, voltadas ao fomento do turismo histórico-cultural da capital. O programa, compõe várias atividades que visam resgatar e preservar a memória do patrimônio da cidade.

Fazem parte das atividades a criação de roteiros turísticos, monitoramento nos Monumentos Histórico e visitas ao Patrimônio para o turismo e escolas na Capital. Pensado para atender o munícipe e também os turistas que passam por aqui, o Visitar Centro Histórico possui uma infraestrutura composta por placas de sinalização turística interpretativas, mapa do Centro Histórico em material bilíngue e atendimento turístico realizado por monitores estudantes do curso de turismo ou guia de turístico.

O programa também conta com o objetivo de educação patrimonial, onde incentiva escolas a levarem seus alunos para uma visita guiada ao centro histórico, onde esses aprendem sobre as construções, a história e a cultura capixaba, conforme figura 23.



Figura 24 - Programa Visitar o Centro Histórico

Atualmente, o Visitar disponibiliza gratuitamente monitores capacitados em sete monumentos históricos do Centro Histórico de Vitória. O projeto atua também em outras frentes de trabalho com o envolvimento das comunidades, difusão cultural, pesquisa e resgate da história.

Outro projeto a se destacar ano de 2009 pela SECULT, Secretaria de Estado da Cultura, foi o lançamento do primeiro volume da “Coleção Patrimônio Cultural do Espírito Santo”, que marcou um momento importante da gestão pública na área do Patrimônio. Uma das tarefas, do volume refere-se à recuperação de obras históricas e à memória de factos e pessoas, cuja atuação tenha contribuído decisivamente para a formação como unidade política e como comunidade cultural do Estado.

O primeiro volume, de uma série de quatro, contém todos os bens imóveis tombados pelo Estado e pela União existentes no Espírito Santo até aquele ano. A SECULT diz que os outros três terão como tema os bens naturais, os bens móveis e as tradições populares do estado. Os volumes constarão de igrejas e palácios, casarios e casarões, estações e ruínas, fazendas e fachadas, calçadas e alpendres, que mostram a diversidade étnica e cultural presentes na construção do Estado do Espírito Santo. Influências europeias e afro-brasileiras que se manifestam em nossa concepção de espaço, mantendo vivas em nossa arquitetura as variadas origens que ao longo de nossa história foram compondo o povo espírito-santense.

De acordo com a SECULT, até o momento o projeto infelizmente teve somente seu primeiro volume lançado, devido à falta de recursos e a mudança política, a nova gestão não deu prosseguimento ao projeto.

Observamos que essas relações e programas para a Revitalização da cidade, conduzem-nos a muitas perspectivas, sobre tais processos quando observados nas cidades ocidentais contemporâneas. Numa linha de pensamento, segundo HUYSSSEN (2000, p. 100), a Imagem da cidade propriamente dita torna-se central para seu sucesso em um mundo globalmente competitivo.

Se colocarmos em evidência o objetivo de ações econômicas direcionadas a valorização das cidades, podemos concentrar as políticas públicas para o desenvolvimento local, como estratégias de valorização das características mais identitárias das cidades. Nessa linha de pensamento podemos destacar o que chamamos de *City marketing*, uma ferramenta de estratégia para transformar uma cidade mais atraente para investimentos. Para ASHWORTH, VOOGD (apud SÁNCHEZ, 2003), o *City Marketing* é definido como:

“A percepção das vantagens da obtenção de investimentos privados e a preparação de parceria para alcançá-los. O *City marketing* será tratado aqui como processo mediante o qual as atividades estão o mais proximamente possível relacionadas com a demanda de clientes alvo de forma a maximizar a eficiência social e o funcionamento econômico da área envolvida, de acordo com todos os objetivos que tenham sido estabelecidos”. (p. 55)

A necessidade de atrair fluxos de capital que, em tese, garantiriam a sobrevivência e o crescimento da cidade faz com que muitas delas adquiram o pacote de tecnologias gerenciais do urbano. Tal pacote inclui o planejamento estratégico, a criação de consensos entre os cidadãos, o patriotismo das cidades. O *City marketing* funciona como a promoção de uma cidade. Pode ser usado para melhorar a imagem externa da cidade e potencializar o turismo. Para Sanches:

“A política do *City marketing* é uma ferramenta de difusão de discurso. O marketing urbano permite identificar as profundas conexões entre os campos de cultura, da comunicação e da política, que nela atuam para tornar hegemônica determinadas leituras do espaço. Essa reunião é operada pelos meios de comunicação e informação. Sendo veículos de construção ideológica, os meios atuam como aceleradores culturais, definem e revelam trações do espírito da época”. (p.98)

Segundo o autor, criar uma marca para a cidade, pode oferecer muitas vantagens, tendo critérios coerentes, objetivos e funcionais, para satisfazer as expectativas da sociedade,

investidores e turistas. Alguns projetos na linha do *City marketing*, foram pensados para Vitória, como exemplo cito o projeto do Corredor Cultural.

O projeto teve como título “Devolva-te a paisagem” no ano de 2007, esse sugeriu a criação de um corredor cultural a ligar o mercado da capital e a escola de arte e dança FAFI, Faculdade de Filosofia e Letras. A proposta é que o conjunto de imóveis que existem entre o mercado e a FAFI, daria lugar a uma praça e a rua Desembargador O’reilly de Souza seria fechada, para que lojas e restaurantes ocupariam o espaço. Onde hoje funciona um estacionamento privado, seria construído um centro cultural, a conter restaurantes e cinemas.

Em uma entrevista para o jornal local no ano de 2007, o arquiteto responsável pelo projeto na figura 23, argumenta: que a revitalização do centro não está ligada só ao construir, mas a novas formas de uso de área já existentes, a abrir espaços. Argumenta que é preciso investir em turismo de rua, para que as pessoas possam circular livremente pelo centro.



Figura 25 - Projeto Corredor Cultural da FAFI ao Mercado Capixaba

O projeto não foi executado conforme a ideia inicial, mas a prefeitura executou o restauro na estrutura da FAFI. Após 03 anos de reforma, o prédio da Escola foi entregue em julho de 2018. A obra contemplou o restauro da fachada, do telhado, piso e pintura, podemos ver na figura 25.



Figura 26 - Restauração da Escola FAFI

O centro de Vitória, apesar de contar com várias propostas na tentativa de criar vínculo e identidade entre a sociedade capixaba e o centro, ainda há um caminho longo a ser percorrido neste sentido. Na tentativa de construir uma valorização da identidade e no significado do lugar, esse entendido como um espaço de redes sociais e relações sociais consolidadas pelos moradores; de certo, existem outras questões que dificultam uma maior fixação e desenvolvimento desse relacionamento.

Dificuldades como a de possuir um trânsito complicado, vagas para estacionamento limitadas, e ainda poucas atividades de lazer e cultura em funcionamento, um factor também preocupante e que gera insegurança sobre o local é a violência. A falta de segurança pública caracteriza-se como um factor preocupante e muitas vezes determinante para que a sociedade desista de morar e até mesmo frequentar o centro. Isso implica até na dificuldade de inserir Vitória na rede turística brasileira.

É importante ressaltar as situações que ocorrem em centros históricos, para que medidas e estudos possam se realizar na intenção de que cada vez mais seja possível que esses centros sejam, cada vez mais, partes viventes das cidades, assim como alcançar a sustentabilidade ambiental e social.

5 Memória em Patrimônio com novas funções

Ao pensar sobre a cidade e memória, fica a nos despertar para ideias sobre essa dialética. Sobre a identidade dos lugares, suas referências, representações sociais e simbolismo. Nesse embate a questão patrimonial e a memória ressurgem, segundo (Gonsalves,2002), numa tentativa de conjugar os tempos passado e futuro, que habitam juntos com o tempo presente da cidade e também pela sempre presente necessidade de salvar o que está em desaparecimento.

É importante pensar que as cidades contemporâneas passam por sucessivas transformações, o que se torna cada vez mais um desafio, conciliar, suas memórias a novos hábitos da população, ocupação territorial, políticas públicas e sustentabilidade.

Para construirmos uma referência da memória sobre as imagens das cidades, poderemos caracterizar alguns pensamentos que dialogam no decorrer do tempo sobre importantes ações para a construção de um relacionamento da sociedade para com a cidade e com o Patrimônio. Pode-se pensar em caracterizar o discurso da cidade como Imagem. Segundo HUYSSSEN (2000, p. 100), a imagem da cidade propriamente dita torna-se central para seu sucesso em um mundo globalmente competitivo.

Segundo ABREU (1998), há uma discussão sobre o que caracteriza a memória urbana e onde essa foge a discussão clássica sobre memória social e se foca em torno do que ele denominou de memória das cidades. Por memória das cidades o autor entende o estoque de lembranças “eternizadas”, frutos do passado que são perceptíveis na paisagem de um determinado lugar onde elas são reapropriadas por segmentos da sociedade, para construir uma identidade social.

Para NORA (1985), o patrimônio arquitetônico e seu estilo, nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore, música, fazem parte da vivência humana, o que pode inserir neste contexto a cidade como um cenário destes momentos, presente na memória da sociedade.

A procura por leituras da paisagem urbana são importantes, visto que a não assimilação das imagens existentes pode fazer com que os elos da tradição se percam, a cidade vai

deixando de produzir as imagens cruciais que tem como suportes a urbanidade e a cultura urbana e assim deixa de ser referência de comportamento PECHMAN (apud VAZ, PEREIRA; 2010, p. 31).

Para SAQUET e BRISKIEVICS (2009, p. 4), todo o património identitário como as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas, devem ser protegidos e valorizados por meio de projetos e programas políticos, visto que o conceito de território está intimamente ligado ao de património.

Para os autores, o território compreende quatro componentes principais: as relações de poder; as redes de circulação e comunicação; as identidades e a natureza/sustentabilidade. Isso significa que pensar o desenvolvimento das cidades, obriga a pensar em todos esses elementos e não em cada um de forma isolada BRISKIEVICS, SAQUET (2009, p. 6).

Ao abordar a identidade, para SAQUET e BRISKIEVICS (2009), enaltecem mais uma vez a perspectiva integradora do território, visto que as relações de alteridade (diferenças) e exterioridade (aparências) diferenciam e identificam as pessoas e os lugares.

Segundo os autores, “a própria memória de um grupo social precisa de uma referência territorial”. Por sua vez, só existe identidade a partir da concepção do que HAESBAERT (1997) denomina de “espaço produzido”, o espaço natural alterado em qualquer grau pelo homem. Por fim, a territorialidade é definida pelos autores da seguinte forma:

[...] processos de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. (BRISKIEVICS, SAQUET; 2009, p. 8)

Apesar de ser um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, o património não é uma representação de todos, num modo de pensar generalista da afirmação da identidade social. Dessa forma:

“O património histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social. O património se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberta às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder”. (RODRIGUES, 1996, p.195)

Numa aproximação dos conceitos descritos, podemos entender o património como “coisa” no conceito fenomenológico de Heidegger, explicado por LIMA da seguinte forma:

Após desconsiderar a ciência, Heidegger retoma a pergunta: “que é a coisa como coisa? [...] “Que é a proximidade?” (p.5). Nessa retomada lembra que como a coisicidade da coisa e a proximidade não podem ser compreendidas, elas podem ser experienciadas. Para experiencarmos a proximidade e a coisa é que “temos perguntado sobre a jarra que está na proximidade” (p.5). Pela ciência vimos a jarra como um recipiente sempre cheio, agora é preciso ver a jarra como um recipiente que acolhe algo em seu vazio.

Heidegger diz que “o vazio acolhe de modo duplo: tomando e retendo” (p.5). Este tomar e reter torna-se uma unidade no vazio do recipiente. Para confirmar o destino da jarra, essa unidade tem como fim o verter, ou seja, o inclinar para derramar aquilo que é acolhido. Esse verter, não é um simples derramar, é o próprio oferecer algo a alguém, é presentear. (p.5) (LIMA, 2010, p. 100)

Para a Fenomenologia, relacionar o património no sentido simbólico da palavra “coisa”, esse não se caracteriza por um objeto em si na sua materialidade. Ele envolve o realizar-se do objeto, a totalidade das coisas: o recipiente, o seu vazio, o que o preenche, a coisa revelada na sua coisicidade (fora da ciência), o tomar, o reter e o presentear. Aí reside a complexidade de encontrar seus "limites", de defini-lo em cada situação. O "conhecimento de si" e a realização do oferecer, numa relação de amizade, é que definem e ao mesmo tempo transformam o património num processo sempre contínuo. O património é, ao mesmo tempo, produto e agente fomentador da solidariedade.

O relacionamento das cidades com o Património, sempre esteve em discussão no que nos conta a história, seja consequência de ações que se direcionaram para a modernização das cidades, ou nas legislações, estudos e movimentos que resistem e dialogam para a preservação do Património e cidades sustentáveis.

Segundo ZUKIN (1991, 1995 e 2000), o património e os edifícios integram as chamadas paisagens urbanas pós-modernas. Ao lado dos cenários formados por torres altas que voltam suas costas para a rua (2000, p. 82), surgem também a restauração e a renovação de antigos lugares. Esse processo ocorre no que ela denomina de cidades antigas (cujos centros se constituíram ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX), articulado à recentralização do investimento global nas grandes cidades e à acumulação de capital nas economias dominadas pelo setor de serviços.

Ao citarmos a teoria de cidades imagens, podemos citar LYNCH (2010), que aborda a imagem de um lugar a partir da identidade de uma rua, bairro ou cidade. Para o autor a identidade é composta de alguns elementos a considerar como a sua individualidade e particularidade, ou seja, a existência de fenômenos únicos ou raros que aconteçam naquele local.

Não podendo esquecer de sua estrutura, ou seja, a legibilidade e clareza de sua malha e de seus pontos de referência urbanos ajudam a consolidar essa identidade. Finalmente, o significado ou as relações construídas a partir da experiência de cada lugar, caminhos que percorremos, lugares que frequentamos, memórias que acumulamos, bem como a facilidade ou dificuldade em construir essas relações, fazem parte da formação da mesma identidade. Assim, Lynch desenvolve o método dos mapas mentais como uma pesquisa cujo objetivo é identificar a imagem coletiva sobre um bairro ou cidade e, dessa forma, fornecer subsídios para intervenções.

Nesse intuito cidades podem ser percebidas de formas diferentes pelas pessoas. Essa percepção, embora parta da cidade física, é também uma construção mental que fazemos sobre ela e que pode corresponder ou não à realidade. Compõe essa projeção nossas experiências, nossas expectativas, memórias e todo o tipo de grandes ou pequenas sensações relacionadas a ela. Ao falarmos sobre a cidade onde nascemos, pode nos trazer, um sentimento, uma sensação, uma imagem, relacionada à nossa história de vida. Talvez a estrutura da cidade, tenha mudado tanto que a imagem que construímos dela já não corresponde em nada com a realidade. Em contra partida, uma cidade em que nunca estivemos, talvez, Paris, ou Tóquio, quando citadas, podem nos remeter a imagens que relacionamos a cada uma, mesmo que não tenhamos nenhuma experiência delas.

Se pensarmos nas construções como testemunhas da vida de uma sociedade, portanto cada cidade, pode representar e testemunhar simbolicamente eventos da memória de seus moradores. O site de arquitetura *ArchDaily* cita como exemplo, uma análise desde o século XIX aos tempos atuais, dos principais epicentros na construção de edifícios que se tornaram ícones na paisagem urbana, influenciando para sempre a forma como concebemos essa paisagem. Entre eles, o site cita muitos arranha-céus históricos da cidade de Nova Iorque, que acabaram sendo demolidos dando lugar a estruturas cada vez mais altas e tecnológicas. Neste contexto, novidade e obsolescência parecem duas faces de uma mesma moeda. As recentes disputas e impasses ao redor de algumas das mais

icônicas estruturas em altura já construídas na cidade de Nova Iorque, revela o quão rapidamente as coisas podem mudar de figura.

O Site enfatiza a importante participação simbólica dessas construções em momentos importantes na História das cidades. A exemplo mundial, na cidade de Nova York, num momento decisivo da luta pela emancipação da mulher, o *270 Park Avenue* foi o primeiro edifício empresarial do século XX a ser concluído nos Estados Unidos sob responsabilidade de uma arquiteta: Natalie de Boi, inaugurado no início dos anos 1960 como *Union Carbide Building*, o edifício é considerado junto ao *Seagram Building* de *Mies Van der Rohe* um dos principais ícones modernistas de toda uma geração. Símbolo este, que pode ser completamente demolido, para dar lugar a um arranha-céu tecnológico.

Com a evolução das cidades, surgem cada vez mais movimentos em direção a demolições de construções antigas, dando espaço a construções contendo todas as exigências tecnológicas e sustentáveis.

Nessa disputa contemporânea, podemos salientar que estruturas icônicas carregam consigo um valor imaterial inestimável, tanto como notáveis exemplos de um determinado período da história da arquitetura quanto para a vida das pessoas que por ali passam todos os dias.

As construções arquitetônicas, em nossas cidades, operam como registros das mudanças ideológicas as quais a nossa sociedade atravessam ao longo do tempo. Como materialidade, a arquitetura fala por si só. Seus elementos físicos e componentes estruturais, soluções técnicas e tecnológicas, cada um de seus ingredientes revelam algo sobre o espírito de seu tempo. Edifícios projetados por nossos antepassados e que ainda habitam as nossas cidades, nos fazem questionar todos os dias nossos próprios critérios a respeito de quais estruturas devemos preservar e quais não. Afinal, o que justifica um edifício ser digno de perdurar no tempo, logo, em um tempo onde tudo parece envelhecer tão rapidamente?

O livro *Manual do Patrimônio* refere que a preocupação com o patrimônio arquitetônico não significa uma oposição ao desenvolvimento das cidades. Ao contrário, casos de preservação ao redor do mundo deixam claro a relação direta entre preservação e desenvolvimento econômico. O texto cita estudos que mostram que em cidades europeias os imóveis de interesse histórico (tombados ou não), valem 26,9% mais que imóveis comuns. Isso se dá porque nessas cidades, o valor simbólico atribuído a determinados

bens se transforma também em valor econômico ao fortalecer a imagem da cidade, demonstrando sua vitalidade e atraindo novos investimentos e negócios.

Portanto, sendo real a capacidade e potencialidade de um imóvel em abandono, se tornar apto para novas perspectivas, faz-se necessário mais estudos e políticas de interesses para que essa memória continue a fazer parte das cidades, a contribuir para o seu simbolismo e ao enfrentamento de cidades mais sustentáveis.

Infelizmente, no Brasil, muitas vezes, o que vemos é o planejamento despreocupado com as questões de identidade, que é o chamado “planejamento de gabinete” VAZ, PEREIRA (2010, p. 30), no qual até pode existir um plano participativo, mas apenas legitimando o processo decisório, que se faz presente em momentos importantes.

No Brasil, levou-se anos para que um estudo fosse realizado em função do patrimônio arquitetônico reabilitado. Segundo dados do livro do Programa *Monumenta*, o IPHAN calculou que, na segunda metade dos anos 1990, dos oitocentos monumentos nacionais tombados individualmente (edifícios históricos), somente 20% estavam em boas condições e 5% precisando de pequenos reparos. Os demais apresentavam graves problemas: 10% encontravam-se em ruínas, 40% em más condições e 25% com modificações inadequadas.

A deterioração sinalizou na época, para o governo, uma questão central: a utilização da maioria dos edifícios históricos não justificaria os gastos de manutenção necessários à preservação de suas características históricas e artísticas. Em agosto de 1999, apenas 32% dos monumentos eram utilizados de forma compatível com sua preservação, enquanto 45% estavam destinados a usos que os deterioravam, 20% parcialmente ocupados e 3% abandonados.

Segundo PIMENTEL, PEIXOTO (2009), os problemas de preservação do patrimônio no período que antecedeu a implementação do programa *Monumenta*, eram de cinco naturezas: uso inadequado dos edifícios; modificações incompatíveis com a preservação; desconhecimento pela maioria dos empreiteiros e artesãos das técnicas apropriadas para trabalhar com edifícios e materiais históricos; precário conhecimento da população brasileira sobre a importância da proteção; ineficiência do setor público para tratar do assunto.

De acordo com essa análise, a maioria dos edifícios históricos era funcionalmente obsoleta: não oferecia atrativos para as classes média e alta; a ausência de estacionamento dificultava a instalação de pontos comerciais; a iluminação era deficiente; a segurança era precária e o acesso, difícil. Nas palavras de Pimentel e Peixoto (2009, p. 37):

“Conventos eram transformados em depósitos, edifícios e mansões eram subdivididos e alugados a locatários de baixa renda ou abandonados, igrejas não recebiam mais fiéis. As áreas urbanas onde estavam localizados estes edifícios históricos se deterioraram e tornaram-se cada vez menos seguras”.

Outro aspecto que dificultava uma preservação sustentável era a ausência de consciência patrimonial, tanto por parte dos proprietários de imóveis na área protegida como de autoridades locais, empresários e mão de obra da construção civil. A população, de uma maneira geral, revelava falta de conhecimento da história e da importância da manutenção e preservação do patrimônio imóvel, conforme se verificou por meio de pesquisa, de âmbito nacional, realizada pelo Ministério da Cultura em 15 regiões, 21 cidades e 1800 famílias.

Na população de baixa renda e escolaridade, o nível de conhecimento era mínimo. Muitos proprietários faziam modificações incompatíveis com a preservação do patrimônio, danificando ou afetando suas características originais. Segundo PIMENTEL e PEIXOTO (2009, p. 39), avaliou-se que:

“a maior parte da deterioração estava relacionada ao desconhecimento da importância histórica do patrimônio”. Esse problema era agravado pela escassez de mão de obra especializada e a falta de conhecimentos técnicos por parte da maioria dos empreiteiros e artesãos. “Mesmo quando a intenção é preservar, a falta de conhecimento das técnicas para trabalhar com edifícios e materiais históricos trouxe resultados danosos à preservação”.

Infelizmente, na cidade de Vitória, essa realidade não foi diferente. Desde os anos de 1970, a cidade já apresentava sinais de esvaziamento e abandono de imóveis. Na época, pouco se fez em direção a salvaguarda e identificação destes imóveis.

Os primeiros registros a considerarmos em Vitória a respeito de patrimônio que passaram por novas funções, podemos citar o Palácio Anchieta, hoje sede do governo estadual, mas que nos séculos XVI, XVII e XVIII já foi colégio jesuíta, igreja, sede militar. Até 1759,

o Palácio Anchieta abrigava o Colégio de São Tiago, conforme figura 26, conjunto que começou a ser erguido em 1570, a partir da construção de uma nova sede para a Igreja de mesmo nome, que havia incendiado. Em 1798, recuperado de um incêndio ocorrido dois anos antes, o prédio é denominado Palácio do Governo.



Figura 27 - Colégio São Tiago recuperado, após incêndio

No ano de 1945, no aniversário da morte do padre José de Anchieta, o então governador, Jones dos Santos Neves, publica decreto nomeando a sede do Governo Estadual como Palácio Anchieta, na figura 27 – que guarda o túmulo simbólico do padre desde 1922, mantendo até hoje a sua imponência histórica, cultural e arquitetônica.



Figura 28- Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado

Ao caminharmos com o tempo no crescimento da cidade, a de se notar uma preocupação e interesse público no que diz respeito a história do centro. Segundo TOMAZ (2010), não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver. A conservação de qualquer património edificado é devido à relação do bem com a história do local e está diretamente ligada ao passado. O património em forma de edifício deixa a marca do tempo no espaço, à marca de toda a linha histórica da cidade. Conforme TOMAZ (2010, p.6):

“A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos”.

Nos tempos atuais, em Vitória, continua a existir uma dificuldade em vincular essas construções, a possibilidades que gerem benefícios para a cidade e para a sociedade. Independente da linha pensamento a escolher como turismo, economia, marketing, estudos comparativos, cidades imagens, Educação patrimonial, memória e sustentabilidade. Sempre se torna um desafio quanto ao como transcorrer para que as construções possuam vida novamente.

O programa Monumenta do IPHAN, foi certamente uma das iniciativas governamentais no campo da política de património cultural e da política urbana que melhor retrataram as questões, os desafios, os limites, as possíveis soluções que se colocam para a gestão do território das cidades brasileiras e, particularmente, de suas áreas centrais. A definição dos municípios a serem conveniados com o Ministério da Cultura para implementação do Programa apresentou-se uma questão complexa, principalmente considerando o valor investido ser reduzido. Na época, infelizmente a Cidade de Vitória não foi selecionada pelo programa, o que levou a capital, a um atraso na área de reabilitação e património com novas funções, se comparada as outras capitais do País.

Mesmo com poucos recursos financeiros, Vitória continua buscar, mesmo que a passos lentos, estudos e projetos, para que as construções do centro, passem por reabilitações. A exemplo disso, podemos notar a figura 28, o Casarão Cerqueira Lima, uma das construções históricas mais bonitas do Centro de Vitória. Localizado na região da Cidade Alta, onde está o Palácio Anchieta, o local foi transformado em galeria de arte e desde o dia 31 de julho de 2014 abriga o Gabinete do Centro. O espaço, que conta com recepção, sala de reuniões, banheiros, jardim e estacionamento, é usado pelo Prefeito de Vitória e sua equipe para atendimento e despachos de demandas da administração municipal. O Conselho Municipal de Cultura aprovou por unanimidade a instalação do gabinete dividindo espaço com a exposição no Casarão.



Figura 29 - Casarão Cerqueira Lima

Outro exemplo recente, na figura 29, trata-se da casa 197, situada na rua José Marcelino, cidade Alta, o imóvel hoje, é de propriedade do IPHAN. Em sua história, o imóvel foi caracterizado como residencial, em seu início e a serviço da Igreja católica. Data da construção entre 1780 a 1850, seu tombamento foi em 1967. No ano de 2019 aconteceu a licitação para o processo de reabilitação da casa, onde será utilizada pelo IPHAN com anexo a instituição hoje já existente.



Figura 30 - Casa 197 do IPHAN, 2018

Mesmo com alguns exemplos de que alguns líderes políticos, possuem interesse em mudar a situação dos imóveis do centro, ainda há muito a ser feito. Atualmente os imóveis abandonados no centro, são motivo de preocupação dos moradores, o medo do desabamento faz parte da rotina do bairro, além do medo, os moradores convivem com a tristeza de ver parte da história do bairro ser destruída. Um mapeamento realizado nos últimos dois anos pelo AMACENTRO, Associação dos moradores do Centro, aponta que há 104 imóveis em estado de abandono. As informações foram enviadas a defensoria pública da cidade. Desses 104 imóveis, 84 estão catalogados pelo programa de identificação de imóveis no ano de 2020, como de interesse em preservação.

Em Vitória, é notória a má preservação do patrimônio histórico, o que pode causar danos irreversíveis. Cada vez mais, uma construção é demolida ou descaracterizada. Mesmo com o reconhecimento das autoridades responsáveis sobre a importância do patrimônio histórico, ainda não se consegue responder de forma adequada monitorando, mantendo ou recuperando os prédios, monumentos e antigos conjuntos industriais. Ações de parte da sociedade civil ao menos têm conseguido alertar sobre a importância do patrimônio histórico, de seu valor material, estético, que conserva em si fragmentos da história de um lugar, comportamentos, conquistas, derrotas, entre outros os fatores que constroem uma sociedade.

A prefeitura coopera no sentido de fornecer uma contrapartida financeira aos proprietários que tiveram seus imóveis tombados. Mas, por não haver nenhuma regulamentação que vinculasse o dinheiro obtido à conservação do imóvel em questão ou mesmo de outros imóveis, via destinação em fundo público, muitas vezes esse dinheiro não chega aos proprietários, o que inviabiliza o restauro.

As políticas públicas e educacionais, falham no que se refere à proteção da memória patrimonial, além de necessitar de uma regulamentação que dê conta dessa deficiência, é importante ressaltar que essas podem investir mais em projetos, visando uma educação patrimonial nas escolas, a fim de resgatar a memória coletiva da cidade e da sociedade capixaba.

5.1 Contributos para a Memória do Património Reabilitado

A ideia do património nos aflora tanto à memória quanto à história; a um território real ou imaginado e, conseqüentemente, leva-nos a estabelecer os marcos da relação entre o tempo presente e o futuro que, almejamos coletivamente a transformação da identidade simbólica dos lugares em representações compartilhadas, pelos membros de uma sociedade.

Quando esta memória se enfraquece, ou quando desaparece o grupo que lhe deu suporte, entra em cena a história, sendo então necessário institucionalizá-la (daí os “lugares de memória”, de Pierre Nora).

Já mencionava ABREU (1998), que para se tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história no e do lugar.

Por memória das cidades o autor entende o estoque de lembranças “eternizadas”, frutos do passado que são perceptíveis na paisagem de um determinado lugar onde elas são reapropriadas por segmentos da sociedade. Ela é importante para a compreensão do papel da história no processo de resgatar a memória e, principalmente, os embates que decorrem do ato de resgatar o passado de um determinado lugar.

O interesse social e a ação cívica são as bases de qualquer atitude referente à proteção de bens culturais. Anos de negligência política e a negação das origens de algumas nações, geraram lacunas consideráveis. Associadas a este descaso, a falta da elaboração de uma política educacional e a pressão exercida pelos meios de comunicação produzem uma indiferença social, muitas vezes aos temas culturais: património, cultura, memória, história, documento. Essas são categorias circunscritas ao meio intelectual e que ao que parece, muitas vezes, não dizem respeito ao habitante da favela, da vila ou do bairro.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Histórico, Arquitetónico, Artístico e Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e

adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, identidade e memória.

Ao legado da memória, de acordo com LE GOFF (1984), o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; é um legado à memória coletiva, principalmente nos espaços onde o acesso ao documento escrito é restrito, quer pelas normas, quer pela forma.

Por consequência, o monumento surge como um elo possível de ligação do presente com o passado em um contexto social, no qual a memória, sem incentivos, parece cada vez mais cronologicamente limitada. Porém, é de facto que o monumento precisa dizer algo, falar ao ouvido das pessoas acerca de suas histórias, senão, mudo, permanece no campo do intocável.

Como dito, o património traz consigo o potencial de testemunhar os momentos históricos que foram simbólicos para uma população, portanto, é importante que cada vez mais aja interesse da sociedade, sua participação nas tomadas de decisões sobre o que será ou não preservado. Em contra partida, o poder público precisa gerir com mais transparência e atitude as situações que o património está inserido.

Também é necessário que cada vez mais que a comunidade acadêmica faça parte desse processo. Seja na composição de ideias e projetos, no auxílio na tomada de decisões pelo Estado, na disponibilidade em oferecer a sociedade conhecimento patrimonial, para que tenhamos uma sociedade mais consciente de sua história, assim como contribuindo para o pensamento dialético em favor do património.

Alguns exemplos já aconteceram neste âmbito, como ano de 2000 uma parceria do IPHAN e estudantes de arquitetura da UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, realizaram um estudo no centro histórico de Vitória. Tendo como objetivo um reconhecimento da área a ser estudada e dar início a vários processos de tombamento. O IPHAN utilizou o estudo nos processos dos futuros tombamentos realizados.

Neste ano, a Prefeitura de Vitória e uma Instituição de Ensino Superior, assinaram um termo de cooperação técnica e científica, para que os alunos do curso de arquitetura realizem um levantamento dos imóveis não utilizados ou subutilizados no centro de Vitória. O material coletado contará com identificação dos imóveis, fotografias, entrevista com a comunidade sobre os possíveis usos da área. Ao final o material será

entregue ao Município para contribuir com a gestão, com um maior conhecimento da área e para um melhor tratamento ao património.

No livro *Preservando o Património Histórico* (2012), um manual dedicado aos gestores municipais, observamos que a autora coloca 5 passos para ajudar os gestores, na tomada de decisões para a preservação do património:

- Conhecer os Bens relevantes para o património da Cidade - Escolher os bens a serem protegidos é um processo chave para a gestão do património.

- A inserção urbanística - O património histórico e o bem cultural estão inseridos num contexto urbano, que deve ser considerado, em sua totalidade. as intervenções ligadas à preservação devem considerar o potencial de melhoria da habitação, desenvolvimento económico, mobilidade, sustentabilidade e promoção da diversidade no uso democrático do espaço público.

- Valorização económica e social - O conceito de Conservação Integrada pressupõe uma nova perspectiva de planeamento, que envolve a integração de várias esferas e, necessariamente, o estabelecimento de objetivos que levem em consideração a multiplicidade de interesses.

- Agilidade de procedimentos - A gestão pública deve acompanhar as mudanças da sociedade, cada vez mais fragmentada e complexa.

- Valorização e capacitação do Quadro Técnico – A preparação dos funcionários ligados à área de preservação do património. Além das técnicas de preservação, conservação e restauro, o profissional da área de conservação precisa de noções de história e de conhecimentos de mecanismos legais de intervenção urbana.

Quanto mais compartilhado for o objetivo de preservação, menor é o risco de haver conflito entre as diversas frentes de atuação municipal na cidade. A reabilitação do património histórico se realiza em função das necessidades dos usuários. O uso assegura a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.

A pensarmos no IPHAN, quanto as cidades históricas e seus centros, priorizou por muito tempo, ações voltadas à sua proteção, através do instituto do tombamento; o que caracteriza o começo do trabalho para as ações na gestão de sítios urbanos, mas estamos atrasados se observarmos o que já é feito em outros países.

Como exemplo, podemos citar um projeto atual Europeu para melhorar a gestão dos centros históricos. O projeto *Smart Heritage*, de acordo com Gumersindo Bueno Benito (2019), responsável pelo projeto: “O projeto *Smart Heritage City* dá resposta à necessidade de gerir de forma global os centros urbanos históricos, a fim de evitar a sua degradação devido a factores naturais e humanos. Mais concretamente, procura encontrar soluções para os problemas resultantes do turismo de massas nas cidades históricas. Tal pressupõe transitar de uma gestão reativa para uma gestão proativa. O projeto desenvolveu tecnologias de vigilância, uma inteligência artificial e ferramentas de apoio à decisão, que permitem aos administradores municipais dispor de dados e informações úteis para a gestão da cidade”.

Segundo Gumersindo, a tecnologia foi testada em Ávila, cidade classificada como património mundial da Unesco. Uma rede de sensores colocados em diferentes locais do centro histórico permite medir, em tempo real, os parâmetros ambientais e estruturais, bem como os relacionados com a segurança, o consumo de energia e o fluxo de visitantes. A promover um turismo sustentável e uma maior proteção aos centros históricos.

No que registrou o programa *Monumenta* a respeito do ponto de vista funcional, a reabilitação de algumas capitais brasileiras, contribuiu para valorizar as atividades culturais, o lazer e o turismo. Essa diretriz vale, com as devidas especificidades, tanto para os pequenos núcleos históricos, reincorporados aos circuitos econômicos pela valorização da fruição do património, como para os centros urbanos das grandes cidades. Nestas a economia, a cultura passou a requerer os nichos remanescentes da arquitetura tradicional, que necessitam estar devidamente reciclados por projetos contemporâneos para a implantação de equipamentos associados a um novo circuito de ideias e projetos.

O quesito da sustentabilidade é uma questão importante e significativa a ser relevante no contexto da tendência de reutilização com novas funções, pois edificações existentes geralmente possuem atributos positivos e negativos e um bom desempenho no que diz respeito à reutilização dos materiais. Muitas vezes utilizam soluções de tecnologia mais simplificada que resolvem bem as questões relacionadas à ventilação natural, à luz natural e à inercia térmica. Um edifício histórico é revitalizado para manter seu uso ou para um novo, é importante aproveitar as qualidades inerentemente sustentáveis do edifício, tal como eles foram planejados. É igualmente importante que eles funcionem de forma eficaz com as novas medidas tomadas para melhorar ainda mais a eficiência energética.

Podemos destacar o desafio da acessibilidade ligada ao património, cada vez mais se torna um desafio a encaixar as normas em antigas construções. O artigo 30 do Decreto 5.296/2004 dispõe sobre a acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis, estabelecendo que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa no 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Atualmente, em alguns Países europeus, há discussão de ideias em como trabalhar com edifícios existentes, reparando e/ou revitalizando para um uso contínuo que, tem se transformado em um desafio, tanto para os líderes como também para a academia. Em meio as ideias destacam-se o processo de alteração de uma construção denominado de reutilização adaptável.

Reutilização adaptável difere da restauração, pois proporciona maiores opções para mudanças, tais como a ampliação e a integração de novos elementos da construção civil, ou até mesmo para a “demolição seletiva” LANGSTON (2010). Para a teoria e prática contemporânea da conservação, a reutilização adaptável é considerada uma importante estratégia para a conservação do património.

É notório que cada vez mais o factor sustentabilidade ganha destaque em discussões sobre a reabilitação dos centros históricos. Apesar de ser um sistema complexo e desafiador, a busca por soluções sustentáveis ao património, devem ser cada vez mais estudadas e difundidas para que sua aplicabilidade aconteça de forma inteligente.

7 Conclusão

A partir da reflexão apresentada, sobre um parecer da importância entre as relações dialéticas da memória, Patrimônio, políticas públicas e sustentabilidade, foi possível responder à pergunta de partida, afirmando a relevância de um levantamento de ideias que consistem num resultado final, e que levem a outros conceitos e ações que, poderão ajudar na proteção e na identificação do Patrimônio reabilitado.

A Fenomenologia, intensificou e deu aporte a essa discussão ao Patrimônio, pois essa exalta essa relação pensante e também pode valorizar e agregar que, o Patrimônio Reabilitado é repleto de simbologia e significado que faz parte da essência, história e da memória do indivíduo e da sociedade.

Verificou-se a existência de estudiosos refletindo sobre memória e história e sobre o que essas possam representar para o patrimônio. Levando em considerações suas legitimidades, autenticidade se estima para as gerações futuras.

Coube observar que atualmente há, várias linhas e abordagens de pesquisas, métodos e projetos com o intuito de buscar e preservar a memória patrimonial. Com diferentes abordagens, mas que visam buscar meios para que os centros históricos sejam valorizados.

Numa cidade como Vitória, formada por uma população de imigrantes, ainda apresenta dificuldades em criar uma identidade regional coesa, assim como uma memória coletiva. Por isso, é preciso que a comunidade de cada bairro específico tenha consciência de sua história e ajude a escolher os bens que ela deseja ver preservados.

O centro histórico de Vitória, como objeto de análise, destacou-se pela representatividade dos conjuntos urbanos como representativos de valores culturais, arquitetônicos e históricos, cuja memória é de interesse preservar.

Conforme mencionado, com os principais fatores para o declínio dos centros históricos brasileiros, Vitória não fugiu à regra, e apresentou as mesmas características de infraestruturas envelhecidas e obsoletas e pouco adaptadas às necessidades atuais da população capixaba. Contudo, o centro passou a necessitar de atenção maior, por parte da população e dos governantes.

No âmbito das políticas públicas é importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 como marco inicial, trouxe aporte legal a proteção patrimonial, contudo, após três décadas de promulgada a Carta Magna, foram identificados, que a gestão e a difusão do patrimônio nacional continuam esbarrando em crises de cunho histórico, político, social, econômico e, sobretudo, em sua representatividade no campo concreto e simbólico na sociedade.

Em síntese, no Brasil, continua como premissa dominante o entendimento do tombamento como melhor instrumento de proteção de um bem, ou ainda, o instrumento mais eficaz, mesmo para uma área urbanas. No texto foram identificadas outras linhas de pensamento que utilizam de vários conceitos para se obtenha a preservação; assim como podem ajudar a identificar factores e ações que podem facilitar a gestão pública.

Foram relatadas consideráveis atenções, voltadas às pesquisas e estudos que constataram as ineficiências dos diálogos entre o Estado e a sociedade civil no que tange ao patrimônio.

Foram identificados na cidade de Vitória a existência de programas para a revitalização do centro histórico, mas ficou claro que questões de âmbito político, financeiro, identitário, social, cultural e educacional, ainda travam grandes projetos a serem concluídos no município. Dificultando resoluções de problemas primários e urgentes para viabilizar projetos que possam alcançar respostas mais duradouras e concretas. Não há ainda um consenso de pensamento, sobre quais abordagens seguir. A cada nova gestão que se inicia, novas proposta e projetos são formalizados a população, mas ao final de cada mandato, fica claro que poucos projetos conseguem ser executados e muitos desses ficam para próximos gestores que, por terem outras propostas, acabam não se concretizando.

O processo de Reabilitação na cidade Capixaba, é bem complexo e reinteiro o pensamento de que as intervenções ligadas à preservação devem considerar o potencial em áreas diversas como, de melhoria da habitação, desenvolvimento econômico, cultural, mobilidade e promoção da diversidade no uso democrático do espaço público.

Vale ressaltar que, uma questão parte do problema se direciona à falta de segurança pública e a violência constante no centro da cidade, o que ocasiona uma preocupação para os moradores e acaba por inviabilizar que moradores de outros bairros queiram frequentar os programas culturais do centro, dificultando os interesses locais.

Coloco a sustentabilidade como instrumento na reabilitação de novas tendências, as quais muito podem contribuir na resolução de problemas, principalmente a reutilização inteligente das construções em abandono. Faço menção da importância para sua utilização. a discutir como explorar técnicas e materiais construtivos que englobem a sustentabilidade e como devem ser empregados nos edifícios existentes, principalmente antes de considerar demolições e subsequentes reconstruções.

Reintegro a importância de alertar a sociedade capixaba a importância em relação à necessidade de conhecer o máximo possível sobre a verdade histórica do nosso património que seja, para que ele conserve sua história e sua aura do passado e a possibilidade de um futuro.

Por fim, salienta-se que este trabalho não esgota as discussões sobre as vertentes do património reabilitado e sua memória, assim como para a proteção de sítios históricos urbanos. Ao contrário, visa ampliar as possibilidades de pesquisa no que diz respeito à história da preservação no Estado do Espírito Santo, na medida em que outras fontes possam surgir, de forma particular para cada sítio, bem como no contexto mais ampliado da política estadual e da sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. *Sobre a memória das cidades*. Revista Território, ano III nº 4, jan. / jun 1998

ACSELRAD, Henri. *Discurso da Sustentabilidade Urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - ANPUR. A.1, nº.1, 1999. – Recife: ANPUR – A Associação, 1999.

ALMEIDA, Antônio R.. *Artigo Relação entre espaço e lugar no pensamento de Martin Heidegger*, Revista eletrônica Correlatio n.11, 2007

ARGAN, G.C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARQUITETURA CIVIL, RELIGIOSA, OFICIAL – TEXTOS ESCOLHIDOS DA REVISTA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, IPHAN e FAU/USP, 1975.

ASCHER, F. (2010). *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra.

AUGÉ, Marc. (1994). *Não Lugares*. São Paulo: Papirus.

AZEVEDO, Ivo Matos Jr. 2013. *Do monumento ao documento: Valores e lacunas do conjunto paisagístico de Cabo Frio/RJ*. In: *Encontro da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 15., 2013, Recife. Anais... Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-181.

BACHELARD, Gaston. (1993). *A Poética do Espaço*. Ed. São Paulo: Martins Fontes. Introdução a cap. II. p.1 – 85.

BARTLETT, Frederic. C. (1932) *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology* (Cambridge: Cambridge University Press).

BONDUKI, Nabil: Programa Monumenta IPHAN, Intervenções Urbanas Na recuperação de Centros Históricos. Brasília, 2010.

BRADDELEY, A. D.; ANDERSON, M.C.; EYSENCK, M.W. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2011, 472 p.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988

BRISKIEVICZ, Michele; SAQUET. Marco Aurélio. *Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial*. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: < [agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A- 3.pdf](http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf) > Acesso em: 29 maio 2012.

CANCLINI, Néstor. *Los usos sociales del patrimonio cultural*. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación (Org.). *Patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Junta de Andalucía: Consejería de Cultura, 1999.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

CÁVEM, Mara (2007), *Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Lisboa

CHOAY, Françoise. (2001). *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade

CORBUSIER, Le. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COTA, Daniela Abritta; SILVA Cecília Miranda. 2013. *A contribuição da Política Urbana na Salvaguarda do Patrimônio Cultural em São João del Rei*, MG: Avanços e entraves. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife. Anais... Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-251.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*, Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995

DESCHAMPS, Françoise. *Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas*. In: *Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas*. Granada: Ed. Comares, 1999

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. *Transformações na Ocupação do Território: Retrospectiva e Tendências*, PNPOT, Vol.V – Povoamento, Ministério das cidades, ordenamento do território e ambiente, DGOTDU, Lisboa, 2004

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território. DGOTDU, Lisboa, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005. p.53.

FRIDMAN, F. (1999). *Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. Garamond.

FRUGOLI JR., Heitor; TALHARI, Júlio César. *Entre o tecido físico e o social das cidades, entrevista com Sharon Zukin*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.29, n.84.

FRUGOLI, H. (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/EDUSP.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

GONÇALVES, A. I. Q. (2014). *O regramento jurídico das Sesmarias: o cultivo como fundamento normativo do regime sesmarial no Brasil*. São Paulo: Leud

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo, SP: Editora Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HEIDDEGER, Martin. (1963) *Construir, Habitar e Pensar*. [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

HEIDEGGER, Martin. (2003) *A caminho da linguagem*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco.

- HEGDÉ, J. (2008). Time course of visual perception: Coarse-to-fine processing and beyond. *Progress in Neurobiology*, 84: 405–39
- HITCHCOCK, Henry Russel. *Latin American Architecture since 1945*; New York: MoMa, 1955
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999*
- HUNT, R. R.; MCDANIEL, M. A. The enigma of organization and distinctiveness. *Journal of Memory and Language*, v. 32, n.4, p.421-445, aug. 1993.
- HUSSERL, Edmund. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.*
- HUYSSSEN, A. (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JOKILEHTO, Jukka. *Management of Sustainable Change in Historic Urban Areas*. In: INTERNATIONAL SEMINAR CONSERVATION AND URBAN DEVELOPMENT, 2. Anais... Recife: CECI, 1999.
- KLUG, Leticia Beccalli. *Vitória: Sítio físico e paisagem*. Vitória: Edufes. 2009
- LANDORF, C. A. (2009). *Framework for Sustainable Heritage Management: A Study of UK Industrial Heritage Sites*. *Int. J. Herit. Stud*, 15, 494–510
- LANGSTON, Craig. *Green Adaptive Reuse: Issues and Strategies for the Built Environment. 1st International Conference on Sustainable Construction & Risk Managment (ICSCRM), Chongqing Municipality, China, 2010.*
- LE GOFF, J. & Nora P. (orgs.) *Faire de L`histoire*, t. II, Paris, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. (2001). *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. 4. Ed. São Paulo: Centauro.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fonte, 2010. 2ª ed.
- LOPES, Almerinda da Silva. *Arte no Espírito Santo: do século XIX à primeira república*. Vitória: Ed. do Autor, 1997.

- MACQUET, A. *Recognition within the decision-making process: a case study of expert volleyball players*. *Journal of applied sport Psychology*, v. 21, n.1, 64-79, 2009
- MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J. *A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. Cidades, Comunidades e Territórios*, n.0 12/13, p. 15-34, 2006.
- MILLET, Vera, *A Teimosia das Pedras: Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*, Olinda: Prefeitura de Olinda, 1998.
- MILLER, G.A. (1956). The magic number seven, plus or minus two: Some limits on our capacity for processing information. *Psychological Review*, 63: 81–93.
- MILLER, J., Ulrich, R. & Rolke, B. (2009). On the optimality of serial and parallel processing in the psychological refractory period paradigm: Effects of the distribution of stimulus onset asymmetries. *Cognitive Psychology*, 58: 273–310
- MONTEIRO, Peter Ribon. *Vitória: cidade presépio; os vazios visíveis da capital capixaba*. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.
- MURPHY, J.D. *Conference Report: The Future of Asia's Past*. *Int. J. Cult. Prop.* 1995, 4, 369-376
- NETTO, V. M; *A Urbanidade como Devir do Urbano*. *EURE (Santiago)*, Santiago, v39, v118, 2013
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1968). *Intentions in architecture*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- NORBERG-SCHULZ, Christian (1988). *O Fenômeno do lugar*. In. NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: COSAC/NAIFY.
- NORA, Pierre, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gnllimard, 1985.
- ORIÁ, Ricardo. *Memória e Ensino de História*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.
- PÁDUA, Ligia Teresa Saramago. *A "topologia do ser": lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. 299 F. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio Janeiro, 2005.

PEIXOTO Gleide e PIMENTEL Luciana. *Relatório de Avaliação do Programa Monumenta*. Brasília: BID / Monumenta, 2009.

POLLAK, Michael (1992). “*Memória, Esquecimento, Silêncio*”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5.

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. *Conservação urbana e territorial integrada: Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. 2009.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. 2.ed. Madrid, España: Visor, 1999.

RODRIGUES, Marly. *De quem é o patrimônio: um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 195-204, 1996.

ROMERO, Marta A. B. *Estratégias Bioclimáticas de Reabilitação Ambiental Adaptadas ao Projeto*. In *Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística* / Marta Adriana Bustos Romero, org. Brasília: FAU/UnB, 2009.

RUSKIN, J. (Conferência) (1913) “*On the Destructive Character of Modern French Restoration*”. Paris, Jouve.

SÁNCHEZ, F. *A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2003

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. *O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir*. *História* (São Paulo). v. 27, n.2, p.89-109, 2008. Disponível em:< <https://goo.gl/nVlc6H>>. Acesso em 22 jun. 2015

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Segregação e Fragmentação*. In: *Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidade*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 252.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. p.17

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *A Construção de Narrativas Oraís Sugeridas e Incentivadas pela Visualidade*. Ensaio, 2016.

SOMEKH, Nadia. *Preservando o Patrimônio Histórico, Manual do Patrimônio*. CAU, São Paulo, 2012

TOMAZ, P. C. *A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil*. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.

VAZ, Murad Jorge; PEREIRA, Élson Manoel. Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de espaços públicos. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 2, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WOJNAR, D.M.; SWANSON, K.M. Phenomenology: an exploration. *J. Holist. Nurs.*, v.25, n.3, p.172-85, 2007.

YOUNG, James E. *From The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*. In ROSSINGTON, Michael (ed.); WHITEHEAD, Anne (ed.). *Theories of Memory: A Reader*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007. p.177-183.

ZANCHETI, Sílvio; JOKILEHTO, Jukka. *Values and Urban Conservation Planning: Some Reflections on Principles and Definitions*. In: *Journal of Architectural Conservation*, n. 1, v. 3, mar. Recife, 1997.

ZUKIN, S. (1991). *Landscapes of power: From Detroit to Disneyworld*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico da Europa. 1985. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Conferência de Nara*. Curitiba: ICOMOS, 1994, em http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Nara_1994.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado. Curitiba: ICOMOS, 1999. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Análise da Acessibilidade, Circulação e Transporte Urbano. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória. Vitória, 2006. CD RW.

Carta sobre o patrimônio vernacular edificado 1999.pdf>. Acesso em: jun. 2012

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Arquitetura: Patrimônio Cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT, 2009.

<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/revitalizacao-do-centro>

<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/plano-diretor-urbano>

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/culture-for-sustainable-urban-development/>

<https://www.archdaily.com.br/br>

https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/projects/france/une-solution-innovante-au-service-des-centres-historiques

<http://www.ruaviva.org.br/ruaviva.html>